UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

IRIS SUNSYARAY MENDES FELICIANO DE ANDRADE

O NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A SUA GÊNESE, ASCENSÃO E CONTRADIÇÕES (2006 - 2010)

JOÃO PESSOA

2020

IRIS SUNSYARAY MENDES FELICIANO DE ANDRADE

O NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A SUA GENÊSE, ASCENSÃO E CONTRADIÇÕES (2006 - 2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social e Política Social.

Área de Concentração: Estado, Direitos Sociais e Proteção Social.

Orientador: Prof. Drº Jaldes Reis de Meneses

JOÃO PESSOA

2020

Catalogação e Classificação

A553n Andrade, Iris Sunsyaray Mendes Feliciano de.

O neodesenvolvimentismo no Brasil : um estudo sobre a sua gênese, ascensão e contradições (2006-2010) / Iris Sunsyaray Mendes Feliciano de Andrade. - João Pessoa, 2020.

182 f. : il.

Orientação: Jaldes Reis de Meneses.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Política econômica. 2. Novo desenvolvimentismo. 3. Governo Lula. 4. Neodesenvolvimentismo - Brasil. I. Meneses, Jaldes Reis de. II. Título.

UFPB/BC CDU 338.2(043)

Elaborado por Larissa Silva Oliveira de Mesquita - CRB-15/746

IRIS SUNSYARAY MENDES FELICIANO DE ANDRADE

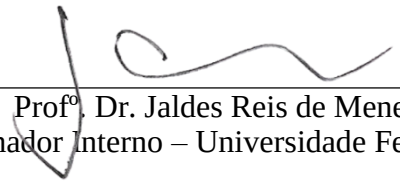
O NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A SUA GENÊSE, ASCENSÃO E CONTRADIÇÕES (2006 - 2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

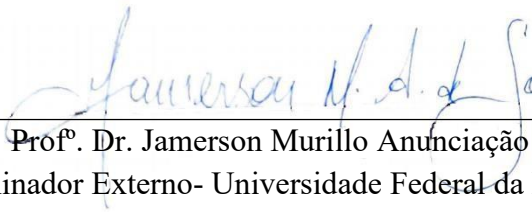
Linha de Pesquisa: Serviço Social e Política Social.
Área de Concentração: Estado, Direitos Sociais e Proteção Social.

Aprovada em: 31/08/2020

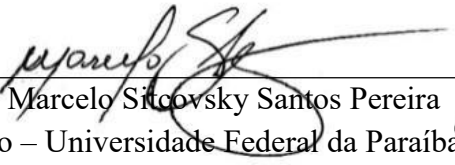
BANCA EXAMINADORA:



Profº. Dr. Jaldes Reis de Meneses
Orientador e Examinador Interno – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Profº. Dr. Jamerson Murillo Anunciação de Souza
Examinador Externo- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Profº. Dr. Marcelo Sitcovsky Santos Pereira
Examinador Externo – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

JOÃO PESSOA – PB
2020

Para minha Mãe Irene e meu Pai Vamberto,
amor e colo incomparáveis.

Para minhas avós Eugênia e Maria do Socorro,
Fé e bravura, jardim de acalento.

AGRADECIMENTOS

Existem sonhos que a gente nem acredita que pode concretizar, e esta dissertação é um deles. Durante os dois anos e meio de mestrado aprendi a me reinventar, a ter temperança, a acreditar mais em mim mesma e a exercer a fé. Foram inúmeros os dias de desânimo, de crises de choro, incertezas e descrenças. Hoje enxergo que não sucumbi graças à mensagem de Filipenses 4:13. Eu sou grata ao meu Pai Celestial por ter me sustentado e revigorado as minhas forças no decorrer deste processo tão desafiador, pela sua presença tão forte e poderosa na minha vida. Ao Deus eterno e imortal, invisível, mas real, eu dedico a minha gratidão.

Deixo também os meus sinceros agradecimentos às pessoas que me ajudaram a percorrer esta etapa da minha vida, a superar as minhas limitações, pessoas abençoadas que me forneceram luz e esperança, que tocaram em meu coração e significaram muito em meu processo de amadurecimento intelectual e humano.

Ao Meu Querido e Adorado Velho Pai Vamberto Pedro Feliciano, por ter possibilitado, mesmo em situações tão adversas, que eu seguisse sempre na direção dos estudos, por sonhar sonhos tão lindos e bons para mim, por conseguir me amar de um jeito tão único, raro e me fazer sentir uma filha especial, por ao seu modo ter lutado e se doado tanto por mim, são tantos os motivos... talvez, o maior de todos seja saber que ninguém além dele me protegeria, me manteria de modo incondicional. O meu amor por ele não se apoia no que pode me oferecer, mas por tudo o que ele significa e representa na minha vida.

À minha linda mãe Irene Mendes, sempre tão sorridente e reluzente, mulher tão sofrida e sonhadora. Meu aconchego, minha mainha. O que mais me impressiona nela é a sua capacidade de se colocar no lugar do outro, a sua empatia. Ela parece criança, perdoa logo, esquece. Parece frágil, mas é forte, resiliente e corajosa. Eu tenho muito dela, esses sonhos todos que carrego e essa vontade de fazer dar certo, essa vontade de conseguir chegar lá. Ela é uma bênção na minha vida e eu agradeço todos os dias a Deus por ser eu a filha dela.

À minha única (em todos os sentidos) irmã Isabelle, a sua chegada concretizou um sonho meu de não ser solo e de somar, de ter mais alguém para ir além dos meus pais. Por ter me ensinado a partilhar e a melhorar em todos os sentidos. O meu mundo é melhor com você! Obrigada, porque do seu jeitinho você me incentivou e acreditou tanto em mim neste desafio

que foi o mestrado. Mesmo tão diferentes, temos uma à outra e estaremos sempre juntas mesmo que geograficamente distantes. Somos família.

À minha avó Geni, meu ponto de paz e equilíbrio. Quem me salva dos meus temores, e reascende a luz da esperança e da fé em mim, quem sempre me recebe com ternura e carinho. Meu pedacinho do céu. Parte fundamental da minha vida, das minhas conquistas e aprendizados. Gratidão eternamente, vozinha.

À minha avó Socorro, pelas orações, histórias e alegrias compartilhadas. Obrigada pelo cuscuz maravilhoso e pelo cafezinho que sempre me oferece, por me ouvir, me direcionar e sempre me incentivar. Por tornar as coisas mais suaves e leves do que são e por nunca ter perdido a essência que tanto amo.

Ao meu amado Lucas André, a vida nos reaproximou justo quando acabara de passar no mestrado e hoje percebo que sem você o meu mundo estaria incompleto! Obrigada por sua companhia, pela vida partilhada, pelas nossas trocas, pela paciência em entender todos os meus momentos em meio a esse processo tão complexo, por acompanhar e me apoiar nos dias mais sombrios desta escrita. Sua contribuição para esta dissertação é imensurável, a sua amizade e o amor que estamos construindo me acalmou e facilitou esta jornada. Gratidão por tanto, meu querido.

À minha amada Luciana Oliveira, e as palavras aqui não me são úteis para qualificar todo o apoio, a lealdade e o amor que encontro em nossa amizade! Obrigada por não desistir de mim e a me impulsionar a alçar voos mais altos.

À Francikely Cunha, pela acolhida em João Pessoa, por me receber tão bem em sua casa, pelo apoio emocional durante todo o mestrado. Tê-la conhecido foi uma grande bênção de Deus e eu serei eternamente grata a Ele, a levarei sempre em meu coração, nas minhas orações e nas minhas melhores memórias sobre solidariedade e empatia.

Aos meus tios Severino Pedro Feliciano Júnior, Valdeck Pedro Feliciano e Marta Maria Feliciano (in Memorian) pelo exemplo que sempre me oferecem por meio de suas atitudes e gestos, pela doçura que encontro em cada olhar, pela humanidade, verdade e sobriedade aos aspectos políticos e econômicos de nossa sociedade, por apoiarem meus estudos emocionalmente e das formas que lhe forem possíveis, por serem anjos de Deus aqui na terra e no céu (como minha tia Martinha, eternamente em meu coração).

À minha tia Nalvinha pelas suas palavras, seus ouvidos, por dividir quando tem muito e por dividir quando tem pouco, pelo seu abraço sincero, sua calmaria, por querer tão bem a mim e a minha família, por estar sempre disposta a ajudar, por ter me encorajado a ir adiante e a lutar pelos meus sonhos.

Às minhas primas, Thaísa Feliciano e Valana Feliciano, pelo estímulo e fé depositada sobre mim, por me estenderem as mãos nos momentos mais precisos, pelo exemplo de persistência e garra que me deixam. Certamente, a finalização deste ciclo tem muito de vocês: a força, o carinho, a atenção, o amor.

À minha tia do coração Geruza Fidélis, por sonhar este sonho comigo ainda quando era apenas uma ideia vaga e incerta, um sonho de uma recém-bacharela! Por se importar e se fazer presente em momentos tão delicados e solitários da minha vida, por chorar, orar e clamar comigo, esta vitória é nossa, titia!

À Lucilene Andrade (minha Lulu), por se importar e cuidar tão bem de mim, compreendendo as minhas ausências e escolhas e torcendo muito pela minha felicidade! Tia Lu é extremamente especial na minha história.

A Davi Marcelo, meu menino encantado, por trazer tanta paz ao meu coração e me proporcionar tantos momentos de alegria.

À minha querida amiga, Jessica Santos, pelas boas risadas, momentos de descontrações e a festa que fazemos a cada encontro. Por sempre me estimular e acreditar em mim, por enxergar o lado que tenho de melhor, por saber ouvir, compreender e acolher. Com toda certeza, esse ciclo ficou bem mais leve com você, minha amiga querida.

À Crismanda Ferreira, Rebeca Gomes, Kellyane de Santana, aquelas amigas que se dispõem e mesmo distantes nos estendem as mãos, presentes lindos que a UFPE me deu!

Ao meu orientador Jaldes Meneses, pela sua humanidade, respeito e cordialidade no decorrer do processo dissertativo.

À Joyce Andrade, Melina Carla, Nadieje Paloma, Francilaine Leite, Estefane Dias e Elayne Dias, amigas queridas, presentes de Deus no meu viver sempre alegrando os meus dias e acreditando em mim. Obrigada por tanto, meninas!

Aos queridos e inesquecíveis companheiros (as) da turma do mestrado, em especial Carina Lilian Pinheiro, Taiane Macêdo, Bruna Hávilla, Karina Bastos, Marcelly Oliveira e Rangel Paiva, pelos tantos debates em sala, pelas trocas adquiridas no decorrer do mestrado, pelo apoio oferecido e os bons momentos vivenciados. Gratidão! Os levarei sempre comigo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPB, em especial a secretária Maria de Fátima por sua dedicação, esforço e empatia, e a professora Bernadete Almeida pelo seu compromisso, leveza e a máxima dedicação em que conduziu o processo de aprendizagem na formação de seus alunos (as), a vocês o meu muito obrigada!

Ao professor Jamerson Sousa, pelo seu exemplo, sua educação e cordialidade, pela sua prontidão e incentivo a minha formação quanto aluna da pós-graduação. Por sua disponibilidade e empatia para comigo. Sem dúvidas, o professor Jamerson fez a diferença na minha formação e muito me inspira na trajetória profissional.

Ao professor Marcelo Sitcovsky, pelas valiosas contribuições para este trabalho e por sua presteza sempre que preciso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que possibilitou condições objetivas para dedicação integral à pós-graduação.

Ao aplicativo Blablacar por permitir e facilitar o trajeto semanal que realizava entre Recife e João Pessoa. Por meio deste mecanismo consegui acompanhar as atividades da pós-graduação, e com essa experiência conheci muita gente do bem.

E por último, mas não menos importante, aos meus cãezinhos Lily, Totó (in memoriam) e Mel (in memoriam), que com seus latidos e lambidas tornaram os meus dias melhores e mais amáveis.

RESUMO

Esta dissertação analisa a caracterização do neodesenvolvimentismo vivenciado no país entre os anos de 2006 e 2010. Uma processualidade ocorrida durante os governos Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sob a máxima do desenvolvimento econômico agregado à inclusão social. O estudo, de caráter qualitativo, foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica sobre a origem e a configuração desse ideário na América Latina com enfoque na particularidade brasileira, e de pesquisa documental para conferir legitimidade e profundidade aos dados trabalhados. Elegeu-se três matrizes teóricas para análise do neodesenvolvimentismo no Brasil: a dos intelectuais orgânicos do governo que reafirmavam as narrativas oficiais; a dos teóricos que faziam uma crítica moderada à condução desses mandatos, mas não admitiam uma orientação liberal por parte dos mesmos, e aos que teciam uma crítica radical ao direcionamento desses governos respaldados na concepção marxista do subdesenvolvimento histórico, tornando o país dependente das economias centrais. Deste modo, ao tempo que trabalhou essas linhas teóricas, se evidenciou as principais mudanças ocorridas no campo macroeconômico e político, como a valorização das commodities, a dinâmica externa favorável, o papel dos grandes bancos públicos, o acompanhamento dos índices econômicos e a postura estatal na viabilização desses e nos demais fatores abordados. No primeiro momento, descreve-se a teorização "neodesenvolvimentista", buscando qualificar a sua essência e a sua insurgência no Brasil. Em seguida, se apresenta as narrativas afinadas com o governo federal, evidenciando a composição de um Estado social fortalecido por meio de políticas de distribuição de renda, ampliação de emprego, valorização salarial, viabilização ao crédito e ao consumo e demais iniciativas de investimento estatal. E, por fim, endossando a leva dos intelectuais que contrariam a perspectiva das grandes transformações na sociedade brasileira, se tenta deslindar o mito criado da integração econômica e do desenvolvimento social em um movimento dialético de dissecar as principais contradições desse processo em variados setores da sociedade. Nesse contexto, conclui-se que os governos do PT tiveram uma condução voltada aos ditames do capital em seu estágio contemporâneo e as medidas de promoção social empregadas serviram para conter a população de possíveis organizações contra a ordem capitalista e legitimar a sociedade do mercado, camuflando assim a real orientação partidária. Aplicou-se uma estratégia de conciliação e coalização de classes, que teve, entre suas principais consequências, o esvaziamento da dimensão classista nos conflitos do trabalho. Compreende-se, portanto, que o neodesenvolvimentismo se tratou de uma falsa inflexão no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, registrando mudanças pontuais às classes mais baixas da sociedade e "fluidez" para as de cima. Um projeto que serviu de expansão ao potencial burguês, conferindo-lhe espaço para maiores ofensivas.

PALAVRAS-CHAVE: Neodesenvolvimentismo. Brasil. Governos Lula da Silva. Política econômica.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the characterization of the neo-developmentalism experienced in the country between the years 2006 to 2010. A process that occurred during the Lula da Silva governments, by the Workers Party (PT), in which stablished the ideology of economic development added to social inclusion. The qualitative study was carried out by means of bibliographic research on the origin and configuration of this ideal in Latin America with a focus on Brazilian particularity, and documentary research to confer legitimacy and depth to the data worked on. Three theoretical matrices were chosen for the analysis of neo-development in Brazil: from the government's organic intellectuals who reaffirmed the official narratives; from theorists who made a moderate criticism of the conduct of these mandates, but did not admit a liberal orientation on the part of them, and those who made a radical criticism of the direction of these governments supported by the Marxist conception of historical underdevelopment, making the country dependent on central economies.Thus, while working on these theoretical lines, the main changes that occurred in the macroeconomic and political fields became evident, such as the appreciation of commodities, the favorable external dynamics, the role of large public banks, the monitoring of economic indices and the state posture in making it feasible of these and other factors addressed. In the first moment, the "neo-developmentalist" theorization is described, seeking to qualify its essence and its insurgency in Brazil. Then, the narratives adjusted with the federal government are presented, showing the composition of a social state strengthened by means of polices income distribution, employment expansion, wage increase, credit and consumption viability and other state investment initiatives. Finally, endorsing the wave of intellectuals who contradict the prospect of major transformations in Brazilian society, an attempt will be made to unveil the myth created of economic integration and social development in a dialectical movement of dissecting the main contradictions of this process in various sectors of the society. In this context, is understood that the PT governments had a direction directed to dictates of capital in its contemporary stage and the social promotion measures employed served to contain the population of possible organizations against the capitalist order and to legitimize the market society, thus camouflaging the real party orientation. A strategy of conciliation and class coalition was applied, which had, among its consequences, the emptying of the class dimension in labor conflicts. It is understood, therefore, that neo-developmentalism was a false inflection in the process of Brazilian economic development, registering occasional changes for the lower class of society and " fluidity" for those above. A project that served to expand the bourgeois potential, giving it space for further offensives.

KEYWORDS: neo-developmentalism. Brazil. Lula da Silva governments. Economic policy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O antigo e o novo desenvolvimentismo 61

Quadro 2 – Comparação entre as políticas macroeconômicas 61

Quadro 3 – Principais características do neodesenvolvimentismo – Governo Lula 98

Quadro 4 – As 30 maiores transnacionais brasileiras em 2010 105

Quadro 5 – Destinação de mercadorias entre 2003 e 2006 em números de operações contratadas 108

Quadro 6 – Empresas nacionais com participação acionária do BNDESPAR S.A 109

Quadro 7 – Características do nacional-desenvolvimentismo e do "nacional-desenvolvimentismo às avessas" do governo Lula 157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do PIB entre os anos de 1999 e 2006.....73

Tabela 2 – Trajetória da inflação entre os anos de 1999 e 2005.....74

Tabela 3 – Crescimento econômico entre os anos de 1995 e 2005 74

Tabela 4 – A evolução do salário mínimo - abril de 2002 a janeiro de 2010.....79

Tabela 5 – Crescimento do PIB: consumo das famílias - 2004 a 2010 (%).....81

Tabela 6 – Evolução do estoque dos empregos formais no Brasil 93

Tabela 7 – Taxa de crescimento dos investimentos públicos federais (1994 - 2015) 95

Tabela 8 – Taxa de crescimento anual de variáveis selecionadas para a economia brasileira em três subperíodos 97

Tabela 9 – Mudanças de estratificação familiar entre 2002 e 2012 125

Tabela 10 – Distribuição dos salários (%).....135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio da América
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CELAC	Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
COFINS	Contribuição para Financiamento da seguridade Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSLL	Contribuição Social para o Lucro Líquido
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EAD	Educação a Distância
END	Estratégia Nacional de Defesa
EZLN	Exército Zapatista da Libertação Nacional

FA	Frente Ampla
FAO/ONU	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FERBAN	Federação Brasileira de Bancos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
FSM	Fórum Social Mundial
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental
G-20	Grupo dos 20
IBAS	Índia, Brasil, África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Instituto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IES	Instituições de Ensino Superior
IMBEL	Indústria de Materiais Bélicos do Brasil
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Instituto de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI	Impostos sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MAS	Movimiento Al Socialismo
MDIC	Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA-TLCAN	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGU	Orçamento Geral da União
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PBF	Programa Bolsa Família
PDP	Programa de Desenvolvimento Produtivo
PIB	Produto Interno Bruto
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PIS	Programa de Integração Social
PJ	Partido Justicialista
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Programa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentos
PNAS	Programa Nacional de Assistência Social
PND	Política Nacional de Defesa
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSI	Programa de Sustentação do Investimento
PSPN	Piso Salarial Profissional Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
UAB	Universidade Aberta do Brasil

UBS	Unidade Básica de Saúde
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UTIs	Unidade de Terapia Intensiva
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

2 A TEORIZAÇÃO DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO 31

2.1 DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO À CRISE DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA 32

2.1.1 A ilusão desenvolvimentista do século XX 33

2.1.2 A ampliação neoliberal e o enfrentamento aos seus limites na América Latina 38

2.2 ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO 46

2.2.1 Neodesenvolvimentismo: adaptação do nacional desenvolvimentismo ou releitura do consenso de Washington? 58

3 A MATERIALIZAÇÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL 63

3.1 A CHEGADA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES AO PODER: A PRESERVAÇÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL 65

3.2 O SEGUNDO MANDATO DE LULA DA SILVA E A ASCENSÃO NEODESENVOLVIMENTISTA: PROGRAMAS E AÇÕES 75

3.3 MAIS AUTONOMIA E DEFESA NACIONAL: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA EXTERNA 98

3.3.1 A Nova Direção Assumida Pelo BNDES na Política Externa 104

4 LIMITES E INCONGRUÊNCIAS DA APLICAÇÃO NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL 113

4.1- DESMISTIFICANDO O DISCURSO OFICIAL: A REAL APLICAÇÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL 114

4.1.1 Neodesenvolvimentismo e lulismo 123

4.2 AS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA NEODESENVOLVIMENTISTA NOS GOVERNOS LULA DA SILVA 132

4.2.1 neodesenvolvimentismo: uma leitura do nacional-desenvolvimentismo? 153

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 160

REFERÊNCIAS 173

1 INTRODUÇÃO

> “A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”.
>
> (Eduardo Galeano)

A presente dissertação trata do ciclo neodesenvolvimentista no Brasil, durante o período de 2006 a 2010, momento auge dessa processualidade histórica. Compreendemos que essa forma de crescimento econômico se consubstancia sob o governo democrático-popular do Partido dos Trabalhadores (PT), nos mandatos Lula da Silva, por isso realizamos mediações e aproximações a partir da natureza e condução dessas administrações. Desse modo, objetivamos caracterizar política e economicamente a sustentação dessa fase no Brasil, seus principais debates, abrangências e limitações.

O interesse pela temática é desdobramento dos frenéticos acontecimentos na política do país a partir do segundo decênio do século XXI, os quais sumariamente destacamos: as mobilizações de junho de 2013; as manifestações em 2014 contra os gastos públicos destinados a construções de grandes estádios e estruturas para sediar eventos esportivos no país, (como a Copa Mundial de 2014 e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016); os protestos contra o governo Dilma, em 2016, e a ascensão da extrema-direita em 2018.

No ano de 2016, ocasião em que se discutia quanto à ilegalidade da destituição da então presidente Dilma Rousseff, acentuou a minha inquietação e envolvimento diante dos fatores conjunturais. Ainda quanto estudante do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), comecei a participar de mobilizações sociais, de debates, de mesas e de discussões que contemplassem o contexto vigente do Brasil.

Em 2018, ano de ingresso no mestrado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a opção conjuntural continuou a suscitar interesses, que foram ratificados a partir dos estudos nas

disciplinas do mestrado[1] e do processo de orientação da pesquisa científica[2], ao qual fomos aproximados cada vez mais do panorama político nacional. Quanto a isso, as conduções do professor Jaldes Reis foram determinantes, haja vista sua larga experiência nos estudos de democracia e teoria política contemporânea. Somam-se a essas contribuições os debates fomentados nas reuniões do grupo de Setor de Estudo sobre Cidadania e Teoria Social (SECTS), ao qual me vinculei no ano de 2019 quanto aluna do PPGSS da UFPB.

No entanto, devido à impossibilidade de abarcar todos os processos que desaguaram no contexto político atual, de reunir os elementos fundantes, capazes de elucidar as vertiginosas sucessões dos fatos políticos na última década, nas próprias condições objetivas e subjetivas as quais me encontrei, reconheço aqui uma lacuna teórica e política na área em que me propus adentrar. Direcionei-me então ao estudo do neodesenvolvimentismo em um movimento de aproximação com a pesquisa científica e com a temática supracitada. Considero esse processo histórico basilar para auxiliar na compreensão política e econômica da sociedade brasileira recente.

Como nos fala Kosic (2002, p. 35), "A realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos do seu movimento". Tomando esse pensamento como base, fazemos esse movimento de retomada a uma fase que consideramos fundamental para a compreensão do contexto atual, buscando alargar a nossa visão quanto a esta processualidade histórica, assim como extrair lições do passado capazes de respaldar o nosso olhar para o futuro.

Partimos do princípio que as contradições neodesenvolvimentistas contribuíram ao processo de queda do lulismo[3] com a saída forjada de Dilma Rousseff, em 2016, e na consequente ofensiva da nova direita instalada no país sob o governo de Jair Bolsonaro, que mesmo não sendo objetos do nosso trabalho correspondem aos maiores fatos políticos ocorridos no cenário interno dos últimos dez anos.

[1] Entre elas destacamos: Serviço Social, Estado e Política Social; Políticas Públicas, Planejamento e Gestão e Modernidade e Pós-Modernidade: Leituras e Polêmicas.
[2] Sob orientação do professor Dr. Jaldes Reis de Meneses.
[3] Compreendemos o lulismo como um fenômeno político de orientação centro-esquerda ocorrido no país sob a direção do PT com os governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), entendemos com Singer (2017) que a característica central desse processo é o emprego de um formato de mudanças, mas aplicado dentro da ordem existente e reforçando-a, não atingindo as estruturas da sociedade.

Enfatizamos também que não queremos com este estudo apenas justificar o período sócio-político presente. Pois, como nos fala Netto (2011, p. 48): "Não se descura a necessidade de conhecer a gênese histórica de uma categoria ou processo — tal conhecimento é absolutamente necessário. Mas dele não decorre o conhecimento da sua relevância no presente — sua estrutura e função atuais". Nestes termos, ao afirmar que nos direcionamos a um ponto fundamental e basilar para a compreensão dos maiores acontecimentos políticos do país nos anos 2000, nos propomos a um movimento de extrair uma parte desse complexo histórico, de sua dinâmica e totalidade, e não apenas encontrar as mediações que expliquem como chegamos ao panorama contemporâneo.

Mesmo já diante do esgotamento do neodesenvolvimentismo no país e da existência de variados estudos sobre esse modelo, como alguns exemplos Sampaio Jr. (2012; 2017), Claudio Katz (2016), Rodrigo Castelo (2009; 2012; 2013a; 2013b; 2014), Ana Elisabete Mota (2012), Giovanni Alves (2014a; 2014b; 2016) João Sicsú (2005), Armando Boito Jr. (2018), Bresser-Pereira (2004; 2012), Reinaldo Gonçalves (2012a; 2012b), entre outros, consideramos que ainda se faz necessário desvelar as abstrações presentes em tão complexo fenômeno.

Deste modo, estudamos o primeiro ciclo neodesenvolvimentista no país, correspondente aos governos Lula da Silva, com destaque aos anos entre 2006 e 2010, período de maior concretude dessa condução político econômica,[4] para apreendermos a sua estrutura e dinâmica, traduzindo o seu processo de crescimento ideopolítico, a forma como foi identificado e compreendido pelas heterogêneas linhas de análises (em especial as que o defendiam como uma fase de profundas transformações nacionais e as que o enquadravam como um estágio do capitalismo contemporâneo) e as principais críticas a esse modelo.

Entre os anos de 1930 a 1970 se firmou no país uma política econômica desenvolvimentista baseada em três pilares determinantes: nacionalismo, intervencionismo estatal e defesa da indústria nacional em vez de investimentos em importações. Nesse pensamento, a política macroeconômica ficava em segundo plano e o desenvolvimentismo possuía a centralidade. Essa condução apoiava-se nos pilares da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)[5]. Os desenvolvimentistas prezavam pelo planejamento

[4] O segundo ciclo desse processo compreende os mandatos Dilma Rousseff (2011-2016), no qual resultou no esgotamento dessa tendência no país.

[5] CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) foi criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de colaborar com o desenvolvimento latino, controlar as políticas desempenhadas para o

econômico, por uma política comercial protecionista e pelo investimento estatal nos setores básicos. Ao Estado, nesta perspectiva, caberia harmonizar os conflitos entre capital e trabalho. Portanto, assumia-se a necessidade de reformas nas áreas trabalhistas e sociais para benefício tanto dos trabalhadores quanto da burguesia industrial.

Nesse modelo, reconhecia-se a condição historicamente subordinada do país e se buscava compreender essa natureza para superá-la mediante a própria economia nacional, além de defender uma nação autossuficiente e forte, capaz de dar conta de suas próprias necessidades. A burguesia nacional pleiteava o controle da fração capitalista interna de modo que esta pudesse se constituir de forma independente do cenário mundial. Segundo Alves (2012a), entre os anos de 1950 e 1960 esse projeto da burguesia nacional tornou-se o pensamento hegemônico da época.

Contudo, conforme explica Castelo (2012), a investida do capital norte-americano pôs uma pá de terra nos sonhos do nacional-desenvolvimentismo. Em meados da década de 1960, se instaura no país um regime civil militar filiado ao capital internacional. Tratou-se de uma resposta capitalista às regiões periféricas que fomentaram ideais reformistas de "emancipação" nacional, um resultado "imperialista" à organização social e ao fortalecimento interno que se ensaiou nesse período. Deste modo, com essa ofensiva se abriu o espaço necessário para a ampliação da ideologia liberal.

Assim, o fim dos anos 1980 expressou a vitória do poderio neoliberal que compreendia um sistema de livre mercado, das liberdades individuais e econômicas, sendo que essa racionalidade indicava uma intervenção do Estado apenas em situações de descompasso do mercado. Neste caso, o Estado seria um suporte em favor do mercado, e os defensores dessa lógica visam ao avanço tecnológico, à geração de riquezas e o bem-estar da população (CASTELO, 2013b).

Nessa perspectiva, o livre mercado e o Estado mínimo eram propalados como as únicas chances para o alcance da prosperidade e da modernização. Com o acordo de Washington, um encontro que reuniu a cúpula econômica dos Estados Unidos (EUA) e os principais governantes da América Latina, foi decidido uma série de definições que

---

desenvolvimento econômico da região assim como analisar as relações dos países pertencentes ao bloco com demais nações do mundo, reconhecendo esta importância a nível comercial. Esse órgão direcionava os países periféricos ao incentivo da industrialização no lugar das importações a fim de se alcançar uma autonomia nacional na autoprodutividade. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 30 out. 2019

legitimaram a implantação da ideologia do mercado nos países periféricos a fim de conquistar avanços nas esferas socioeconômicas dessas regiões.

Entre as orientações desse receituário, situa-se a ampliação da liberalização e desregulamentação financeira, um crescimento econômico proveniente das relações com o mercado externo, a adoção de políticas macroeconômicas rígidas para garantia da estabilização financeira e demais medidas visando o fortalecimento e a centralidade do mercado em detrimento de incentivos e reformas sociais (GONÇALVES, 2012a).

Destarte, como resposta ao panorama global de concentração de riqueza e reprodução ampliada da miséria e desigualdade social, eclodiu ao final dos anos noventa um movimento internacional de caráter antineoliberal, os chamados movimentos antiglobalização, que se colocavam de encontro à supremacia do capital e a dominação dessa ordem nos países subdesenvolvidos e subalternos. Tratou-se de uma ação coletiva que ativou a luta global por intermédio de diversas estratégias e formas de participação. Uma arena de disputas compostas por diferentes forças sociais.

Para Bringel e Muñoz (2010), essa iniciativa forjou uma abertura política a um lugar antes ocupado pela exclusiva ação dos Estados e organizações internacionais. A partir dessa relação de forças estabelecida, os Estados passaram a aderir em sua condução à participação e às demandas da sociedade civil, tornando-se uma rede que demonstrou importante e ampla capacidade de mobilização antineoliberal.

No contexto latino-americano, a segunda metade da década de 1990 registra um quadro deficitário dessas economias: os rebatimentos do modelo neoliberal atingiram todas as esferas das relações sociais em importantes países da região. Os parques produtivos do México, Brasil e Argentina foram desmontados com o aumento da dívida pública, com a crise cambial e a derrubada dos direitos sociais, de serviços e de bens públicos. As características desse tempo retratam a fragilidade das relações trabalhistas, o crescimento do desemprego estrutural e a precarização do trabalho (CASTELO, 2013a).

Diante desse cenário, se fortalece um movimento interno de contestações e mobilizações populares em oposição às medidas liberais imperialistas, evidenciando as emergências e as demandas sociais, e uma série de insurreições modificaram o apassivamento das classes populares. Segundo Klachko e Arkonada (2017), Argentina, Venezuela, Bolívia e Equador saíram vitoriosos desse processo de lutas sociais, conquistando muitas de suas pautas

nos anos 2000. Esse grupo denunciava em suas respectivas localidades as insatisfações com o modelo neoliberal e evidenciava as suas pretensões políticas. Com isso, obtiveram a deposição de mandatos presidenciais sob a condução neoliberal e a desmobilização de uma ortodoxia ofensiva das classes dominantes. Naquela ocasião, os programas neoliberais perderam a sua legitimidade.

A partir desses levantes, tem-se na região a ascensão de governos progressistas que se consolidaram diante das pressões populares. É nesse quadro de instabilidade na esfera sócio-política que as classes dominantes recompõem a sua estratégia de dominação e propõem uma alternativa ao neoliberalismo, visando atender aos interesses macroeconômicos e aos dilemas sociais, com uma intervenção balanceada entre Estado e mercado. Um modelo que associava as projeções do Consenso de Washington com os elementos do nacional-desenvolvimentismo (GONÇALVES, 2012a).

No Brasil, esse contexto ocorre de modo diferente. O modelo neoliberal injetado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), caracterizado pelas intensivas privatizações das nossas estatais e a sobreposição de uma agenda econômica aos interesses sociais e aos investimentos estatais internos, evidenciou os sinais de esgotamento via recessão econômica e dispendiosas dívidas externas, uma grave situação de desequilíbrio nacional. Contudo, não se registra uma prática política reivindicativa da população como em outros países latinos, mas o panorama mundial responde em nosso território, acompanhando a atualização e a recomposição burguesa como tática para garantir supremacia e hegemonia político-econômica.

Assim, a partir do segundo mandato de Lula da Silva, se estabeleceu um rearranjo político com uma nova proposta de relação entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, uma conjuntura que viabilizou conquistas sociais históricas para as classes mais fragilizadas, mas, em contrapartida, validou um estágio de ampliação “silenciosa” e desmedida do capital, da sua naturalização. Vendiam um capitalismo solidário e integrador em oposição ao capital rentista financeirizado, hegemônico nos anos 1990 e apontado pelos novos desenvolvimentistas como o responsável pelas drásticas consequências do “livre mercado” a nível social e econômico (CASTELO, 2014).

O período neodesenvolvimentista no país é marcado pela conjunção do incentivo ao crescimento econômico interno e a promoção de políticas e investimentos sociais. Destaca-se a ampliação de programas sociais, como os de transferência de renda, a abertura do crédito a

pessoa física e a consequente viabilização do consumo, o incentivo às empresas de capital nacional por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e as grandes obras na área de infraestrutura viabilizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Nesse ínterim, à medida que viabiliza ações de crescimento econômico e integração social, a ordem hegemônica do capital ganhou cada vez mais espaço e força na sociedade brasileira, provocando um "recuo" nas lutas de classe, já que as ações populares e classistas foram gradualmente "abafadas" pelo então governo a partir de mecanismos de coesão e cooptação de classe, muitas das medidas "neodesenvolvimentistas" adotadas correspondiam também a essa função. Desta forma, os setores burgueses buscaram validar a sociedade do mercado como a única possível no plano da realidade.

A partir das leituras de Gonçalves (2012a; 2012b), Sampaio Jr. (2012; 2013; 2017) e Castelo (2009; 2014), compreendemos que o neodesenvolvimentismo foi uma forma de desenvolvimento que acompanhou o então estágio capitalista daquela época, uma vez que associou elementos os quais julgou como viáveis do antigo desenvolvimentismo e da revisão do Consenso de Washington[6] para lançar uma alternativa capaz de garantir uma mínima estrutura social sem modificações radicais nas bases sociais.

Nestes termos, apesar de apresentar especificidades, as contratendências, que garantiram uma proteção ainda que mínima aos miseráveis e pobres do país, não era avessas à lógica liberal, pelo contrário, irrompia a ótica do capital favorecendo o sistema de concentração e legitimando a acumulação financeira.

É importante sublinharmos a compreensão que fazemos do termo "neodesenvolvimentismo". Coadunamos com a perspectiva de Ferreira (2018), que compreende o neodesenvolvimentismo como um ideário político, um modelo econômico e uma tendência latino-americana e nessa concepção nos orientamos, não negamos nenhuma dessas identificações, assim como não colocamos nenhuma sobreposta a outra.

Para nós, o neodesenvolvimentismo é: a) um ideário político que prega crescimento econômico e social; b) um modelo econômico que prossegue viabilizando ganhos à população por meio do investimento estatal e favorecendo o grande capital orientado pelos grandes organismos internacionais, como o Banco Mundial, e no cumprimento do pagamento dos

[6] Consistiu em uma revisão crítica de como foi proposto à cartilha neoliberalizante nos anos noventa, após as suas desastrosas consequências no campo social.

juros da dívida pública; e por fim, c) uma tendência latino-americana onde países estratégicos dessa região contestaram o rigor neoliberal, suas consequências sociais e no mundo do trabalho, passando a demandar novos segmentos de seus representantes políticos, indo de encontro à racionalidade posta.

Entendemos que o termo "neo" é utilizado pelos novos desenvolvimentistas como uma forma de evidenciar a continuidade dos fundamentos do desenvolvimento proposto da década de 1990, porém, atualizando-o ao conciliar capital e trabalho sem expor as suas contradições históricas. Portanto, não reconhecem a condição subjugada do país, que atende aos desígnios das grandes potências capitalistas, apenas focam na aliança entre a macroeconomia e o Estado e na importância de se elevar os índices econômicos, ao mesmo tempo em que se garante os "mínimos sociais à população de baixa renda".

Nosso estudo se insere na área de concentração *Serviço Social e Política Social* e na linha de pesquisa *Estado, Direitos Sociais e Proteção Social* do PPGSS/UFPB. E tem como objeto de estudo a caracterização neodesenvolvimentista no Brasil, a partir dos governos petistas de Lula da Silva. O nosso estudo visa contribuir tanto com a produção do conhecimento do Serviço Social quanto das ciências sociais sobre essa processualidade histórica vivenciada na América latina e, em especial, na sociedade brasileira no início do século XXI.

A pesquisa é teórica, de natureza qualitativa. Um estudo de caráter exploratório em que a partir do seu estado da arte pudemos tecer o debate teórico e realizar as mediações necessárias com a concreticidade. Para decifrar os fatos, adotamos o método materialista histórico dialético por nos permitir capturar do objeto as suas múltiplas determinações, pois compreendemos que a realidade dada não nos concede o alcance da substância do objeto, afinal "a essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno" (KOSIC, 2002, p. 15). E, portanto, compreender o fenômeno é atingir a sua essência, partindo das determinações abstratas e gerais para o concreto.

A própria estrutura e dinâmica do objeto nos direcionam aos procedimentos metodológicos, ou seja, a realidade objetiva nos expressa o método para a sua investigação (NETTO, 2011). Essa direção metodológica a qual seguimos tem como categorias centrais a práxis, a historicidade e a totalidade. Assim, a práxis é o que nos permite traduzir o concreto real em concreto pensado, é a teoria, e a historicidade, por sua vez, é fluída e dinâmica. Cada

objeto estudado está inserido em um tempo histórico e em um determinado contexto, que é passível de alterações (TONET, 2016). Por isso, cada fenômeno precisa ser encarado como parte de um todo, de um complexo, e são essas perspectivas que buscamos mediar em nosso estudo.

A totalidade, por sua vez, é a que nos permite a apreensão da realidade concreta. A totalidade é encarada como um todo subdividido em várias partes que se conectam entre si de modo dinâmico e dialético (TONET, 2016). Para Kosic (2002, p. 59), "A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas criação no conteúdo, mas também criação do todo". Nestes termos, compreende-se que o fenômeno é parte de uma estrutura maior, mas esse mesmo fenômeno é revestido de complexidade e de particularidades, incorporando a totalidade presente em sua própria substância.

Cabe salientar que a nossa perspectiva para o alcance da totalidade não se resume a esgotar todos os fatos, pois entendemos que os fatos reunidos por si só não manifestam a realidade. O desafio dentro da totalidade se dá em capturar suas contradições e mediações, sendo o que este estudo investigativo busca.

Ademais, a escolha desse método refere-se a um posicionamento ideopolítico cuja perspectiva centra-se na emancipação humana, na constituição de uma outra composição de sociedade sem a exploração do homem pelo homem e sem as imposições e as demarcações do capital de desenvolvimento e subdesenvolvimento, de pobreza e de riqueza, expropriação e acumulação, local e global, entre outras.

Nesses termos, as ferramentas teórico-metodológicas que nos permitem apoderar-se da matéria investigada serão associadas pela pesquisa de natureza bibliográfica (livros, teses, dissertações e artigos científicos) e a documental (fontes secundárias — revistas, livros, dados de produção, sites).

O levantamento bibliográfico voltou-se à recuperação das elaborações sobre o debate neodesenvolvimentista no Brasil, enfatizando a origem e a configuração assim como as críticas referentes à sua teorização. Priorizamos três linhas de debate: a crítica radical, que esboça a totalidade desse ciclo na América latina e no Brasil, a crítica moderada, que avança nas problematizações desse processo, mas difere os governos petistas das administrações neoliberais extremadas e a crítica dos intelectuais orgânicos do governo, que reforçam a visão

divulgada em que se estabeleceu um período de redução das desigualdades sociais e ascensão das classes sociais mais baixas.

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, destacamos duas importantes coletâneas que respaldaram nossas elaborações quanto à efetivação do ciclo neodesenvolvimentista. A primeira foi produzida em 2013 por Emir Sader, intitulada como *"Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais",* e reúne autores como José Luís Fiori, Marco Aurélio Garcia, Marcio Pochmann, Tania Bacelar de Araújo, entre outros, que em suas investigações nos conferiram importantes dados da quadra analisada. A segunda, organizada por Gilberto Maringoni e Juliano Medeiros em 2017, se intitula por *"cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo"*. Dentre os atores que a compõe, citamos: Leda Maria Paulani, Paulo Kliass, Igor Fuser, Andrea Caldas, e demais teóricos que foram fundamentais na compilação deste trabalho.

A pesquisa documental se baseou em consultas a revistas, sites, blogs de importantes cientistas políticos e a análises conjunturais dos autores estudados, sites de organismos oficiais do Estado, legislações, etc. com o intuito de identificar os dados macroeconômicos e tendências desse período na sociedade nacional, assim como ratificar as informações desenvolvidas por nós através dos dados bibliográficos e explicar certas nomenclaturas e conceitos trabalhados.

Ainda no que consiste a pesquisa documental, trabalhamos com dois materiais pertencentes ao PT, a saber, os arquivos fundantes do partido, como a carta de princípios de 1979 e a Carta ao Povo Brasileiro, documento que evidencia a condução partidária para o direcionamento do país, ambos presentes no site da Fundação Perseu Abramo. E, por fim, outro material que respaldou a nossa elaboração foi Revista do PT *"O Partido que Mudou o Brasil"*, disponível na página virtual da Fundação Lula e do próprio partido.

Diante do exposto, as perguntas que orientam o nosso estudo são as seguintes: o que foi o período neodesenvolvimentista no Brasil? Quais as contradições inscritas neste ciclo?

Assim sendo, conforme já indicamos no nosso trabalho, o desafio investigativo que nos propomos realizar é analisar a configuração do neodesenvolvimentismo no Brasil nos anos de 2006 a 2010. Nossa escolha temporal abrange o período do ápice econômico e do fomento a programas e projetos sociais.

Nossos objetivos são: descrever e analisar a caracterização do neodesenvolvimentismo brasileiro, evidenciar os principais direcionamentos de cariz neodesenvolvimentista nos governos petistas e apontar as críticas e contradições a esse período. Para isso, concretizar esta proposta analítica pressupõe ir além da aparência do fenômeno, pois busca-se uma tradução da dinâmica histórica que aprofunda e desenvolve este objeto tão complexo.

A análise da discussão dos dados da pesquisa está exposta em três capítulos. No primeiro capítulo, fazemos uma retomada histórica a fim de compreendermos os elementos constituintes da gênese e caracterização do novo desenvolvimentismo no Brasil e na América Latina. Focalizamos nosso esforço nas linhas centrais do pensamento de Rodrigo Castelo (2009; 2012; 2013), Claudio Katz (2016), Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012), Reinaldo Gonçalves (2012a), Ferreira (2018), entre outros, por acreditarmos que dentro do campo das ciências sociais essas análises se alinham a nossa postura ideopolítica, filiadas à teoria social de Marx.

Por termos didáticos, nesse momento apresentaremos já, de modo sucinto, algumas críticas a esse modelo, uma vez que no segundo capítulo trabalharemos as contratendências presentes numa relação dialética, as quais se materializaram em forma de expressivos ganhos sociais e políticos às classes populares.

Trazemos este estudo num movimento de apreender a relação entre essência e aparência, uma conjuntura em que o neodesenvolvimentismo era propalado como o grande projeto nacional de reparo das desigualdades, uma via para recuperação e autossuficiência do país. Direcionamo-nos a nossa síntese para as principais maturações e conclusões que desaguassem na caracterização do período e na essência do nosso objeto.

No segundo capítulo avaliaremos os principais programas e políticas de governos que se caracterizaram como neodesenvolvimentistas, a saber, as iniciativas sociais como o Fome Zero, o programa Cisternas no semiárido, os programas de transferência de renda, o salto no crescimento do ensino superior a partir de programas como o Reuni (Restauração e Expansão das Universidades) e o Fies (Programa de Financiamento Estudantil), os direcionamentos na área de infraestrutura como o Programa de Aceleração do Crescimento, os projetos na área de habitação (Minha Casa Minha Vida), entre outros. Nesse momento, também problematizaremos o papel dos bancos públicos estatais e a condução da política externa adotada.

Realizaremos essas análises tecendo um paralelo com a conjuntura vivida, apontando dados da realidade macroeconômica do país que testificam a política econômica aplicada, ou seja, situamos o nosso leitor quanto à dinâmica do Produto Interno Bruto (PIB), da inflação, de indicadores sociais como o índice de Gini, que mede a desigualdade social, das trocas comerciais internas e externas, das taxas de emprego e desemprego, o acompanhamento da evolução salarial, o consumo das famílias, disposição dos postos de trabalho nacionais, entre outras considerações acerca desse processo.

A opção nesse capítulo foi seguir as conduções dos autores que reafirmam o discurso governamental de crescimento econômico em expansão e ampliação da igualdade social, defendendo um panorama de transformações estruturais. Nesse pensamento, destacamos as produções de Emir Sader (2013), Gilberto Maringoni (2017), Luiz Belluzo (2013), Marco Aurélio Garcia (2013), José Fiori (2013), Jorge Mattoso (2013) e demais concepções que demonstrarem os impasses e os limites das administrações petistas, mas, ratificam o entendimento de que se tratou de um período diferenciado daquele da década de 1990, do neoliberalismo extremado — aplicado por FHC —, enquadramos aqui: Carvalho (2018); Pochmann (2012); Singer (2018); Boito Jr. (2018); Saad Filho e Lécio Morais (2018).

E, por fim, no terceiro capítulo, problematizamos o caráter dos avanços sociopolíticos e macroeconômicos ocorridos no período. Essa discussão partiu da perspectiva crítica-radical, evidenciando o direcionamento dominante burguês na natureza das medidas aplicadas. Como nos diz Kosic (2002 p. 16), “Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo se esconde nele”. Deste modo, fizemos o esforço de identificar as contradições presentes naquela realidade tão heterogênea e multifacetada.

Para tanto, nos amparamos nos exames de Giovanni Alves (2014b), Ana Elisabete Mota (2012), Sticovsky (2012), Oliveira (2018); Mota, Amaral e Peruzzo (2012), Gonçalves (2012b). Ainda consideramos as teorizações de Carvalho (2018), Singer (2017; 2018), Boito Jr. (2018), Pochmann (2012), Luce (2013) e Mauriel (2012) a fim de legitimar essa linha teórica que desde o início do processo dissertativo foi elegida.

Problematizar a ascensão e as contradições do neodesenvolvimentismo no Brasil é central para pensarmos a composição da política contemporânea nacional, assim como pensarmos estratégias de fortalecimento à luta de classes dentro da ordem da capital. Nesse sentido, além de um aprimoramento da minha reflexão crítica sobre a realidade, nosso estudo

é uma contribuição ao debate teórico-político desse novo modelo de desenvolvimento que se levantou em nossa sociedade nos anos 2000, fomentando políticas e ampliando ações de cunho social para refrear as organizações classistas e as lutas populares, incutindo à sociedade liberal como a única possível.

2 A TEORIZAÇÃO DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO

> *"[...] E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial".*
>
> *(Karl Marx, 2011).*

Este capítulo descreve a origem e a caracterização do novo modelo de desenvolvimento aplicado no Brasil na primeira década dos anos 2000. Analisamos as principais linhas que explicam a constituição e o fortalecimento desse ideário no país, quais sejam, a teoria macroeconômica difundida pelo economista Bresser-Pereira; a dos intelectuais acadêmicos provenientes da tradição Keynesiana[7] e a corrente social desenvolvimentista, na qual continha em seu núcleo intelectuais vinculados ao governo.

Embora de caráter distintos, as três correntes propunham um novo alinhamento da relação Estado, mercado e sociedade civil e também se aproximavam pelo fato de disporem de recursos e meios para a propagação de suas teorias, seja na grande mídia nacional, nas linhas de pesquisa de grupos universitários e em setores chaves de pesquisas industriais/empresariais do país.

[7] A doutrina Keynesiana é assim chamada porque nos anos de 1929 o economista inglês John Keynes, frente ao quadro de crise econômica mundial, defendeu a intervenção estatal na economia como meio de aquecer a produção. Este estudioso considerava as medidas democráticas como solução da crise. Nesses termos, cabia ao Estado o reestabelecimento econômico e objetivava alcançar o pleno emprego e controle da inflação. Tinha-se o chamado Welfare State — Estado de bem-estar social (BEHRINHG; BOSCHETTI, 2011).

Teorizamos a respeito da influência dessas teses na composição do novo desenvolvimentismo brasileiro assim como trabalhamos as principais determinações, singularidades e controvérsias[8] desse ciclo, com o propósito de situar o nosso leitor não apenas da realidade apresentada naquele período, mas da vivenciada em suas múltiplas dimensões.

2.1 DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO À CRISE DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

Neste momento, traçamos um breve estudo a respeito da experiência desenvolvimentista no país entre as décadas de sua maior expressividade, de 1950 a 1970. Debateremos como esse modelo se fortaleceu, suas principais caracterizações e como foi solapado pela ordem econômica mundial burguesa com a instauração do regime militar, o qual compreendemos como a ponte de acesso para a ofensiva capitalista que se sucederia.

No final dos anos oitenta, o neoliberalismo se fortaleceu como um meio de viabilizar e impulsionar o desenvolvimento da região latina e dos países periféricos. Um páreo sucessor depois do avanço capitalista nas formas de regime militar implantados nessas regiões.

A proposta neoliberal pregava a liberação comercial, a desregulamentação do mercado e um Estado mínimo nas intervenções de cunho social, sendo um período que marca o fortalecimento do capital financeiro mundial. Contudo, na segunda metade da década de noventa, essa racionalidade apresentou sinais de esgotamento: um quadro de redução dos níveis salariais, precarização do trabalho, desemprego estrutural, parcos investimentos sociais e a intensificação dos dilemas sociais históricos, como as expropriações e a retirada da população do campo e de indígenas de suas áreas, tornaram insustentável a realidade de muitos cidadãos latinos.

As infelizes consequências dessas políticas introduziram um novo ciclo na América Latina, um cenário de crises e disputas interburguesas e a abertura de uma série de manifestações sociais. A insurgência de conflitos populares reavivou as urgências e necessidades nacionais e democráticas, atualizou a defesa pelo anti-imperialismo e

[8] Trataremos mais especificamente das contradições neodesenvolvimentistas no capítulo terceiro, mas apresentamos alguns dos seus dilemas no presente capítulo a fim de fornecer um subsídio ao leitor (introduzir esse debate) que se deparará no próximo capítulo com narrativas que tecem uma apologia a essa ordem.

reaproximou o horizonte socialista. Essas insurreições redimensionaram as relações sociais de coalizão e frearam os ataques do capital iniciados com a instauração dos regimes militares. Embora não tenham conseguido reverter à raiz conservadora, abriram um novo contexto de resistência na região. Este cenário desembocou no fortalecimento de governos progressistas no território.

Diante dessa conjuntura, as classes dominantes passaram a recompor a sua ofensiva ideológica e política e traçaram um projeto reformista e restaurador sob a mesma sustentação conservadora. Tratou-se de uma reação ao despertar político da população diante do agravamento das expressões da questão social[9]. Nasce assim, uma nova concepção de desenvolvimento como saída para apaziguar os ânimos populares e manter o poderio político e econômico da elite burguesa.

2.1.1 A ilusão desenvolvimentista do século XX

No pensamento econômico brasileiro, as primeiras experiências com o nacional-desenvolvimentismo datou do final da década de 1930[10]. Essa ideologia nasceu dos estudos desenvolvidos pela CEPAL e pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os quais objetivaram compreender a condição de subdesenvolvimento dos países periféricos inseridos na economia global, mirando a realidade latino-americana (CASTELO, 2009).

A concepção do nacional-desenvolvimentismo (ND)[11] diz respeito a um modelo econômico baseado no estímulo da atividade industrial interna em vez das importações. Nesse contexto, tanto a produção desempenhada no país quanto as relações mercantis externas da dinâmica estabelecida com o capital internacional voltam-se para a contribuição do quadro econômico nacional e também para o fortalecimento do país diante do mercado internacional.

---

[9] Compreendemos que as expressões da questão social referem-se ao produto de uma pobreza construída historicamente, consequência do sistema capitalista de apropriação e acumulação. São as contradições entre capital e trabalho presentes no dia a dia da vida social, pode-se citar: desigualdades sociais, desvalorização do trabalho, retirada do Estado nas políticas e necessidades sociais, responsabilização do indivíduo, fome, vulnerabilidades sociais, entre outras.

[10] Segundo Castelo (2012), o processo industrial ganha corpo nos anos de 1930 diante da vulnerabilidade do mercado mundial com a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929.

[11] Como iremos repetir muito sobre esse modelo e contexto, passaremos a partir daqui a nomear o nacional-desenvolvimentismo por ND, por termos didáticos da nossa elaboração. Em alguns momentos da dissertação optamos por nomeá-lo de modo completo ou caracterizá-lo como antigo desenvolvimentismo, velho desenvolvimento a depender da construção realizada.

O objetivo desse modelo econômico, portanto, era o alcance de uma nação autossuficiente, provedora de suas próprias necessidades (GONÇALVES, 2012a).

Essa iniciativa se deu por meio do Estado com a viabilização de empréstimos e garantias de isenções tributárias para as indústrias e fábricas naquela ocasião. Conforme Castelo (2012) foi mediante essas intervenções que se definiu uma nova relação entre o Estado e a emergente burguesia nacional[12] no cenário político-econômico da época. No entanto, ressalta que tal articulação se forma sem eliminar a antiga estrutura de elite agrária estabelecida, cultivando-se assim as oligarquias e legitimando o desenvolvimento desigual e combinado[13].

No plano político-econômico, citamos as seguintes caracterizações deste modelo: preferência ao capital privado interno, estabilização macroeconômica, política comercial protecionista, incentivo a setores industriais privados por parte de investimentos estatais e a priorização da burguesia industrial interna. No plano estratégico, como já identificado, observa-se a alteração da estrutura produtiva com a incidência da industrialização em detrimento da importação. A burguesia nacional busca a partir dessa tática o controle de uma fração do sistema de produção e reprodução do capital e para isso impõe como meta o fortalecimento interno diante do cenário externo.

Nesses termos, se fortalece a ideia de modernização que se daria por meio de um desenvolvimento nacional. O Estado foi considerado elemento central para se chegar aos avanços sociais e econômicos, e cabia a este a sutil tarefa de harmonizar os conflitos internos entre a burguesia industrial e os trabalhadores. Assumia-se a necessidade de reformas no bojo da democracia burguesa como a trabalhista, a agrária, o posicionamento pelo direito ao voto e políticas para geração de renda e emprego, sendo um pacto apoiado pelos progressistas da época que beneficiaria a classe trabalhadora e a burguesia industrial. A seguir, uma síntese das principais especificações do projeto ND.

> [...] (1) defesa da autonomia e da soberania nacionais; (2) a industrialização como meio necessário para a superação dos entraves do desenvolvimento da periferia; (3)

[12] Compreendemos que a burguesia nacional emergente ao qual trata Castelo (2012) corresponde ao mesmo seguimento de teorização trabalhado por Boito Jr. (2018). Desse modo, entendemos que a burguesia nacional corresponde ao encontro das classes favorecidas pelo capital interno. Neste setor encontra-se os industriais, parte substancial do agronegócio e interesses dos bancos nacionais. Para Boito Jr. a burguesia interna é aquela que irá demandar de algum modo subsídio estatal como grupos de ensino, saúde, construção civil, setor industrial, entre outros.

[13] A teoria do desenvolvimento desigual e combinado foi elaborada por Trotsky na busca de desvelar as contradições econômicas e sociais e as processualidades históricas formativas que determinavam a condição dos países dominados (LÖWY, 1998).

> o Estado entendido como um agente estratégico promotor de políticas de planejamento e bem-estar social; e (4) a participação ativa de uma *intelligentsia* culta e bem formada na gerência de postos-chave do Estado (CASTELO, 2009, p. 73).

O ápice desse modelo se deu entre os anos de 1950 e 1960 no governo de Juscelino Kubitschek com o recebimento de importantes multinacionais e com investimentos em grandes obras internas e no setor de bens e consumo. Conforme Castelo (2009), até os anos de 1960 o ND detinha prestígio político e social. Como correspondia ao projeto da burguesia industrial nacional, se tornou o pensamento hegemônico da época. No entanto, não alcançou os resultados propagados de autonomia e modernização das esferas sociais e econômicas admitidas como atrasadas.

Um dos fatores fundamentais para o fim das ilusões de modernidade e soberania nacional foi a instauração da ditadura civil militar[14]. Essa fase política teve suas bases na burguesia filiada ao capital internacional, no aparato do Estado e na autonomia do exercício militar, que atuou em um elevado estágio de repressão. Tratou-se de um ataque capitalista às regiões periféricas que começaram a desenvolver políticas internas para a liberdade e emancipação nacional econômica, expressando uma resposta final aos movimentos de revoluções que se fortaleciam e à organização social que tomava forma[15].

> Os grupos progressistas — dos trabalhistas aos comunistas, dos reformistas aos revolucionários — que apoiavam em maior e menor grau o nacional-desenvolvimentismo foram derrotados e massacrados por uma ditadura civil-militar de vinte anos, e o desenvolvimentismo tomou novos rumos sob o tacão de ferro dos militares, da tecnocracia estatal e da burguesia hegemonizada pelos monopólios internacionais. O milagre veio, o bolo cresceu, mas a dependência e o subdesenvolvimento persistiram, e as desigualdades socioeconômicas aumentaram, com imensas perdas para a classe trabalhadora (CASTELO, 2012, p. 621).

Esse contexto ditatorial militar registra um momento de elevados índices econômicos. Todavia, na contramão dessa tendência houve uma ampliação da disparidade e segregação social estando as camadas populares e a classe trabalhadora apartadas desse processo. Para Klachko e Arkonada (2017), a ditadura militar preparou a sociedade para o posterior processo de exploração da força de trabalho que estava para ser desempenhado. Abriu o caminho para a aplicação do capital financeiro sob uma "roupagem" democrática. Castelo (2012) defende que

[14] A ditadura civil militar foi um regime político de caráter nacionalista e autoritário que se iniciou no dia primeiro de abril de 1964 e chegou até o dia 15 de março de 1985. Os governos eram dirigidos por militares e foi um período marcado de extrema violência, repressão e censura pelos membros das forças armadas.

[15] Fortalecia-se nos países dependentes, por meio de um projeto burguês nacionalista, a ideia de atingir um novo estágio de desenvolvimento por meio de suas matrizes econômicas internas, desvinculando-se da dependência externa e da polarização dos EUA. Na região da América Latina, países como Chile, Argentina, Colômbia e Bolívia também sofreram golpes militares.

esse período dá partida à primeira fase do neoliberalismo na região da América Latina. Argumenta que ditadores como Pinochet no Chile e a experiência argentina de ataque aos direitos humanos e o direcionamento econômico tomado demonstram que a autocracia burguesa serviu de acesso, de abertura de boas-vindas para o livre mercado.

Segundo Sampaio Jr. (2017, p. 153), as características da implantação do regime burguês da ditadura em diante, demarcaram o país como uma "[...] sociedade mercantil, antissocial, antinacional e antidemocrática". A superexploração do trabalho se consolida, uma espécie de "a regra do jogo", como condição específica desse ritmo de desenvolvimento. Assim, minaram-se todos os sonhos e expectativas de um capitalismo inclusivo e sensível às necessidades humanas. Não haveria mais a evidência do conflito entre capital e trabalho, o que antes era uma forma para o alcance de garantias e direitos sociais, agora não se colocaria a ordem em perigo ou dúvida. O lema era o apaziguamento das classes sociais, o estreitamento entre elas não tocando em suas contradições ou "divergências", digamos assim.

Nesse quadro histórico de ebulição política, por volta dos anos 70, estudiosos[16] passaram a problematizar fatores nevrálgicos da formação econômico social do Brasil. Analisaram questões estruturais da processualidade histórica desde a colonização do país, trazendo no bojo de suas considerações a posição subordinada e dependente do Brasil ante as demais potências imperialistas. Assim como o entendimento de que era a lógica capitalista a responsável por criar e reproduzir o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, sendo este último uma condição para a manutenção do capital. A dependência do país foi encarada como elemento central das desigualdades e da condição de subordinação. Temas como luta de classes, alianças políticas, Estado, industrialização, inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, passaram a ser discutidos (CASTELO, 2012).

Tratou-se de um debate intenso no pensamento socioeconômico brasileiro. Castelo (2012, p. 621) conta que setores das classes sociais e grupos sociais se respaldaram nas produções desses intelectuais para levantarem suas bandeiras a fim de orientar ideopoliticamente o país. Nesse ínterim disputam os liberais, marxistas e desenvolvimentistas que partiram dos escritos desses autores acerca dos aspectos formativos da nação para apresentarem suas perspectivas teóricas. O intuito era o alcance a uma "direção intelectual-

[16] Apontamos alguns dos clássicos do nacional-desenvolvimentismo: Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Ruy Mauro Marini, Nelson Werneck Sodré, entre outros.

moral" no país. Nessa ocasião, a ameaça do socialismo[17] estava presente e consideramos esse um dos fatores que explicam a ampliação e direcionamento das análises heterodoxas do pensamento econômico na América Latina.

Castelo (2009) pontua os aspectos positivos galgados a partir da corrente ND. Entre os principais avanços, destaca a ampliação das problematizações acerca dos direitos sociais, a perda da centralidade economicista como única forma de reversão ao subdesenvolvimento e uma maior teorização para a viabilização de participação das camadas populares no cenário político. De acordo com o autor, é necessário considerar o cenário econômico mundial — de possibilidade socialista — para explicar esses avanços. Contudo, conforme argumenta, as pretensões defendidas para reformas sociais profundas não chegaram a ser logradas, tanto pela conjuntura de regime militar quanto pelos próprios dilemas presentes nesse modelo de desenvolvimento.

Em relação às contradições compostas nessa racionalidade, Castelo (2009) apresenta alguns determinantes para o malogro desse modelo. Entre eles, destacamos: o fato de tal ideologia não levar em consideração as limitações e o contexto do mercado mundial; a relação com os organismos de cooperação internacional que se estabeleceu mais como um mecanismo de dependência do que de suporte; a negligência sobre problemáticas históricas e estruturais como a concentração de renda, a disparidade social e os mecanismos de dominação e exploração da nação.

Nesse seguimento, compreendemos que tais fatores reunidos correspondem a uma lacuna teórica e prática do ND referente tanto aos aspectos estruturais quanto ao contexto sócio-político da época. As próprias contradições presentes no pensamento nacional-desenvolvimentista minaram o campo constituído, e, desse modo, se abriu espaço para outras direções políticas em disputa.

Apesar dos avanços e pretensões para a criação de uma "modalidade" de Estado de bem-estar social, o ND resultou em um brutal processo para contenção dessas forças políticas, a instauração do regime civil militar, minando as ilusões e as esperanças democráticas de modernização e ascensos sociais, de superação de um contexto nacional de sobreposição às

[17] Nos anos de 1960 a conjuntura mundial assistia a um conflito militar entre duas ordens ideológicas: o capitalismo representado pelos EUA e o socialismo com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esse embate ficou definido como guerra fria por não ter partido para um conflito bélico ou armado, compreendeu o período de 1945 (pós- segunda guerra) a 1991 (queda URSS).

grandes economias. Um processo que viabilizou a entrada da ideologia neoliberal que sob uma agenda "neoconservadora" e a serviço do capital financeiro, encobriu essa discussão

2.1.2 A ampliação neoliberal e o enfrentamento aos seus limites na América Latina

O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 marca o período em que o ideário neoliberal começou a ser ensaiado e propagado pelo mundo[18] com as gestões de Margareth Thatcher (EUA) e Ronald Reagan (Reino Unido). Expunha-se a necessidade de políticas de regulação econômica visando a concentração do capital e o benefício das camadas dominantes que o representa. Para tanto, as medidas empregadas objetivavam as privatizações de estatais e o enfraquecimento das organizações de trabalhadores que haviam sido levantadas e fortificadas na "idade de ouro" do capital, entre 1945 e 1975. A finalidade desse receituário é colocada na seguinte afirmação:

> O remédio, então era claro: manter um Estado forte, sim em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos de bem-estar, e a restauração da taxa 'natural' de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1995, p. 11).

Desde então, a lógica centrada no mercado e nos movimentos econômicos passou a ser difundida como modelo de aplicação eficaz para o alcance da inovação, modernização e desenvolvimento. Para Klachko e Arkonada (2017), dois fatores explicam a centralidade da reestruturação e do avanço do capital em escala mundial a partir dos anos de 1980: a crise de superacumulação capitalista da década de 1970[19] e a queda do campo socialista[20], fatos que,

[18] No entanto, em 1973, no Chile, sob o governo ditatorial de Pinochet, houve conduções de caráter neoliberal.

[19] A crise econômica da década de 70 correspondeu à superprodução do padrão de acumulação taylorista/fordista que estava em execução desde o segundo pós-guerra. A organização desse sistema sustentava-se pela atividade industrial com a proposta de produção em série e em massa para o grande consumo. Esse padrão de produção foi vigente no período Keynesianista, que garantia ao "pleno emprego" e nutria a cultura de estabelecer os níveis de salário conforme as negociações com as variadas categorias de trabalhadores ou seguindo as direções sindicais (IAMAMOTO, 2015). A crise desse modelo evidenciou-se no início da década de 70 com um quadro de estagnação econômica. Os principais determinantes foram: a alta da inflação; o crescente desemprego causado pela incidência da utilização de maquinários ao invés da mão de obra humana; o ascenso de novas potências econômicas do Ocidente como Alemanha e Japão, que passaram a disputar diretamente com os Estados Unidos, redimensionando as relações mundiais de poder e exacerbando a disputa e a competitividade entre esses mercados. Foram esses agravantes que passaram a exigir adequações e remodelações no então modelo de produção (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

[20] Conforme Netto (1995), no processo de transição socialista se faz mister promover tanto a socialização do poder político quanto a socialização da economia. O autor reitera que esta última só pode ser consolidada após a primeira ser atingida. Conforme nos fala, na experiência tida esse fator fundamental não ocorreu, o que se estabeleceu foi uma pífia socialização do poder político, defende que se fazia necessário para os alicerces da transição ao socialismo uma remodelação do sistema político e só a partir de então ocorreria a viabilização de

segundo esses autores, resultaram em bruscos espraiamentos do capitalismo e no aprofundamento das relações de produção e exploração nas regiões periféricas.

Com o colapso do socialismo real, se disseminou o discurso de "fim da história" (NETTO, 1995); (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), uma narrativa que defendia o neoliberalismo como o início do projeto de supremacia do capital, sem a condição de volta ou ruptura dessa ordem. Assim, os anos de 1990 seguiram à risca a cartilha neoliberal, nos direcionamentos econômicos adotou-se um programa de privatizações em massa, cortes nos recursos dos programas sociais, regulamentação econômica em favor das classes mais abastadas como os grandes capitalistas e empresários, flexibilização do trabalho, saída do Estado de suas funções sociais e um aumento da dependência aos centros financeiros internacionais.

Emergia um novo estágio, que objetivava legitimar o poderio do capital em escala global. Na América Latina, o Consenso de Washington foi o grande difusor dessa racionalidade. Tratou-se de um encontro ocorrido em 1989 na capital dos Estados Unidos, no qual reuniu o Fundo Monetário, o Banco Mundial e o departamento do tesouro estadunidense. Na ocasião, se apresentou uma crítica à experiência do ND empreendida na América Latina nos anos de 1950 e 1960[21] e se formulou uma agenda no campo político-econômico para o alcance do desenvolvimento nos países dessa região. Defendeu-se nessa cartilha a aplicação de dois quesitos centrais: liberação e desregulamentação, significando a redução e simplificação das normas estatais nos assuntos do mercado (GONÇALVES, 2012a).

Além da maximização dos lucros e da ampliação da hegemonia do capital nas regiões periféricas, as pautas colocadas nessa "recomendação internacional" visavam também impedir possíveis movimentos revolucionários e o fortalecimento de ideologias e práticas de caráter esquerdista. Como podemos perceber, o encontro de Washington não estabelece nenhuma medida nova, na verdade, propala a conduta econômica liberal pregada nos anos de 1970.

---

um novo modelo de crescimento. Segundo sua análise, era impossível aperfeiçoar o viés econômico para a entrada de uma transição ao socialismo, quando as mesmas formas sociais e políticas continuavam a impedir e a delimitar a participação popular. Para esse autor, a crise do socialismo do século XX diz respeito às sociedades pós-revolucionárias que defendiam um padrão econômico com a ausência do mercado. De acordo com sua análise, a crise se deflagra porque o Estado aparece ligado com o aparelho partidário em uma formação que caracteriza monopólio, excluindo os trabalhadores e o restante da sociedade. E por fim, esboça a tese de que esse processo não correspondia à teoria empreendida por Marx e Engels.

[21] O receituário estabelecia ações para conter a crise e a dívida externa, o atraso econômico e as altas tarifas inflacionárias.

O resultado da implantação desse programa foi uma série de crises financeiras nos países dependentes durante os anos noventa. Países como México, os Tigres Asiáticos[22], Rússia, Brasil e Argentina foram atingidos por esse processo. Economias fundamentais da América Latina foram abaladas. As principais críticas são que essa racionalidade colaborou com a concentração e disparidade de renda na região latina, além da intensificação e centralidade estadunidense nessa área, criando um cenário de acentuação da vulnerabilidade social e aprofundamento da sujeição econômica dos países periféricos, em que se apresentaram os limites e o esgarçamento do modelo neoliberal.

No final dos anos 1990 para início dos anos 2000, desponta mobilizações a âmbito mundial contrárias à globalização e ao neoliberalismo, são os chamados movimentos antiglobalização, cuja crítica central estava na presente situação socioeconômica dos países periféricos. Caracterizou-se como uma ação coletiva global que reuniu setores e redes de movimentos progressistas por todo o mundo, transcendendo a dimensão estatal. Essa ação agrupou ativistas feministas, ambientais, sindicais, de direitos humanos, movimentos sociais, partidos políticos e Organizações Não Governamentais (ONGs). Com a proposta de unir o local e o global, essas mobilizações levantaram suas bandeiras de luta contra a globalização econômica, que distanciava cada vez mais os afortunados dos miseráveis, as potências econômicas dos países periféricos (BRINGEL; MUÑOZ, 2010).

A partir da formação dessa rede comum estabeleceram-se expressivos encontros para articulação de planos e estratégias reivindicativas. Destacam-se como marcos os protestos contra a Rodada do Milênio, patrocinada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), uma reunião ocorrida em 1999 em Seattle nos EUA, visando discutir as regras do comércio internacional. Na ocasião, manifestantes vão às ruas e apontam a OMC como vetor da degradação ambiental e do subdesenvolvimento de muitos países. Outro destaque foi a ação promovida pelo Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, também em Seattle, uma iniciativa que visava evidenciar a natureza espoliativa do capital e seus desdobramentos sociais, e as manifestações de 2001, em Gênova, na formação de uma arena de luta em oposição à guerra do Iraque e os protestos contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

As principais qualificações do que foram esses movimentos compreendem a heterogeneidade (junção de variados setores da esquerda), as diversas diretrizes de luta, uma

[22] Refere-se a quatro economias de destaque no Continente asiático: Hong Kong; Cingapura; Coreia do Sul; Taiwan.

das explicações para a grande visibilidade midiática dessas mobilizações, e as novas tecnologias da informação e comunicação que contribuíram decisivamente na articulação e organização de estratégias para o espraiamento e fortalecimento dessa rede (BRINGEL; MUÑOZ, 2010).

Entre as pautas reivindicativas dos ativistas, estava o fim dos acordos comerciais e do livre fluxo do mercado e o posicionamento de importantes agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, quanto aos rumos da globalização. Dessas principais exigências, destaca-se "o perdão das dívidas externas dos países mais pobres, a democratização e transparência das agências e a implantação de mecanismos de regulação de fluxos de capital especulativo [...]" (CASTELO, 2013a, p. 273).

Os manifestantes também contestavam a forma das negociações entre países periféricos e centrais viabilizadas pelas companhias transnacionais. A crítica consistia no reconhecimento de que essas empresas atuavam no mercado global visando os seus próprios interesses, o que acarretava a negligência e a consequentemente ampliação das vulnerabilidades e dilemas sociais. A decadência econômica e social das economias neoliberais, em destaque aos países latinos, se intensificou e, diante do atual estágio da mundialização financeira, atingiu a diversas transações econômicas, tornando-se um risco real ao sistema capitalista. "Pela primeira vez na história do capitalismo, uma crise financeira em um país periférico é suscetível de abalar os mercados centrais" (CASTELO, 2013a, p. 270).

Nesse movimento, o início do século XXI assinala uma trajetória de insurreições na América Latina. Eclodiram diversos atos e manifestações das principais economias da região, que se contrapuseram à aplicabilidade do livre mercado, um cenário que modificou o apassivamento das classes populares em relação aos desígnios neoliberais. Essas manifestações delimitaram o escopo de atuação do avanço do capitalismo nessa região e atenuaram a intensidade da aplicação do projeto burguês desenvolvido pela direita nos anos de 1970.

Para Klachko e Arkonada (2017), duas importantes referências retratam a resistência das políticas neoliberais na América latina. A primeira é o levante zapatista, ocorrido no México em 1994, ano em que começa a vigorar no país o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA-TLCAN)[23]. O levante do Exército Zapatista da Libertação

[23] Um bloco econômico composto por Estados Unidos, México e Canadá. A supremacia do grupo é a estadunidense, restando ao Canadá e ao México uma relação de dependência das exportações com os EUA. A

Nacional (EZLN) tratou-se de um exército popular que conquistou bases de apoio na defesa da libertação nacional e de demais países da região, entre suas principais bandeiras de luta estavam a defesa dos direitos indígenas e democráticos. No primeiro momento, a iniciativa obteve pautas internas e conseguiu fortalecer uma base de apoio. Conforme os autores, esse movimento foi de grande magnitude para a América Latina, que até então tinha apenas como referência a experiência cubana.

A segunda resistência foi desempenhada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que nasceu no Brasil nos anos de 1980. Esse grupo se colocava de frente contra a estrutura de alta concentração e improdutividade de latifúndio no país, que beneficiava de modo direto o agroexportador e o agronegócio. Desse modo, não confrontavam diretamente o capitalismo, mas questionavam as formas de propriedade pelo Estado burguês e as políticas desempenhadas que sustentava essas disparidades. Empreendia uma crítica à dominação capitalista e se colocavam na defesa da radicalização democrática. A base social era composta pela população agrícola, pequenos proprietários rurais, trabalhadores rurais desalojados de sua área produtiva[24], entre outros segmentos (KLACHKO; ARKONADA, 2017).

Conforme Klachko e Arkonada (2017), podemos caracterizar em dois segmentos o processo de lutas antineoliberais ocorridas na América latina. Um grupo mais duro, compreendido como pós-neoliberal, em que se enquadram países como Venezuela, Bolívia e Equador, o grupo bolivariano então pertencente à Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA)[25], que a partir da luta social e popular travada legitimou transformações políticas em novas constituições. Esse campo desponta uma intenção ao socialismo.

O segundo grupo é composto por Argentina, Brasil e Uruguai. Um polo mais progressista, se colocando de encontro ao imperialismo. De acordo com os autores, esses governos diferenciam-se do primeiro campo pelo cariz neoliberal que traçaram. “Continuaram com a ditadura do capital sob formas democráticas” (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 128). Tais países apostaram em modelos econômicos em que puderam conjugar a implementação da redistribuição da riqueza como estratégia para a redução da pobreza e aquecimento do mercado.

---

situação do México ainda é mais agravada, uma vez que possuí uma economia submissa em relação aos EUA, fato que beneficia essa potência capitalista, a qual aproveita de sua condição para extrair matérias-primas, produtos industrializados, minerais e naturais a preços inferiores para vender em seu próprio território.

[24] Pelas medidas concentradoras de terras em benefício da burguesia agroindustrial.

[25] Para uma maior compreensão quanto este bloco ver Klachko e Arkonada (2017).

Nesse processo, cinco países saíram vitoriosos com as mobilizações empreendidas. Argentina, Bolívia, Equador, Venezuela e Peru, que entre os anos de 2000 e 2005 protagonizaram verdadeiras rebeliões denunciando as insatisfações políticas nessas localidades. A partir dessa iniciativa, se alcançou a deposição de autoridades repressivas, assim como minorou as chances de reações burguesas e desarmonizou a ofensiva bruta das classes dominantes. Os presidentes que seguiam a cartilha neoliberal de privatização, liberação comercial e flexibilização do trabalho foram destronados, projetos e programas destinados a essa corrente perderam sustento social (KATZ, 2016).

Desta forma, se fortaleceram partidos de posicionamentos antineoliberais, os principais países foram Venezuela com a eleição de Hugo Chávez pelo Partido Socialista Unido de Venezuela (PSVU), Brasil com Lula da Silva do PT, Argentina, Néstor Kirchener do Partido Justicialista (PJ) e Bolívia elegendo Evo Morales do Movimiento Al Socialismo (MAS) (CASTELO, 2013a).

A critério de embasamento e contextualização, pois não é um objetivo aqui nos aprofundar nas especificidades nacionais de cada país da América Latina , problematizaremos de modo sintético o quadro social e político da Argentina e da Bolívia, representando os dois segmentos que se colocaram na luta contra o neoliberalismo, enquadrados por Klachko e Arkonada (2017).

Na Argentina, a partir da década de 1990, a população passou a sofrer os rebatimentos do modelo neoliberal de modo mais incisivo. Sob a direção de Carlos Menem do partido Justicialista (PJ), se tinha um cenário denominado pelos setores dominantes como a “teoria do derrame”, no qual defendiam a importância de deixar o bolo crescer para depois compartilhá-lo. A conjuntura era caracterizada por indicadores macroeconômicos em saldos louváveis, todavia, apresentava tristes resultados sociais. Eram alarmantes o aumento dos níveis de pobreza, do desemprego e do subemprego e o crescimento da centralização e a concentração de riqueza e renda.

As manifestações se iniciaram em 1993, com o objetivo de contrariar a lógica oligárquica financeira e perdurou até 1997. Nesse período, a economia foi atingida pelos rumos da crise mexicana que teve seu auge em 1995, eram comuns os bloqueios de rodovias e as greves gerais. O ápice desse movimento foi entre 2000 e 2001 com a coesão da classe trabalhadora e a expansão das greves no movimento dos piqueteiros (trabalhadores

desempregados) de extensão nacional, que contou também com a forte luta dos então trabalhadores assalariados (KLACHKO; ARKONADA, 2017).

Em 2001 há uma intensificação nos movimentos populares, que, nesse estágio, ganharam unificação dos setores sociais. O país evidencia uma crise política e econômica, parte do eleitorado não compareceu às votações para decidir quanto ao cargo máximo da república, e muitos dos que foram anularam os seus votos. Nesse mesmo ano como resposta às insurreições populares tem-se a queda do presidente Fernando De la Rúa. Em 2002, se finda o ciclo de manifestações populares, que na ocasião consegue sobrepor os seus interesses aos da oligarquia financeira. As frações burguesas que aderiram às políticas neoliberais perdem espaço, e, desse modo, se formam novas alianças e um movimento de recomposição das classes sociais para uma "nova" direção de governo (KLACHKO; ARKONADA, 2017).

Na Bolívia, os rebatimentos do consenso de Washington se concentram pela via do sistema de capitalizações das estatais, que mesmo não sendo privatizadas completamente passavam a ser geridas por empresas transnacionais, o que implicou obrigatoriamente na partilha de ganhos e lucros com essas companhias. Conforme Klachko e Arkonada (2017), essas relações se intensificaram sob o argumento da ineficiência do setor público (que, de fato, vinham sendo dilapidados com a administração das oligarquias financeiras). Nesse crivo, colocava-se a necessidade de uma modernização, que, conforme defendiam os neoliberais, seria alcançada mais eficientemente por meio dessa relação de troca com as transnacionais.

Nessa região, houve um forte levante territorial pelas lutas indígenas que saíram em defesa de seus direitos com a questão da demarcação das terras. Os anos 2000 marcam o fortalecimento da luta de resistência e mobilização, destacam-se nesse cenário mineiros, indígenas urbanos e rurais e algumas lutas coletivas potencializadas como a dos indígenas do Altiplano e Vale Norte de La paz, Achacachi e Omasuyos (KLACHKO; ARKONADA, 2017); há guerra contra a privatização da água em Cochabamba, que uniu trabalhadores urbanos, sindicatos rurais e operários representando várias regiões e a guerra do gás em 2003[26], que nacionalizou a luta reunindo reivindicações locais, populares indígenas que se

[26] Em 2003, a partir das revoltas populares na luta contra as forças armadas a mando do então governo boliviano e em uma sequência de derrotas e perdas de apoio político, o presidente de Sánchez de Lozada renuncia ao cargo.

posicionavam contra o imperialismo e o neoliberalismo[27]. Referente a essas processualidades históricas, nos falam os autores:

> O que se reflete em todos esses processos por meio das urnas é a mudança de correlação de forças políticas, provocada pela crise das classes dominantes que abre caminho às lutas populares de baixo e de cima. Essa força social (aliança) de caráter popular conduzida em alguns países por setores da burguesia e em outros por setores dos trabalhadores e dos camponeses, ainda que coloquem metas de reforma dentro do sistema, abrem um novo período da luta de classes em Nuestra América, a partir do qual novamente se reconfiguram as alianças e forças político-sindical [...] o ciclo da rebelião dos anos 1990 e princípios dos anos 2000, tinham a ver diretamente com as políticas neoliberais de ajuste e suas consequências: o corte no chamado "gasto social" em educação, saúde, etc.; a falta de trabalho e moradia, a fome, a impunidade a repressores, as privatizações da água, do gás do petróleo e outras — que já haviam ocorrido ou estavam em gestação —, a imensa dívida externa que era prioridade sagrada para os governos, as políticas do FMI, a Alca. (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 120-121).

É importante colocar que os resultados alcançados por meio desse reavivamento social não ocorreram nas demais partes do globo, sendo um processo vivenciado na América latina. Na particularidade brasileira, os efeitos do modelo neoliberal rebatem na segunda gestão de FHC, com a reestruturação produtiva[28] o país entra em uma crise econômica sem precedentes. Diferente da realidade de outros Estados latinos, as reivindicações internas não resultam em grandes insurreições, porém, despontam os limites e insuficiências da aplicação rígida do modelo de livre mercado.

Nesta ocasião, vivenciando a chamada reestruturação econômica, as empresas adotaram novas tecnologias, novas formas de produção, como a substituição do trabalho vivo pelo trabalho mecanizado, a flexibilização do trabalho, fato que modificou o padrão de empregos com alterações na forma de contratação e subcontratação. O Estado contribuiu de modo cabal para a desmobilização das práticas sindicais e, com isso, se teve um aumento exponencial de empregos precários, da terceirização, do trabalho informal, da dependência tecnológica produtiva e externa. Nessas circunstâncias, elevaram-se as taxas de desemprego nacional e a pauperização, incidindo consequentemente na ampliação da pobreza relativa (SAAD; MORAIS, 2017).

Boito Jr. (2018) descreve o cenário das décadas de 1990 a 2000 como um momento marcado pela implantação do projeto neoliberal em contraste ao desenvolvimentismo que o antecedeu. Um receituário que contemplou interesses burgueses nacionais e do capital

[27] Sobre os processos de lutas elencados, ler Klachko e Arkonada (2017).
[28] Corresponde ao modelo Toyotista que se estabeleceu após a crise nas configurações produtivas dos anos 70 com o modelo Taylor/fordista.

internacional, em suas práticas mantém-se o declínio de um Estado provedor de serviços ao social, do desenvolvimento industrial e dos direitos sociais e trabalhistas, e amplia-se a desnacionalização de empresas e produtos.

Este período caracterizou-se pelas vendas das empresas nacionais da siderurgia petroquímica, da indústria de fertilizantes, empresas de telecomunicações, da administração das rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias. Uma das principais tendências desse modelo foi a supressão do protecionismo dos mercados internos latino-americanos, o atendimento aos interesses internacionais, repelindo desse modo a burguesia interna com a concorrência de produtos importados a menor preço. No plano econômico citam-se as seguintes configurações: desiquilíbrio das contas externas — acúmulo de déficits crescentes; Abertura comercial; Câmbio valorizado; Desregulamentação e rigor fiscal. Nesses termos, tem-se a instalação de uma crise cambial (BOITO JR., 2018).

Com a formação desse novo contexto em que o neoliberalismo começa a dar os sinais de esgotamento, as classes dominantes reconfiguram sua estratégia política em um movimento de garantir a sua hegemonia, adotam um projeto alternativo que prevê desenvolvimento econômico e social, requerendo iniciativas do Estado, que será o principal viabilizador deste modelo. A burguesia se reatualiza, se recompõe para manter a sua supremacia. É nesse quadro que se instaura o ciclo de fortalecimento dos governos progressistas, estabelecendo o chamado neodesenvolvimentismo (CASTELO, 2012).

2.2 ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO

Diante do cenário de crise da América Latina[29], sob a evidência dos limites neoliberais e as consequentes transformações sociopolíticas ocorridas com a insurgência dos chamados governos progressistas em países expressivos da região, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela, que retomavam a possibilidade de levantar as economias dependentes e subdesenvolvidas, a discussão teórico-política do desenvolvimentismo foi reacesa no cenário regional.

[29] Os juízos que faremos ao neodesenvolvimentismo correspondem à compreensão de sua origem quanto uma alternativa à condução neoliberal, desgastada naquela quadra. As análises dos autores que nos darão suporte nesse movimento referem-se às experiências ocorridas nos países dependentes, com destaque o contexto Latino e um enfoque ao cenário asiático. Contudo, particularizaremos a realidade brasileira, a análise tecida relaciona-se à experiência interna.

Nesse debate, se expunha a necessidade de um equilíbrio entre mercado e Estado, acreditando ser possível a superação de suas dicotomias. A política econômica passa a ser apreendida como um instrumental fundamental de crescimento, e não apenas como uma área voltada aos trâmites conjunturais do mercado. A industrialização volta a ser defendida como mecanismo para ampliação de empregos, e os acordos com as empresas transnacionais se tornam uma meta para a redução da defasagem tecnológica e alcance da inovação. A partir dessas condições, se imprimia na região o chamado neodesenvolvimentismo (KATZ, 2016).

O debate desenvolvimentista ganhou uma nova roupagem. Propunha uma articulação de desenvolvimento econômico e social e apresentava uma crítica à ortodoxia convencional[30], sob a compreensão de que a redução da desigualdade e o crescimento econômico se dariam por meio de políticas macroeconômicas,[31] como a moderação da taxa de juros, a taxa competitiva de câmbio e uma política fiscal equilibrada[32]. A proposta consistia em uma alternativa que ficava entre a solução liberal e a possibilidade socialista, tratava-se, portanto, de uma terceira via.

Não há um consenso sobre a origem do neodesenvolvimentismo[33] (NDV) no Brasil. Castelo (2013a) traz autores como Álvaro Bianchi e Ruy Braga, os quais defendem que esse marco se dá com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo. Todavia, o autor também apresenta a análise de José Luís Fiori (1995), que considera o início desse contexto ainda no governo de FHC. Castelo, por sua vez, não nega essa concepção, mas reitera que esse ciclo se materializa no governo de Lula da Silva, mais precisamente a partir das

[30] Nas palavras de Bresser-Pereira a ortodoxia convencional (do neoliberalismo) "É uma ideologia exportada para os países em desenvolvimento que, apesar de sua promessa de promover a prosperidade geral, na verdade atende aos interesses dos países ricos em neutralizar a capacidade de competir desses países de renda média (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 15). Segundo o autor, ortodoxia convencional pode ser definida por meio de quatro pontos: I) A necessidade de reformas microeconômicas para os países de renda média a fim de permitir a livre funcionalidade do mercado; II) o controle incisivo da inflação; III) consequente elevação da taxa de juros e câmbio; IV) compreensão de que a entrada valorizada da moeda estrangeira para financiar os déficits é um fator benéfico, uma vez que haverá o reembolso a partir da taxa crescente de investimento.

[31] A macroeconomia refere-se ao aspecto nacional ou regional de determinada economia, levando em considerações índices referentes ao Produto Interno Bruto, níveis de emprego, inflação e taxas de juros e câmbio.

[32] Previa-se uma política fiscal com redução ao endividamento social, superávit fiscal e saldo positivo na poupança. A política fiscal corresponde a uma soma de medidas pelas quais o governo contrai receitas e despesas. Se pauta a partir de três determinantes: estabilização macroeconômica em que se volta para estabilização de emprego e preços; redistribuição de renda, que fica no âmbito dos fatores sociais e alocação de recursos a qual prevê a disponibilização de bens e serviços públicos para corrigir as falhas do mercado (TESOURO NACIONAL). Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/sobre-politica-fiscal>. Acesso em: 26 out. 2019.

[33] Do mesmo modo que abreviamos o Nacional-Desenvolvimentismo para ND, faremos com o neodesenvolvimentismo que passaremos a denominá-lo por NDV, uma vez que precisaremos repetir o seu nome de modo mais corrente para fundamentarmos e embasarmos as nossas argumentações. Porém, em algumas situações usaremos o nome de modo completo.

produções de Bresser Pereira[34] e os escritos do empresariado nacional. Posicionamento este que nos pautamos na condução do presente estudo.

No Brasil, um grupo seleto de intelectuais, economistas, representantes da indústria e o monopólio midiático venderam o ideário do novo desenvolvimento como a grande salvação do século XXI. No primeiro mandato de Lula, Bresser-Pereira[35] problematizava acerca da necessidade de uma alternativa de desenvolvimento capaz de fortalecer o Estado nacional e garantir a recuperação econômica no cenário mundial. Defendia a existência de um modelo de desenvolvimento para driblar o rigor neoliberal e propiciar ganhos na acumulação capitalista. Para o autor, era preciso se diferenciar da experiência do desenvolvimento das décadas de 1950 e 1960 e fortalecer a ampliação do comércio internacional, o investimento público em setores privados e a estabilidade econômica (BRESSER-PEREIRA, 2004).

Castelo (2012) mapeia três importantes correntes que forneceram solo ao NDV no Brasil. A corrente macroeconômica é a primeira que deu impulso a esse ideário, teorizada por Bresser-Pereira no início da primeira administração de Lula da Silva, em 2004. O marco da propagação desse pensamento se dá com a divulgação de um artigo na Folha de São Paulo, intitulado por "*O novo desenvolvimento*". Nesta visão, o Estado deveria oferecer suporte às falhas do mercado, propunha o fortalecimento da produção interna para competição a âmbito internacional e assinalava a necessidade de desenvolvimento nacional e rompimento com a ortodoxia convencional do neoliberalismo. O mercado e o setor privado saíam em evidência.

Castelo (2012) problematiza o histórico vínculo de Bresser-Pereira ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido tucano que fortaleceu e difundiu o neoliberalismo no país com a gestão de FHC, fato que na consideração deste autor, demonstra o caráter conservador do desenvolvimentismo que se tentava empreender.

Em 2005, após as considerações de Bresser-Pereira sobre as possibilidades políticas e econômicas do país, um grupo de intelectuais acadêmicos ligados à teoria da tradição Keynesiana também elaborou uma produção sobre o novo desenvolvimentismo. A obra intitulou-se como *"novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social"* com autoria de João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renault Michel

[34] Bresser-Pereira é um economista, cientista político brasileiro, advogado, colunista da Folha de São Paulo, professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Em 1987 foi ministro da ciência e da tecnologia, em seguida assumiu o ministério da fazenda e foi um dos idealizadores da reforma do Estado dos anos de 1990. Disponível em: < http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/luiz-carlos-bresser-pereira>. Acesso em: 24 out. 2019.

[35] Cientista político e ex-ministro da reforma do Estado no governo FHC.

(2005). Esses intelectuais seguiam a linha das formulações de Bresser-Pereira, mas acrescentaram novas direções, como a ênfase do crescimento econômico associado às medidas de justiça social. E para tanto, reconheciam a necessidade de um Estado forte tanto no âmbito econômico quanto no social, a partir da implantação de programas e medidas voltados para as principais demandas sociais (CASTELO, 2012; 2013a; 2013b; 2014).

Esta segunda vertente, assim como a primeira, compreendia que cabia ao Estado proteger as incertezas da esfera econômica, bem como atuar sob um posicionamento macroeconômico. Acreditava-se que dessa forma se obteria mais investimentos privados e o consequente aumento da produção, do emprego e do consumo. Evidenciava a necessidade de um capitalismo altivo e competitivo, assim como reformas nas áreas financeiras, de tecnologia, de inovação e de educação.

Nas relações externas se defendia uma política fiscal expansionista com incentivo ao crédito, a ampliação de reservas internacionais e medidas cambiais de valorização da moeda. Em suma, pregava-se um Estado forte associado a um mercado também forte. A aposta era as políticas econômicas como meio de redução das desigualdades e crescimento econômico, reconhecia-se a necessidade de políticas sociais universalizantes, fazendo uma crítica aos modelos assistencialistas de renda mínima desempenhados até então.

Segundo Castelo (2013b), esta segunda linha de abordagem diferencia-se da primeira, porque sai do plano do pensamento e vem a materializar-se nos setores e ministérios do governo, antes mais restrito e partindo de um intelectual das classes dominantes, agora se espraia pelos setores do governo federal sob a direção dos representantes da alta burguesia.

O julgamento elaborado por Castelo (2012) a esses dois enfoques consistia na robustez do mercado a qual propunham. Conforme o autor, a defesa que faziam a um mercado forte compreendia apenas a parcela empresarial produtiva, contrapondo-se à fração rentista e não problematizando que no presente estágio de acumulação do capital já não se faz mais possível essa delimitação precisa, visto que as frações de classes firmam uma unidade na dinâmica financeira do capitalismo. Dessa forma, compreende-se que coexiste uma fusão do capital financeiro com o produtivo/industrial, fato que torna a aliança entre Estado e mercado útil para a expansão e fortalecimento do capital.

Essas duas primeiras correntes tiveram seus estudos veiculados a importantes organismos do Estado e do monopólio da grande mídia, são exemplos da abrangência da

vertente macroeconômica, a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) e a Revista de Econômica Política e a Associação Brasileira Keynesiana, esta última ligada politicamente ao PSDB e partidos de centro-direita. Embora não sejam quadros partidários, esse canal de transmissão é privilegiado por alcançar parcela significativa do empresariado brasileiro. Segundo Castelo, foi através dessa propagação que a ideologia do NDV ganhou corpo entre a burocracia estatal e as camadas empresariais pertencentes a setores da indústria nacional como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (CASTELO, 2012).

Em 2014, em uma entrevista cedida a Raquel Raichellis, Castelo analisa que essa corrente ligada à tradição keynesiana acabou fundindo-se com a vertente macroeconômica estruturalista e na leitura que faz, as duas perspectivas sempre coadunaram e acabaram complementando-se.

A terceira corrente é a social-desenvolvimentista, que ganhou evidência a partir de um grupo de professores e pesquisadores da Unicamp e da UFRJ, como Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzo. Nessa corrente, havia uma maior relevância do Estado, as políticas e programas sociais são desenvolvidos por meio deste com o objetivo de gerar desenvolvimento nacional, e nesse entendimento, o Estado seria o grande viabilizador da superação do subdesenvolvimento e do aquecimento econômico. O desenvolvimento nacional deveria sobrepor-se às políticas macroeconômicas (CASTELO, 2014).

Essa vertente se fortalece a partir da associação dos resultados econômicos, sociais e externos do governo Lula da Silva. Desde então, foi difundida com a defesa da ampliação do mercado interno, viabilização de consumo, maior distribuição de renda e inclusão social. Acreditava-se que o crescimento das políticas sociais de renda solucionaria o grande dilema da disparidade econômica nacional.

A matriz social-desenvolvimentista contou com importantes teóricos próximos ao PT e figuras que trabalhavam em áreas estratégicas da administração do governo, como o então presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPEA), Márcio Pochmann, o vice-presidente do PT na época, Marco Aurélio Garcia, Luciano Coutinho, que esteve no comando do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre 2007 e 2014 e Aloizio Mercadante, ministro da educação na ocasião.

Esses intelectuais tinham seus estudos veiculados em importantes meios midiáticos, como a Fundação Perseu Abramo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

(BNDES) e o Centro Internacional Celso Furtado, fato que aproximou esse enfoque do empresariado paulista, sindicatos, partidos políticos e demais canais da imprensa brasileira (CASTELO, 2013b).

Conforme Castelo (2012), ocorriam embates políticos entre essas vertentes que, de acordo com a conjuntura, ora eram intensificados e ora amenizados. Para o estudioso, as correntes neodesenvolvimentistas não discutem o essencial: a natureza do desenvolvimentismo e as forças de produção e reprodução social na divisão do trabalho não se aprofundam a respeito da condição interna de dependência. Por conseguinte, extraímos que o debate neodesenvolvimentista não é um bloco homogêneo.

Ademais, reiteramos, em concordância com Castelo (2013b), que os primeiros a afirmarem a emergência e o estabelecimento de um novo desenvolvimentismo no país em superação ao rigor neoliberal foram Bresser-Pereira e mais adiante João Sicsú, este último representando os autores da tradição Keynesiana. Todavia, esses mesmos intelectuais admitiam semelhanças entre este modelo e o neoliberalismo. Entre essas, citamos a apologia da equidade e igualdade de oportunidades, o incentivo aos programas de transferência de renda para atenuação da pobreza e suas consequências, admitem uma assistencialização na rede de proteção social e negligenciam o processo de privatizações ocorridos nas áreas de direitos sociais básicos como saúde, educação, previdência.

Quanto aos aspectos pertencentes à caracterização do NDV, Ferreira (2018) destaca as principais controvérsias teóricas referentes à sua definição. A primeira é a sua especificação quanto um modelo de desenvolvimento que passou a ser reproduzido nas economias periféricas da América Latina. Em seguida, tem-se a sua descrição como um ideário político e econômico cuja proposta não direcionava ao rompimento, mas ao fortalecimento e legitimação da condição de subalternidade desses países frente à divisão internacional do trabalho.

Por último, a sua classificação como uma nova tendência no quadro latino-americano, expressando a mais recente forma de acumulação do capital. Um contexto que mantém a ótica neoliberal, mas que adquire peculiaridades. Assim, compreende que as três perspectivas se interligam e compõem uma unidade capaz de qualificá-lo, se trata de três conceitos que correspondem diretamente à forma como se estruturou o neodesenvolvimentismo na região latino-americana. Desta feita, partilhamos dessa análise emitida pela autora, na qual

compreende o NDV como um modelo de crescimento, uma tendência latino-americana e um ideário econômico.

Ainda no que se refere à caracterização do NDV, Ferreira (2018) diferencia três importantes campos de análise do novo desenvolvimentismo no Brasil. O primeiro compreende ao dos “Intelectuais orgânicos do governo”, que é formado pelos que aderiram ao projeto dos governos petistas compreendendo as graduais mudanças desempenhadas como resposta de um período “pós-neoliberal” no país. Incluem-se nesse segmento pensadores como Emir Sader, João Sicsú, Márcio Pochmann e Marco Aurélio Garcia.

O segundo eixo de análise corresponde aos intelectuais que tecem uma “crítica moderada” a esse lastro histórico. Neste, se insere os estudiosos que se opõem ao projeto de conciliação de classes desenvolvido pelos governos petistas, evidenciando seus limites e dilemas. Todavia, seguem na defesa de que esses governos não aderiram ao modelo neoliberal, se distanciando da política econômica aplicada por FHC. Esses autores argumentam que houve investimento no chamado capital produtivo em detrimento do capital financeiro rentista, o que fortalecia a burguesia interna nacional, e não mais a grande burguesia filiada ao capital internacional. Estudiosos como Boito Jr. e João Stédile compõem esse quadro;

E o terceiro, o segmento, chamado por Ferreira (2018) de “crítica radical”, que baseado na teoria social de Marx depreende o momento histórico estudado como uma intensificação estratégica do neoliberalismo, uma saída burguesa para a sua consolidação. Este segmento capta as determinações e as contradições existentes que delimitam o neodesenvolvimentismo como política aplicada em longo prazo. Estão presentes autores como Rodrigo Castelo, Reinaldo Gonçalves, Plínio Sampaio Jr. e Cláudio Katz. Este último campo desvela as contradições e dilemas dessa tendência tão difundida e veiculada no Brasil no início dos anos 2000, evidencia a sua natureza e problematiza os principais argumentos que a sustentam e por isso nos filiamos a esse enfoque.

Baseados na perspectiva dessa última concepção, a qual nos vinculamos, apontaremos aqui uma síntese desse debate demonstrando algumas das principais incoerências desse modelo divulgado como a grande solução dos problemas nacionais no início do século XXI.

Na perspectiva crítica, há um consenso de que este ciclo se estabeleceu na América Latina como uma contrarrevolução burguesa com a finalidade de intensificar os processos de

dependência, exploração e subjugação. As demandas e as emergências populares foram apropriadas e utilizadas pelos setores dominantes para garantir não só a manutenção do seu poderio, como também o aprofundamento e o fortalecimento de sua estratégia de ataque e defesa (CASTELO, 2009).

O autor denomina esse novo contexto por social-liberalismo, uma espécie de terceira via na presente disputa ideopolítica entre a racionalidade do mercado, compreendida aqui como a ortodoxia convencional, representada nas classes dominantes e nos setores rentistas, e o pensamento reformista vinculado à tradição esquerdista, no qual se insere também os adeptos ao socialismo. Lançava-se assim um caminho de desenvolvimento alternativo aos que se apresentavam na América do Sul como forma de concretizar uma exigência imposta pelo capital diante do cenário de crise do bloco histórico neoliberal no final dos anos noventa. O NDV reconfigura a supremacia burguesa na região (CASTELO, 2013a).

Este autor tece uma crítica ao fato do NDV ter ignorado os estudos críticos da formação nacional brasileira realizados nas décadas de 1950 e 1960 por autores consagrados que discutiram os aspectos sociais, econômicos e políticos da formação do Brasil, como Otávio Iani, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., deixando de lado problemáticas estruturais como o subdesenvolvimento, a dependência e a fragilidade externa nacional. Neste entendimento, o autor empreende a tese de que se trata de um processo de decadência ideológica no estruturalismo latino-americano do século XXI. Um estruturalismo que é montado sem um exame profundo das questões econômicas, sociais e políticas que compõem a história das nações deste bloco (CASTELO, 2009).

Na compreensão neodesenvolvimentista, o subdesenvolvimento era resultante das contingências históricas internas, nas quais acreditavam que podiam ser sanadas por meio de iniciativas da própria política nacional. Desse modo, apostavam no capitalismo, na democracia e na soberania para conter os atrasos diante das economias centrais e garantir avanços sociais e econômicos.

Conforme salienta Castelo (2009), outro impasse dos neodesenvolvimentistas era o fato de não problematizarem o caráter do Estado burguês e o seu ordenamento classista. Em vez disso, centravam suas análises na crítica da relação travada entre este e a fração rentista, que definem por corresponder ao seguimento neoliberal. De acordo com esse autor, há uma lacuna na teorização do duplo caráter do Estado, sua natureza tanto “reparadora” e

progressista que reivindica e afirma os direitos, e a natureza mantenedora que legitima e naturaliza as desigualdades.

A teoria neodesenvolvimentista lança um embate infundado entre a burguesia rentista e a produtiva, como se a primeira correspondesse ao capital ortodoxo e monetário interessado apenas na reprodução de mais capital e a segunda pertencesse a uma espécie de capital "domesticado", o qual previa lucros e ganhos a população. Do mesmo modo, ocorre com Estado e mercado, nacional e internacional, local e global. Para Castelo, todas essas categorias permanecem associadas, em sua argumentação os neodesenvolvimentistas se cansam nesse debate de polarizações, continuando assim fundamentados ideopoliticamente no neoliberalismo, sendo regidos pelas mesmas frações dominantes no bloco no poder, fato que os tornam um pedestal para o capitalismo em sua fase contemporânea (CASTELO, 2014).

Sampaio Jr. (2012), por sua vez, destoa de Castelo (2009, 2014) ao defender que de fato esse contexto deságua no embate entre duas frações burguesas específicas: a monetarista e a produtiva. O autor compreende que o NDV está intimamente ligado às divergências e aos embates entre esses dois segmentos que pleiteiam o comando político e econômico da sociedade burguesa. Fato este que diverge da tese emitida por Castelo quando coloca o NDV como criador desse conflito para estabelecer a sua ideologia.

Nesse debate, não discordamos de Castelo quando expõe sobre a dificuldade — no presente estágio da organização capitalista financeira — em separar os segmentos da fração dominante em empresarial/produtivo e em rentista/bancário[36]. Contudo, reconhecemos, assim como Sampaio Jr (2012) e Boito Jr. (2018), a existência de tensionamentos entre essas duas frações de classes burguesas, fato que evidenciamos de modo acirrado nos mandatos de Lula da Silva e Dilma Rousseff[37].

Outra assertiva apontada por Castelo (2009) é o fato do NDV formar uma unidade eclética da teoria neoliberal, empurrando para a sociedade civil a responsabilização e a culpabilização pelas expressões da questão social. À medida disso, fomenta-se uma ideologia ao voluntariado, à responsabilização social, às práticas filantrópicas empresariais, à intensificação de políticas sociais restritivas, e, por tempo determinado, o estímulo ao terceiro setor, às sociedades mistas de capital privado e público que, na verdade, se utilizam dos

[36] O que também é sustentado nas teorizações de Boito Jr. (2018) e Singer (2018).
[37] Sobre isso, ver Boito Jr. (2018).

recursos estatais para a realização de suas atividades, assim como as Organizações Não Governamentais (ONGs).

Conforme reitera Castelo (2009), os neodesenvolvimentistas consideravam a adoção do termo equidade social como uma pauta de desenvolvimento econômico. De acordo com o autor, essa bandeira se trata de um mecanismo neoliberal de pregar a possibilidade do desenvolvimento econômico desempenhando justiça social. Tal ideologia é difundida centralizada no indivíduo e nas suas particularidades, naturalizando as desigualdades e sem fazer um julgamento quanto às relações econômicas capitalistas e ao processo de acumulação produtiva.

> Os 'aspectos sociais', quando figuram em projetos heterodoxos de desenvolvimento, figuram em termos secundários, adjetivos, uma espécie de retórica da consciência moral e ética dos formuladores bem intencionados de política econômica, que ora propõem intervenções na 'questão social' para neutralizar opositores à direita e à esquerda, ora para pacificar tensões sociais. Em última instância, trata-se de lutar pela manutenção da ordem econômica e da coesão social, e não de transformações estruturais visando a superação do modo de produção capitalista, eternizado e naturalizado como o sistema social por excelência da natureza *homo economicus* (CASTELO, 2009, p. 84).

Desse modo, o termo equidade social é adotado estrategicamente como forma ideopolítica de legitimação e ampliação da ordem. Em momento algum há um comprometimento para a superação à ordem ou uma conclusão de que os infortúnios e assolações sociais são provenientes do modo de produção capitalista. Em vez disso, a saída fornecida é viabilizada pelo mercado com o discurso do crescimento econômico.

Outro tópico ressaltado por Katz (2016) sobre a tendência neodesenvolvimentista é que esta tomou como parâmetro a experiência do sudeste asiático[38]. Conforme discorre, esses teóricos colocam esse modelo como referência para a América Latina no intuito de alcançar um desenvolvimento "intermediário", visando inclusive à criação de uma "nova China" no território latino. O fundamento desse pensamento finca-se no objetivo de propiciar às economias periféricas uma situação de prosperidade em relação às economias centrais.

O modelo do sudeste asiático fortaleceu a tese do desenvolvimento desigual e combinado. Foi fortuito sob os pilares da competição, do individualismo e da exploração

[38] Segundo Katz (2016), as economias do extremo oriente (Japão, China, Taiwan, Coreia do Norte, Coreia do Sul) baseadas em um modelo de exportação de manufaturas e obedecendo às ortodoxas exigências do mercado de produção (por meio da superexploração do trabalho) tiveram um boom nas suas relações comerciais com o mercado externo, estabelecendo-se em uma situação superavitária. Os neodesenvolvimentistas queriam colocar a América Latina em pé de igualdade com essa região, visando também à disputa com esse modelo de produção e os seus dirigentes.

massiva da mão de obra, o que resultou tanto em uma expansão das exportações quanto no aumento copioso da disparidade econômica. Na ponderação a respeito das recentes experiências de desenvolvimento, dispõe o autor:

> [...] o que muda em cada etapa são os protagonistas da prosperidade e do retrocesso, como resultado das assimetrias geradas pelos lucros diferenciais das várias economias. Se todos pudessem se desenvolver, seguindo a mesma norma de aproximação ao bem-estar, desapareciam as diferenças da competitividade na qual o sistema se assenta. Nunca se apresenta um cenário virtuoso ao alcance de todos (KATAZ, 2016, p. 168).

No fragmento acima, Katz (2016) caracteriza e evidencia os resultados da proposição e implantação de um desenvolvimento sustentado nos pilares capitalistas de democracia, autossuficiência interna e expansão dos postos de trabalho. Nessas condições, sempre haverá os vencedores e os que ficarão à parte, alijados, desse programa de progresso. Em suas críticas sobre este modelo, o autor tece as seguintes considerações:

1. O NDV não voltou as suas considerações para o mundo do trabalho e seu quadro contemporâneo, assim como não colocou saídas para a problemática da carência do emprego, os insuficientes postos de trabalho e a permanência da precarização;
2. A relação centro e periferia tornou-se um gênero comum, não sendo mais reconhecida como um agravante para a concepção de desenvolvimento que obtinha.
3. Trabalhavam com a depreciação cambial para atrair o capital de fora. No entanto, ressalta, não se considerou o fato dessa condução elevar os preços internos e, consequentemente, contribuir para o empobrecimento dos trabalhadores. Segundo pondera o autor, o ND chegava a ser “mais prudente” nesta parte.

O interessante nas avaliações desse autor é que nossa visão se amplia no sentido de que tal modelo já teria sido experimentado no Extremo Oriente, em um contexto de massiva exploração de mão de obra, assim também como verificado na construção acima, de inviabilização daquilo que propunham. Todavia, ainda diante de experiências de malogro, defendeu-se a aplicação nesse ideário na América Latina quase que nos mesmos termos do que apresentado na experiência asiática.

Outro ponto problematizado pelo estudioso refere-se ao fortalecimento da tendência endogenista, determinada segundo as formulações da nova Cepal dos anos de 1980, a afirmação de que a condição de subdesenvolvimento era de responsabilidade interna. Os

economistas vinculados à nova Cepal[39] propagavam que a situação de subalternidade da América latina correspondia à má utilização dos recursos da região. Se essa direção fosse legítima, cada país seria responsabilizado pela escolha do avanço ou do atraso. “Com essa interpretação, subtende-se que a África decidiu ser saqueada e a América Latina optou pelo atraso, em contraposição ao destino de prosperidade adotado pela Europa ou EUA” (KATZ, 2016, p. 179).

Katz (2016) assim como Castelo (2009), critica o entendimento dos teóricos latinos neodesenvolvimentistas sobre a concepção do Estado. Conforme nos fala, esses estudiosos cometeram o engano de se prenderem ao Estado como solução para o desenvolvimento. Argumenta que não se debate a natureza desse Estado que pleiteia em favor de camadas específicas da burguesia. Ao colocar a saída do desenvolvimento na figura do Estado, essa teoria omite que a situação de subdesenvolvimento dos países periféricos é reproduzida pelos próprios Estados, que nunca esteve aquém dessa realidade, pelo contrário a ratifica.

No entanto, mesmo reconhecendo esse caráter do estado Castelo (2013a, p. 274) nos faz uma importante diferenciação quanto ao ideal-neoliberal e o NDV. De acordo com esse autor, o neoliberalismo possuí um caráter conservador e o novo desenvolvimentismo que se lança, tem uma natureza reformista-restauradora, ou seja, ao tempo que traz peculiaridades consolida o seu campo ideológico.

Para Castelo (2012), este ideário corresponde a um processo de decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro, pois, mais uma vez (antes, com a experiência do ND) se fortalece entre os setores progressistas, de produção, e demais grupos sociais, a triste utopia de que por meio de uma direção burguesa se atingiria ascenso social, político e econômico. “É impossível se confiar no papel progressista da burguesia” (CASTELO, 2014, p. 587). Mesmo que em determinadas conjunturas frações burguesas se aliem a pautas e bandeiras da classe trabalhadora, a essência burguesa compreende a lógica do capital e segue sempre o seu estágio contemporâneo de acumulação. Assim, a classe burguesa reproduz e aprofunda a lógica do mercado.

[39] O pensamento da Cepal progressista perdeu vez da concepção neoestruturalista, problematizando quanto à desigualdade centro e periferia e as propostas de reformas sociais que foram amortecidas. No lugar, se fortaleceu críticas ao antigo desenvolvimento, e se mostrou favorável à abertura comercial, a privatização e a flexibilização do trabalho como saídas. Katz (2016) fundamenta a tese de que o neodesenvolvimentismo foi fruto da dissolução da antiga Cepal.

A partir dessas críticas, compreendemos que esse modelo trabalha alinhado com o neoliberalismo, mesmo possuindo suas especificidades, a fim de possibilitar as condições máximas para acumulação. Consolida-se como uma "via livre" do bem-comum, no lugar do embate e do confronto com os reais motivos da dependência. Nesse seguimento, traçaremos a seguir um paralelo entre o NDV, o desenvolvimentismo e o consenso de Washington a fim de captar as proximidades e contrastes dessas tendências.

2.2.1 Neodesenvolvimentismo: adaptação do nacional desenvolvimentismo ou releitura do consenso de Washington?

Os neodesenvolvimentistas postulavam a necessidade de retomada do projeto de soberania nacional como a experiência do Brasil nos anos de 1950 e 1960. Como já vimos, defendiam que esse crescimento e modernização se dariam por meio de uma aliança entre o Estado e o mercado. No entanto, os críticos a esse novo desenvolvimento denunciavam que esta teoria retoma os aspectos que já foram falíveis tanto no desenvolvimentismo tradicional quanto na ideologia liberal.

De acordo com Gonçalves (2012a), o contexto brasileiro do NDV engloba a junção do ND, de elementos definidos no consenso de Washington e de aspectos da revisão e crítica desse receituário, com o chamado pós-consenso de Washington[40]. Desse modo, a fim de captarmos a essência desse fenômeno econômico e político, trabalharemos, sucintamente, suas principais similaridades e divergências em relação ao nacional-desenvolvimentismo e ao consenso de Washington.

Seguimos aqui a condução economicista das categorias "consenso de Washington" e "pós-consenso de Washington" conforme empregada e desenvolvida por Gonçalves (2012a), conduziremos essa discussão a partir da linha de análise adotada por este teórico.

Conforme Gonçalves (2012a), um ponto nevrálgico que evidencia um retorno aos pilares do nacional desenvolvimentismo é a função histórica do Estado burguês. Os novos desenvolvimentistas defendiam a aliança entre capitalistas e trabalhadores, colocando os

[40] Após a evidência dos desastres promovidos pelo neoliberalismo "puro", aplanado nas diretrizes defendidas pelo consenso de Washington, se levanta um grupo de críticos e estudiosos em um movimento de rever as falhar e harmonizar esse planejamento para que possa ser executado nas sociedades periféricas em busca do alcance ao desenvolvimento. O pós- Consenso de Washington também foi pelo mesmo autor do Consenso de Washington: John Willianson (FOLHA DE SÃO PAULO, 1998). Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs12079804.htm>. Acesso em: 20/10/2019.

interesses nacionais acima dos conflitos antagônicos entre essas duas classes. A solução empregada para esse problema era a mesma defendida pelos antigos desenvolvimentistas, acreditavam que caberia ao Estado intervir em favor da burguesia industrial e dos trabalhadores, o que remontaria em um ganho mais abrangente para a população do que um direcionamento a uma camada exclusiva da burguesia[41].

Sobre as principais discrepâncias, o ND voltava-se para o crescimento baseado nos resultados internos de consumo e investimento nos gastos públicos. O NDV, por sua vez, possuía um caráter externo cuja aposta de crescimento era a exportação. Gonçalves (2012a) chama atenção ao fato de que o NDV se enquadra nas pretensões do Banco Mundial de 1980, que defendia que quanto maior fosse o crescimento das exportações, maior seria a renda. Argumento este que, segundo esse autor, estaria equivocado, uma vez que essa relação nem sempre se estabelece de modo proporcional.

Assim, a maior disparidade entre os dois modelos fica entre o protecionismo e a liberação comercial. Enquanto o ND adotava o protecionismo — medida em que o Estado favorece as atividades econômicas internas e reduz as importações a fim de proteger o mercado nacional da concorrência externa e estimular o aumento produtivo, tecnológico e a abertura de empregos —, o NDV aderia à liberação comercial visando à livre concorrência e às relações externas, nesse sistema o Estado não interfere na troca de bens e serviços entre os países.

As principais equiparações do NDV com a agenda neoliberal correspondiam à política cambial. Nesse quesito, o novo desenvolvimentismo seguia as regulações colocadas no consenso de Washington. Visava à competitividade internacional a partir da produção interna, e para isso propunha uma taxa de câmbio competitiva. Diferenciando-se, desse modo, da direção ND, a qual previa um câmbio inconstante que poderia ser utilizado em diferentes situações, conforme a demanda interna, fosse para o ajuste das contas externas, na taxa de inflação ou na própria acumulação do capital (GONÇALVES, 2012a).

Em se tratando das divergências com o consenso de Washington, o NDV destoava deste a partir das seguintes categorizações: câmbio flutuante[42], política fiscal restritiva[43] e

[41] Sobre isso, ver Boito Jr. (2018) que a partir da poulantziana trará profícuos estudos sobre a estrutura das classes sociais e os seus principais conflitos no período neodesenvolvimentista brasileiro.
[42] A política cambial refere-se à forma como se troca a moeda interna com os países estrangeiros. No sistema de câmbio flutuante, o banco central abre ao mercado para a decisão da moeda interna, sem a determinação de uma

centralidade do superávit primário[44]. Em contrapartida, previa o equilíbrio fiscal, a taxa moderada de juros e taxa de câmbio competitiva afinando-se mais uma vez com a proposta liberal. Podemos inferir que, em boa parte do direcionamento do NDV houve um distanciamento do ND e uma aproximação das direções neoliberais, como o trato da política macroeconômica, a estabilidade fiscal e a administração da inflação (GONÇALVES, 2012a).

Para Gonçalves (2012a), o novo desenvolvimentismo, o pós-consenso de Washington e a Nova Cepal[45] são versões do liberalismo enraizado, uma ofensiva burguesa para reerguer o seu ideário político. Por isso — explica —, o fato de um dos campos desse modelo ser vinculado à tradição keynesiana, a qual contempla uma coluna do liberalismo. O novo desenvolvimentismo coaduna elementos do modelo liberal e legitima essa racionalidade a partir da intervenção estatal.

> [...] o novo desenvolvimentismo assenta-se em algumas diretrizes do liberalismo econômico: baixa propensão a políticas setoriais, liberalização comercial, ausência de restrições ao investimento estrangeiro direto, minimização da função alocativa do Estado (investimento, políticas setoriais e planejamento), incorporação da função distributiva do Estado de forma moderada (valoriza a distribuição de renda mais ignora a distribuição de riqueza); defesa das reformas institucionais orientadas para a correção de falhas de mercado e governo (função reguladora do Estado) e grande ênfase na estabilização macroeconômica (controle da inflação e equilíbrio fiscal) (GONÇALVES, 2012a, p. 662-663).

Depois de mais de seis décadas mergulhados na ilusão desenvolvimentista da possibilidade de romper com o subdesenvolvimentismo, o século XXI propõe uma "releitura" daquele antigo modelo. E assim repetem-se antigos erros, reatualizando-os em um projeto já fracassado e vencido pela ordem do capitalismo. Os neodesenvolvimentistas acreditam que a retirada dos aspectos "positivos" do ND e das pretensões "acertadas" de Washington lograria êxito na conjuntura em questão.

---

política cambial e sem a interferência direta do governo. Este último só interfere a partir da política monetária no controle da taxa de juros e da circulação da moeda.

[43] A política monetária restritiva é um mecanismo do governo federal que visa ao controle da moeda em uma situação em que o país apresenta um crescimento econômico, mas com um descontrole inflacionário. O governo então reduz o consumo e, consequentemente, a produção industrial gerando uma queda no PIB (Produto Interno Bruto) a fim de tornar a inflação equilibrada (SUNO, 2017). Disponível em: < https://www.sunoresearch.com.br/artigos/politica-monetaria/#2 >. Acesso em: 22 out. 2019.

[44] Na concepção neoliberal, era necessário o rigor ao cumprimento das metas econômicas, ou seja, a manutenção de um superávit sempre positivo. O que se abria um agravante para a disponibilização de recursos estatais na macroeconomia interna, havia um descompasso entre a capacidade de arrecadação do Estado e a necessidade de realização de despesas e atendimento das demandas sociais.

[45] A nova Cepal Termo em que se designa a Cepal dos anos de 1980 em diante. Considera que as mudanças ocorridas em seu interior levaram essa comissão a outro rumo, não podendo mais ser compreendida entre os órgãos que visavam a uma alternativa ao enfrentamento neoliberal, outrora hegemônica, chegando a ser o maior destaque do pensamento desenvolvimentista interno nas décadas de 1930 a 1980. A Nova Cepal resume-se no encontro entre os discursos neoliberais e o cepalino, que passaram a convergir em diversos pontos.

> O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos 'positivos' do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional com aspectos 'positivos' do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JR., 2012, p. 179).

O autor desvela nesse fragmento que esse modelo aliou os fatores que garantem a materialidade do consenso de Washington com os aspectos que deram substância ao antigo desenvolvimento. No entanto, critica o modo como foi sustentado, classificando-o no chamado "hibridismo atípico" (SAMPAIO JR., 2012, p. 680), com a junção dos fatores que julgavam acertados dos dois polos: desenvolvimentismo e liberalismo. Para Sampaio Jr., mesmo estabelecendo uma oposição direta, a ortodoxia convencional, esse movimento desagua por completo na ótica neoliberal.

A seguir, apresentamos dois quadros ilustrativos que sintetizam os principais pontos que se destacam na discussão entre o antigo desenvolvimentismo, o consenso de Washington e o neodesenvolvimentismo.

Quadro 1 – O antigo e o novo desenvolvimentismo

Antigo desenvolvimentismo	Novo desenvolvimentismo
1. A industrialização é baseada na substituição de importações.	1. Crescimento baseado na exportação combinado com mercado interno forte.
2. O Estado tem um papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos.	2. O Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas.
3. A política industrial é central.	3. A política industrial é subsidiária.
4. Atitude mista em relação aos déficits orçamentários.	4. Rejeição dos déficits fiscais.
5. Relativa complacência com a inflação.	5. Sem complacência com a inflação.

Fonte: BRESSER-PEREIRA, 2012.

Quadro 2 – Comparação entre as políticas macroeconômicas

Ortodoxia convencional	Novo desenvolvimentismo
1. O superávit primário é o padrão fiscal central.	1. O déficit orçamentário e a poupança pública são os padrões fiscais centrais.

2. O Banco Central tem uma única meta obrigatória: a inflação.	2. O Banco Central tem três metas obrigatórias: inflação, taxa de câmbio e emprego.
3. O Banco Central usa um único instrumento: a taxa de juros de curto prazo.	3. O Banco Central pode também comprar reservas ou impor controles sobre o ingresso de capitais para administrar a taxa de câmbio.
4. A taxa de juros de curto prazo é endógena e deve ser alta.	4. A taxa de juros de curto prazo é exógena e pode ser moderada.
5. A taxa de câmbio é flutuante e endógena,	5. A taxa de câmbio é flutuante, mas administrada.

Fonte: BRESSER-PEREIRA, 2012.

Em suma, o novo desenvolvimentismo não apresenta uma concepção “nova” ou diferenciada de desenvolvimento das experiências já exercidas, trata-se de um revisionismo daquilo que já não deu certo, e que, portanto, em sua essência já estava fadado ao declínio. No próximo capítulo, veremos como se deu a efetivação dessa tendência no país sob a perspectiva dos intelectuais que acompanhavam as narrativas oficiais, trabalharemos, portanto, as possibilidades e ganhos proporcionados às classes trabalhadoras e às camadas mais baixas da sociedade. Veremos os desdobramentos desse processo na macroeconomia interna e nas relações do país com outras economias.

3 A MATERIALIZAÇÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

> *"As pessoas não olham para o Brasil, hoje, e veem apenas criança de rua, Pelé e carnaval. As pessoas sabem que esse país tem governo, que este país tem política, que este país passou a ser tratado até ás vezes como referência para muitas coisas que foram decididas no mundo."*
>
> *(Lula da Silva, 2013).*

Nesse capítulo versamos sobre a aplicação do modelo neodesenvolvimentista no país cujo ápice sucedeu entre 2007 e 2010, momento da segunda administração petista sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Para isso, adotamos dois importantes campos de análise, conforme definimos no capítulo anterior. O primeiro corresponde ao grupo dos intelectuais orgânicos do governo, neste se inserem os estudiosos e profissionais que aderiram ao projeto petista encarando as mudanças como pertencentes a um período pós-neoliberal[46]. Entre os autores que compõem essa leva citamos Emir Sader (cientista político e sociólogo, filiado ao PT), Marco Aurélio Garcia (assessor da política externa nos governos Lula e à época vice-presidente do partido), Marcio Pochmann (então presidente do Instituto de Política Econômica Aplicada – IPEA), Nelson Barbosa (secretário de política econômica nos governos Lula), Jorge Mattoso (então presidente da Caixa Econômica Federal), entre outros.

A segunda área de análise refere-se aos intelectuais que fazem uma crítica "moderada" ao governo. Nesse segmento, encontram-se autores que defendem as projeções assumidas nos governos Lula da Silva em benefício da burguesia interna nacional, em vez de um direcionamento baseado nos interesses da burguesia associada ao capital internacional como faziam os governos neoliberais mais extremados, por exemplo, o de FHC. Nessa linha se

[46] Caracterização que indica um momento histórico de superação ao neoliberalismo.

enquadram autores como Boito Jr. (2018), Bugiato (2017), Saad Filho e Morais (2011; 2018) e Tatiana Berringer (2014).

Desta forma, visamos neste capítulo desenvolver análises baseadas sob essas perspectivas a fim de teorizarmos quanto às determinações que levaram às classificações de um país pós-neoliberal, inclusivo, de crescimento sustentável, um país que acentuava de modo sincrônico o desenvolvimento econômico e social. É certo que aqui também trabalharemos outras perspectivas de intelectuais das ciências sociais aplicadas e das ciências humanas que não se enquadram nos dois enfoques preconizados, mas o faremos com o objetivo de complementar e alicerçar as informações por nós discutidas.

Faz-se importante destacar que as linhas de análises empregadas neste capítulo não condizem com a posição que assumimos nesta pesquisa (a vertente da crítica radical). Todavia, não a negamos, reconhecemos a veracidade da realidade trabalhada, de alguns índices e dados analisados, mas como explicaremos mais adiante (no capítulo terceiro) muitas de suas composições e construções foram estudadas de modo enviesado, unilateral, negligenciando certas informações e aspectos fundamentais da realidade trabalhada. Contudo, optamos por seguir uma narrativa que esboçasse e recuperasse a mesma visão defendida pelos intelectuais orgânicos do governo. Fazemos essa demarcação para que o nosso leitor não compreenda a nossa escrita aqui como uma forma de concordância e admissão plena desta narrativa (a qual, reiteremos, fazemos uma série de objeções).

Assim, a opção neste capítulo foi empregar as narrativas consoantes ao discurso do governo sobre o período neodesenvolvimentista. Adentraremos nas mais diversas áreas de destaque que obtiveram incentivo público estatal. Não avançaremos, ainda, a respeito dos próprios limites e entraves reverberados com a aplicação deste ideário.

A revista *O partido que mudou o Brasil: a verdade sobre os governos do PT*, promovida pelo próprio coletivo no VII Congresso Nacional do partido[47], traz um apanhado histórico das políticas econômicas e sociais desempenhadas durante os anos em que o PT esteve à frente do país. O documento detalha os programas, ganhos e benefícios à população decorrentes das ações e iniciativas implantadas durante esses mandatos.

Assim, no primeiro momento (2.1), faremos uma breve retomada histórica do cenário que permitiu o alcance do metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república e

[47] O VII Congresso Nacional do Partido ocorreu em novembro de 2019.

em seguida, nas análises sobre o primeiro mandato, adotaremos uma condução pertencente à categoria que classificamos como crítica radical — Paulani (2003; 2017); Kliass (2017) — porque de fato, no primeiro mandato, a administração teve uma clara condução neoliberalizante, ficando no plano da aparência desse contexto. Os autores ou denunciavam esse período ou o justificavam (intelectuais orgânicos do governo) como resultante do cenário de crise nacional deixado por FHC.

Como optamos por tecer um panorama do contexto macroeconômico da época, a fim de sedimentar a discussão do tópico seguinte, adotamos nessa primeira subdivisão as considerações de autores que imprimem uma leitura crítica associadas às análises dos intelectuais que começam a vislumbrar um caminho para o crescimento nacional que ocorre em meados de 2004 e 2005, quando as aplicações de alguns programas sociais começaram a surtir efeito no cenário interno.

3.1 A CHEGADA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES AO PODER: A PRESERVAÇÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL

A vitória de Lula da Silva em 2003 significou para muitos o início de um novo tempo na história política do país. O político é a representação máxima do PT, um partido que emerge das lutas populares na década de oitenta e se forma sob o compromisso da constituição de uma nova sociedade sem a exploração do homem pelo homem, sob os horizontes socialistas e democráticos (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 1979), que manteve um histórico de luta perspectivado na defesa dos direitos das classes mais baixas e dos trabalhadores. A leitura desses fatores imprimia a espera de uma nova realidade tanto por parte de correligionários, quanto de setores progressistas da sociedade.

No entanto, para garantir a chegada ao posto máximo da república o partido sofre uma espécie de atualização (SECCO, 2011), visando enquadrar-se nos ditames da sociedade do mercado. A Carta ao Povo Brasileiro de autoria do próprio Lula da Silva é um documento que atesta esse processo de conversão partidária, uma forma encontrada de assegurar que, uma vez eleito, o partido seguiria obedecendo às imposições da sociedade neoliberal, dando continuidade a compromissos e acordos econômicos previamente estabelecidos. Para isso, defendia o diálogo e a negociação com todas as esferas do país.

> [...] O **novo modelo** não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo [...] será fruto de uma **ampla negociação nacional**, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade [...]. **Vamos preservar o superávit primário** o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos [...] (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2002, grifos nossos).

Desta forma, o candidato expressa a manutenção da ordem estabelecida sob a estratégia evidenciada da coalizão de classes, com variados setores da sociedade. Nesse ínterim, segmentos financeiros e empresariais cederam apoio à candidatura petista abandonando a antiga aliança com o PSDB, um dos partidos de frente da direita brasileira e, até então, maior representante do projeto neoliberal. Segundo Paulani (2003), os principais fatores que possibilitaram esta mudança de posição por parte do empresariado com o governo FHC foram a desvalorização do real no início de 1999, o racionamento de energia após 2001 devido à crise nos reservatórios hidrelétricos; a instabilidade econômica e a consequente perda de legitimidade do partido.

Nesse quadro, Lula foi o candidato que obteve o maior financiamento nas eleições para presidência de 2002 (SAAD FILHO; MORAIS, 2018); (MARINGONI, 2017). Após ter sido derrotado em três disputas presidenciais seguidas[48], conquistou de modo emblemático a cadeira presidencial nas eleições: em 2002 se assentava ao poder máximo da república um metalúrgico, torneiro mecânico, e ex-combatente sindical[49]. A chegada do partido ao poder se deu por meio de alianças políticas sob o direcionando neoliberal. E, uma vez assumido o posto, já no início do mandato, em 2003, fica claro os traços de continuidade da política econômica exercida por FHC. O partido passava a aplicar a sua conversão ao mercado financeiro na prática. Em pouco tempo, importantes intelectuais do meio acadêmico[50] já

[48] Lula concorreu à presidência em 1889 e foi derrotado por Fernando Collor. Em 1994 e 1998, por Fernando Henrique Cardoso.

[49] Lula atuou na linha de frente do movimento operário e sindical do final da década de setenta, na região do ABC Paulista. Inicialmente, tratou-se de um levante com operários que trabalhavam no chão das fábricas de grandes montadoras como Volkswagen, Scania, GM e Ford e reivindicavam ante a classe patronal (por meio de greves, piquetes, motins e grandiosas mobilizações) a massiva exploração ao trabalho. Exigiam providências por parte do Estado em uma resignação contra a política econômica e salarial executada pelos governos militares. Nesse contexto, Lula, quanto representante sindical de São Bernardo dos Campos – SP, passou a exercer o chamado "sindicalismo dos autênticos" (SADER, 1998). Ação em que se defendia a priorização dos interesses e demandas da classe operária. A partir dessas greves e mobilizações, outros setores da sociedade se levantaram e passaram a apoiar o movimento, inclui-se a categoria de médicos, motoristas de ônibus, cobradores, professores. Conforme Coelho (2005), esse cenário resultou na criação de um partido dos trabalhadores, militantes e trabalhadores, e a partir das articulações desenvolvidas começavam a lançar um projeto para uma "nova política", assim nascia o PT.

[50] Autores que enxergam uma unidade na política macroeconômica aplicada por ambos presidentes: Paulani (2003); Sampaio Jr. (2017); Gonçalves (2012a); Kliass (2017); Fagnani (2017); Oliveira (2018), entre outros.

propalavam que a condução macroeconômica petista tratava-se de uma reprodução fiel dos governos peessedebistas.

De fato, há uma larga distância entre o PT da década de 1980 e o que se assumiu a presidência nos anos 2000, que sob a afirmação de um partido democrático popular cedeu a uma agenda completamente neoliberal, ainda que ampliando o escopo das políticas sociais. Contudo, apesar desse processo de conversão partidária ser uma compreensão importante para a discussão do nosso objeto, não será neste estudo aprofundado por nós, mediante os limites desta pesquisa.

O panorama interno no início dos anos 2000 despontava uma crise de caráter econômico no país. Um cenário em que o real estava desvalorizado, a inflação em um dos seus estágios mais elevados, chegando a 7,7% em 2001 e 12,5% em 2002 (BARBOSA, 2013), e os recursos públicos escassos. Tinha-se a presença de um Estado mínimo para o social, marcado pelo alto desemprego, precarização do trabalho e altos índices de desigualdade social. Uma realidade resultante da adoção de medidas neoliberais nos governos da última década.

A fim de conter uma recessão de maiores proporções, FHC recorreu a empréstimos com o FMI. Nesse período, a entrada de capitais externos era quase nula e o crescimento da dívida pública disparou. O Banco central do Brasil (BCB) continha 38 bilhões de dólares e desses, US$ 21 correspondiam às dívidas do governo. A quadratura macroeconômica era desastrosa (BARBOSA, 2013). Em um período de três anos, a administração tucana recorreu ao FMI por três vezes, sendo a última entre julho e agosto de 2002, quando o país chegou ao limite de suas reservas, conforme o previsto pelos organismos internacionais (PAULANI, 2003).

Ainda de acordo com a autora, Lula assume o Brasil com um saldo negativo de US$ 30 bilhões entre saques e adiamentos de pagamentos ao FMI. Nos primeiros anos de seu mandato, na esfera da política fiscal e monetária, o governo deu prosseguimento às mesmas bases exercidas nas administrações de Fernando Henrique. Outros autores como Anderson (2011), Barbosa (2013) e Mattoso (2013), seguem consoantes às narrativas do governo e compreendem que as medidas adotadas serviram de modo inicial para a estabilização e organização do país a fim de conter a inflação, tal como a desvalorização da taxa de câmbio, medidas basilares ao crescimento econômico que se tentava empregar.

O fato é que a política fiscal de FHC não só foi mantida como intensificada, em destaque nos dois primeiros anos do governo, em que se preservou o usual tripé macroeconômico — juros altos, câmbio flutuante e metas da inflação — racionalidade esta que estava atrelada à reestruturação produtiva da década de 1990, a qual pregava ampla liberação comercial, desregulamentação financeira e abertura de capitais. O executivo visava com essas medidas o alcance de um superávit primário superior ao estipulado pelo FMI (MORAIS; SAAD FILHO, 2011). Nesses termos, a política fiscal ficava sob o encargo de Antônio Palloci no Ministério da Fazenda visando o alcance das metas superavitárias e a elevação das taxas de juros partiu do Banco Central presidido por Henrique Meirelles (CARVALHO, 2018).

Em números, no ano de 2003, os resultados primários totalizaram 4,3% ultrapassando os 3,75% que foram acordados com o FMI, em 2004, chegou a 4,5% do PIB, demonstrando assim o compromisso do governo com o mercado e as políticas macroeconômicas conforme o acordado com os organismos e instituições financeiras (SAAD FILHO; MORAIS, 2018). Os índices de juros e o PIB foram desanimadores, entre fevereiro e maio de 2003, a taxa de juros Selic[51] atingiu o seu maior patamar nas gestões lulistas, (26,5%) e mais uma vez, cumprindo a lógica do tripé macroeconômico (MARINGONI, 2017). O PIB teve resultados drásticos, caindo de 2,7% em 2002 para 1,1% em 2003 (BARBOSA, 2013).

Os indicativos também seguiram ruins na criação de postos de trabalho. Nas regiões metropolitas o desemprego foi de 11,7% em dezembro de 2002 para 12,3 % em dezembro de 2003, em São Paulo chegou a 20% (SAAD FILHO; MORAIS, 2018). Além do ordenamento macroeconômico, medidas adicionais foram tomadas para completar o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos internacionais de valorização financeira e garantir benefícios ao mercado privado, são elas: reforma da lei de falências (para aumentar a segurança dos credores do setor privado), extensão da reforma da previdência aos servidores públicos e aprofundamento do processo de abertura financeira (PAULANI, 2017, p. 94).

Na leitura de Kliass (2017, p. 102), o PT reforçou a deslealdade tucana quanto ao discurso e materialização nos resultados do superávit primário. Segundo ele, o partido continuou com a mesma estratégia do PSDB de separar astutamente os gastos financeiros do governo e os que não são financeiros, considerando todo e qualquer gasto público para o

[51] Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), correspondente à taxa básica de juros definida pelo Banco Central, um dos principais componentes da política monetária brasileira para o controle da inflação.

alcance da meta estipulada. Desta feita, inseriam-se investimentos feitos para o provimento de direitos essenciais, como a saúde e a educação, forjando, assim, uma diferença excedente das receitas em relação às despesas para serem utilizadas no pagamento de juros da dívida. Ou seja, realizava-se uma manipulação e adulteração dos dados reais da união conquistando uma moeda artificialmente valorizada.

Paulani (2003), por sua vez, tece uma crítica à justificativa apresentada pelo governo federal referente às medidas adotadas que tomou no direcionamento macroeconômico. Passava-se de modo constante a imagem de que o país estava quebrado e desacreditado junto ao mercado financeiro. Por isso, reforçou-se a tese de que a recuperação da credibilidade nacional só se faria possível com a aplicação de um rígido modelo fiscal de ampliação de juros e restrição de investimentos sociais. Na análise da autora, esse foi apenas um argumento admissível encontrado por parte do federativo para a aplicação de um modelo econômico que beneficiasse os organismos internacionais e o mercado financeiro.

Para Paulani (2003), a solução da situação de insolvência externa estava no nível de reservas nacionais que entre junho e julho de 2002 chegou próximo de US$ 38 bilhões, fechando o ano em US$ 37,8 bilhões. Conforme a autora, em dezembro de 2002, considerando as reservas internas, o quadro de dívida externa teria a possibilidade de estar encerrado. Somado a isso, a balança comercial apresentou resultados satisfatórios, ultrapassando em até 50% as previsões do governo. Logo, com o câmbio acertado e as reduções das importações, se formavam as condições precisas para sair da crise. Deste modo, a economista se opõe ao discurso oficial de que as medidas monetárias e fiscais adotadas correspondiam ao fato do país estar quebrado.

Outro ponto rebatido pela autora é quanto à explicação presidencial acerca da manutenção de altas taxas de juros, as quais só poderiam ser reduzidas conforme o federativo, quando a inflação decaísse. Essa estudiosa argumenta que as causas reais para a elevação dos preços de bens e serviços no final de 2002 se davam pelo aumento da moeda americana, que disparou em junho do mesmo ano e chegou a R$ 4,00 reais em setembro.

Deste modo, independente da política monetária aplicada, era de se esperar que por pelo menos quatro a cinco meses as taxas ficariam mais elevadas, devido ao efeito da variação do dólar em 2002. Segundo Paulani (2003, p. 67), tal circunstância nega o fato de que naquele cenário a inflação estivesse fora de controle. “Não existia, por absoluta falta de oxigênio na economia, nenhuma possibilidade de essa reconfiguração de preços transmutar-se num

descontrole monetário e/ou desencadear mecanismos informais de indexação que ressuscitassem a inflação inicial".

À vista do exposto extrai-se que a alta da inflação foi uma resposta ao movimento da moeda americana. Os preços se elevaram entre agosto e novembro e dentro do previsto, iriam começar a cair entre dezembro e janeiro, uma análise que descredita o argumento governamental da necessidade fiscal e monetária de refrear o colapso econômico. Na verdade, tinha-se um governo que se mostrava ávido por lucros, para evidenciar seus serviços de desempenho econômico nacional e, com isso, ganhar o prestígio de setores financeiros e de organismos internacionais por tais direcionamentos (PAULANI, 2003).

A respeito dos principais decretos e reformas que correspondem às orientações neoliberais, no final de 2003, Lula conseguiu a aprovação do senado para a implantação de uma nova legislação no regime previdenciário dos servidores públicos (Emenda Constitucional n. 41 de 19 de dezembro de 2003)[52], estipulando a idade mínima de aposentadoria, dificultando benefícios e abrindo margem para os fundos de previdência privada como opção complementar ao servidor. Como nos aponta Saad Filho e Morais (2018), esta reforma segue os mesmos moldes da que FHC tentou implementar nos anos de 1998, na ocasião, a medida foi refreada justamente pela consistente oposição do PT. A sanção desta medida fragilizou ainda mais a esquerda, os sindicatos e os apoiadores do partido.

Entre essas iniciativas, destaca-se a implantação de uma reforma fiscal por meio do Projeto de Emenda Constitucional[53] (PEC) nº 42/03. A proposta chegou ao Congresso em 30 de abril de 2003 e solicitava a elevação dos tributos das mercadorias e dos serviços, oferecia abatimentos em transações financeiras e dispunha sobre os critérios de repartição federativa da receita. Tratava-se de mais um projeto similar às iniciativas fracassadas por FHC no trato da macroeconomia. Uma das pretensões do governo com essa proposta era garantir a alta, a todo custo, dos superávits primários (mesmo que o contabilizando via tributos), pois, desta forma, se conseguiria conter o aumento da dívida pública (BRAMI-CELENTANO; CARVALHO, 2007).

---

[52] Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B187564CF12F844EEDC3328DF8222216.proposicoesWebExterno1?codteor=492088&filename=LegislacaoCitada+-PEC+132/2007>. Acesso em: 25 abr. 2020.

[53] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc42.htm>. Acesso em 22 abr. 2020.

O governo também criou uma emenda que conferiu maior autonomia ao Banco Central (Emenda Constitucional nº 40 de 29 de Maio de 2003)[54] separando-o da regulação do sistema financeiro. E estabeleceu a lei do novo salário mínimo (Lei nº 10.888, de 24 de junho de 2004)[55] que passou a valer em maio de 2004, inicialmente conferindo apenas uma mínima correção monetária, distanciando-se ainda das reivindicações históricas da classe trabalhadora por um aumento real do salário mínimo (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Outra legislação de cunho neoliberal ocorrida no primeiro mandato foi a renovação de regras para empresas falidas (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005)[56]. O texto prevê que a antiga legislação que discorre sobre a falência das empresas — ainda da administração de Getúlio Vargas em 1945 — fosse arquivada, levando em consideração as novas formulações. O antigo decreto resguardava o trabalhador, em caso de quebra das empresas obrigava-as a cumprir as responsabilidades primeiro com o empregado, depois com os bancos e, por último, com os tributos. A nova legislação prevê o inverso, que as empresas honrem os compromissos antes com as instituições bancárias, depois acerte as dívidas com os impostos e, por fim, com o trabalhador. Esta medida atendeu as exigências do Banco Mundial e do FMI, que desde 1998 as recomendavam para os países latinos.

Paralelo a isso, foram desenvolvidas políticas e ações de cunho social. Alguns programas destacam-se nesse momento como o Fome Zero e o Programa Bolsa Família (PBF). O primeiro, com o intuito de evidenciar a necessidade do combate à fome e o segundo, garantindo a transferência de renda para as famílias em situação de vulnerabilidade social tendo uma série de condicionalidades, entre elas, o acompanhamento da saúde, nutrição e frequência escolar das famílias que tinham crianças e adolescentes. No final de 2005, o PBF já beneficiava um total de 8,7 milhões de famílias, o equivalente a 0,3% do PIB (BARBOSA, 2013).

O crédito consignado também fez parte de uma das medidas adotadas pelo governo federal à época, cujo objetivo era a ampliação do financiamento popular. Lançado em 2004, O projeto disponibilizou crédito para a agricultura familiar, principalmente no nordeste, e para o cidadão assalariado e aposentado. Na prática, os bancos viabilizariam o empréstimo

[54] Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc40.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.
[55] Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10888-24-junho-2004-532736-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.
[56] Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11101-9-fevereiro-2005-535663-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

consignado, o qual seria devolvido mediante baixas parcelas mensais retiradas da folha de pagamento dos beneficiários (SINGER, 2017). Vejamos como nos fala o autor:

> A redução do risco decorrente do pagamento garantido acarretou uma queda em quase treze pontos percentuais da taxa de juros desses empréstimos, e, em 2005, depois de crescer quase 80%, o crédito consignado colocava em circulação dezenas de bilhões de reais, usados, em geral, para o consumo popular (SINGER, 2017, p. 24).

Dessa forma, a iniciativa federal de liberação de crédito se mostrou um excelente recurso para o aquecimento econômico. Outros dois programas de alto impacto social neste período foram o Cisterna no semiárido, lançado em 2003, uma iniciativa do governo federal com a Articulação no Semiárido brasileiro (ASA), objetivando promover o acesso à agua de qualidade às famílias de baixa renda que vivem em regiões semiáridas do país. E, o Luz Para Todos, desenvolvido em 2004 com o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica para moradores rurais de todo o país. A iniciativa abarcou um total de 3,3 milhões de famílias e 15, 9 milhões de brasileiros (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019). De acordo com Singer (2017), esses programas pontuais e focalizados ajudaram a minimizar o alto quantitativo de pobreza extrema no país. Entre 2003 e 2005, já se tinha uma redução de 19,18% das pessoas que se encontravam na linha da miséria.

O cenário internacional, entre 2003 e 2005 foi marcado por uma quadratura de alta aceleração econômica movida pelo mercado Chinês que passou a importar altos números de produtos naturais e reservas minerais dos países latinos e africanos. Tal período ficou conhecido como o “boom das commodities”, é nessa circunstância que o país dá um salto nas transações comerciais e consegue retornar a um patamar de acumulação de reservas internacionais, reparando a sua condição no resto do mundo (BARBOSA, 2013). As relações comerciais entre Brasil e China se davam a partir dos interesses chineses com as nossas reservas naturais e matérias-primas tais como água, energia, terras agriculturáveis, soja, carne e minério de ferro (MATTOSO, 2013).

> As exportações brasileiras quase dobraram em apenas três anos, saltando de 60 bilhões de dólares, em 2002, para 118 bilhões, em 2005. No mesmo período as importações aumentaram 47 bilhões de dólares para 74 bilhões, fazendo com que o saldo comercial do Brasil quase dobrasse em três anos” (BARBOSA, 2013, p. 73).

Nesses termos, tem-se o registro de uma melhora econômica com a subida do PIB para 5,2%. A relação comercial com a China em 2004 reanimou a economia brasileira. O valor das exportações aumentaram, de 1999 a 2003 o número se elevou em até 50%, totalizando US$ 73 bilhões, enquanto a importação, se manteve estável nos US$ 50 bilhões, o que expandiu o capital de giro, elevando inclusive as reservas internacionais de US$ 8,7 bilhões em 2002 para 25 bilhões em 2004. "O rápido crescimento em 2004 foi apresentado como prova que a estratégia neoliberal do PT era sólida" (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 144) validando deste modo a política adotada frente ao mercado e aos organismos internacionais.

Conforme Barbosa (2013), o ano de 2004 marca um período de ajuste econômico e reabilitação dos indicadores tributários do país. O PIB chegou a 5,7% consequência direta da elevação do saldo comercial interno com o restante do globo (ver TAB 1), principalmente com o mercado Chinês, e da ampliação do consumo de empresas e famílias resultante das iniciativas e programas sociais, assim como, da volta da apreciação da moeda e da redução da inflação (BARBOSA, 2013). Os nossos autores[57] são unânimes: A recuperação das exportações foi um fator determinante ao crescimento econômico desempenhado nesta ocasião.

Carvalho (2018) compreende que o controle da inflação nesta época, deveu-se ao baixo preço do dólar, o que permitiu a entrada do capital internacional e a valorização do real. Neste momento, também registrou-se uma queda na balança comercial, fato correspondente ao aumento no número de importações devido a baixa do dólar. A autora nos informa que iniciou nesse período o crescimento no nível de investimento público fato que como veremos, contribuirá para a alta do consumo familiar. Conforme nos fala, ao proporcionar investimento público o governo aquece ao conjunto da economia como um todo, induzindo outros investimentos e estimulando a geração de emprego e renda.

Tabela 1 - Evolução do PIB entre os anos de 1999 e 2006

Período	PIB
1999-2002	2,1%
2003-2005	3,3%
2004-2006	4,3%

[57] Barbosa (2013); Mattoso (2013); Carvalho (2018); Belluzo (2013); Saad Filho e Morais (2018)

Fonte: BARBOSA, 2003.

Tabela 2 - Trajetória da inflação entre os anos de 1999 e 2005

Período	Inflação média
1999-2002	8,7%
2003-2005	7,5%

Fonte: BARBOSA, 2003.

Tabela 3 - Crescimento econômico entre os anos de 1995 e 2005

Período	Crescimento
1995-2003	2%
2004	5,8%
2005	3,2%

Fonte: CARVALHO, 2018.

Segundo Saad Filho e Morais (2018), em 2005, o país quitou antecipadamente o empréstimo ao FMI, o equivalente a US$ 23,3 bilhões. Fato este que teve grande significado político e econômico. Na leitura dos autores, o período engendrava as condições econômicas para o crescimento. Na visão de Barbosa (2013), este ato marca uma nova fase do mandato Lula na qual, o país adquire uma maior autonomia financeira interna e externa.

O Pacote de ações iniciais com um enfoque maior para a financeirização e mercado e os pontuais programas assistencialistas, não corresponderam às expectativas e demandas de boa parte dos apoiadores do partido, os resultados pífios dos dois primeiros anos da administração, levaram mais uma vez a desmobilização de parte significativa da esquerda. Em um curto período de tempo, a base de apoio partidária se dividiu novamente. Na primeira vez, em um contexto de pré-candidatura em que o partido deixou claro o seu comprometimento com a política neoliberal. E depois, no decorrer do primeiro mandato com o rigor fiscal aplicado, os altos índices de desemprego e baixas taxas de renda.

Uma vez desarticulado da esquerda, o PT ficara cada vez mais dependente dos aliados -burguesia interna, oligarquias regionais e trabalhadores não organizados-, setores que historicamente nunca se comprometeram ao partido e mantinham uma coalizão que mirava o

desenvolvimento econômico do país. Em contrapartida, tal apoio era fundamental para suprir a demanda do mercado e os lucros das classes mais abastadas, assim como na geração de recursos para financiamento dos programas de transferência de renda aos mais pobres (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Para esses autores, as alianças que viabilizaram a eleição de Lula a presidência, limitaram o governo no sentido em que expressiva parte dos apoiadores que se formaram objetivava apenas, a recuperação rápida da economia e não uma mudança da política neoliberal. Desse modo, Lula segue para o seu segundo mandato sob uma perspectiva liberalizante que ao tempo que irrompia com a lógica global do mercado, se orientava também para promover o que veiculava de "desenvolvimento sustentável". Os anos de 2006 a 2010 demarcam importantes ganhos a classe trabalhadora e as camadas mais baixas da sociedade. Da mesma forma, que mantinha os ricos nos seus "devidos" patamares, conferia ganhos históricos às populações menos abastadas.

3.2 O SEGUNDO MANDATO DE LULA DA SILVA E A ASCENSÃO NEODESENVOLVIMENTISTA: PROGRAMAS E AÇÕES

Em uma análise sobre os dez primeiros anos de administrações petistas, estudiosos (como BARBOSA, 2013; MATTOSO, 2013; SADER, 2013; BELLUZZO, 2013; GARCIA, 2013; POCHMANN, 2013) admitem a retomada da desenvoltura macroeconômica interna que sai de um patamar contracionista e segue em ritmo ascendente. Nessas análises, destacam-se o controle da inflação obtido no período e a redução da dívida pública, aponta-se a alta expressividade atingida pelo país nas relações externas, fator que contribuiu para uma maior autonomia na política conduzida e evidencia-se as mudanças de postura na macroeconomia interna com a ampliação dos postos de trabalho formal, o aumento do salário real e a consequente ampliação de uma sociedade de consumo.

Para Sader (2013), a sociedade brasileira vivenciava um período pós-neoliberal. O autor define os governos petistas como "antineoliberais", indo de encontro à racionalidade dominante da ortodoxia do mercado. Outrossim, defende os mandatos progressistas de partidos de tradição esquerdistas na América do Sul como pós-neoliberais e de resistência ao capitalismo. Sendo eles: os governos Kirchners na Argentina – Nestór Kirchner e Cristina Kirchner (PJ); Hugo Chávez, na Venezuela (PSUV); Tabaré Vázquez, no Uruguai (FA); Evo

Morales, na Bolívia (MAS) e Rafael Correa, no Equador (Movimiento Alianza PAIS). Como nos fala Sader (2013, p. 138), esses governos:

> a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio; c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado.

Como já dissertamos no capítulo anterior, o avanço dos governos progressistas e de partidos de segmento esquerdista na América Latina são consequências diretas da crise do modelo neoliberal aplicado na região na década de noventa. Ainda na interpretação de Sader (2013), o lulismo teve o grande desafio político e econômico de encaminhar sua administração após todo um legado neoliberal deixado pelos governos anteriores. Este autor é enfático na compreensão de que há uma larga diferenciação na condução político-econômica existente das administrações petistas com as das gestões de Fernando Collor, Itamar Franco e FHC perspectivadas sob a racionalidade do mercado.

No mesmo seguimento, Mattoso (2013), compreende que se gesta no Brasil no primeiro decênio dos anos 2000, um período de ampliação democrática sob uma outra forma de desenvolvimento. No entendimento deste autor, as medidas que permitiram os satisfatórios resultados econômicos e sociais nos mandatos do PT, são resultados da condução de políticas inovadoras que articularam o social e o econômico para se alcançar "o crescimento, a produtividade e a institucionalidade" (MATTOSO, 2013, p. 116).

Nessa quadratura, há registros de avanços e conquistas tanto na esfera econômica quanto na social, as quais foram intensificadas em 2007 a partir da adoção, segundo a linha teórica dos intelectuais dos governos, de uma agenda neodesenvolvimentista. Parcelas significativas de brasileiros aumentaram o seu poder de compra e se inseriram na esfera do consumo, aproximadamente 23% do PIB foram destinados a investimentos sociais. O aumento salarial repercutiu diretamente na distribuição de renda e na diminuição da pobreza, e o crescimento do trabalho formal na redução da informalidade e do desemprego. O autor é categórico:

> O país não somente mudou, mas mudou para melhor graças à criatividade e produtividade das sucessivas políticas adotadas ao longo do período, ao decidido enfrentamento dos obstáculos e desafios internos e externos e, sobretudo, a um inabalável compromisso social [...] (MATTOSO, 2013, p. 121).

Conforme esse autor, entre 2007 e 2010 o PIB cresceu 4,6%. Um conjunto de fatores beneficiaram a atividade econômica no período, sobre eles apontamos: a diminuição da

vulnerabilidade externa; O aproveitamento do agronegócio e mineração cujo mercado trazia um destaque competitivo a âmbito internacional; O controle da inflação; A viabilização do crédito consignado à pessoa física e jurídica; A ampliação do financiamento habitacional; A defesa da indústria nacional; Um maior controle fiscal, assim como a redução da relação dívida/PIB. Elementos esses que trabalhamos no decorrer deste capítulo.

Para Carvalho (2018), o período entre 2003 a 2011 pode ser caracterizado como um frágil período de bem-estar social brasileiro, a autora segue na definição do economista Edmar Bacha, o qual compreende o momento como uma espécie de "milagrinho brasileiro"[58]. A análise feita pela economista também destaca o comércio externo como um dos grandes fatores desse crescimento. Segundo ela, a expansão inicial da economia entre os anos de 2004 e 2005 se deu pela elevação das exportações decorrentes de uma demanda a nível internacional — em especial da comercialização com a China — e um mercado interno produtor e capaz de escoar produtos naturais e minerais. No entanto, reconhece que após esse momento o ritmo do crescimento é caracterizado pelo expressivo investimento estatal no setor público e pela ampliação de consumo da população, decorrente das políticas de distribuição de renda.

Pochmann (2013) compara o momento histórico da década de 1970, considerada a década de ouro da economia brasileira, com o período de ascensão neodesenvolvimentista. Para o autor, as duas épocas se equiparam ao considerar elementos como o crescimento econômico, a elevação do rendimento familiar, baixos níveis de desemprego. Contudo, ressalta que a conjuntura dos anos setenta não avança em termos de redução da pobreza e desigualdade de renda. Segundo nos fala, momentos semelhantes ocorreram na história do país, todavia, quanto mais se elevava a renda nacional, maior era o montante da sua concentração nas mãos de poucos, não se equiparando aos ganhos sociais presentes nos mandatos petistas e, por isso, avalia a agenda política apresentada dos governos Lula e Dilma como inéditas na trajetória política do país.

Para Pochmann (2013), a execução das políticas sociais no governo Lula condizia ao previsto na constituição de 1988, delineava segmentos para a formação de um Estado de bem-estar social, principalmente, em se tratando da seguridade social (saúde, previdência e assistência social) fixando os gastos sociais às taxas relativa e absoluta do PIB.

[58] Fazendo referência ao crescimento ocorrido no país no regime militar entre os anos de 1968 e 1973, marcado pela elevação do PIB, da industrialização e da baixa inflação.

De acordo com esta leitura afinada ao discurso governamental, ao tempo que se destinaram à recuperação do mercado interno, as entradas fiscais foram injetadas para o combate à pobreza e à desigualdade estrutural. A taxa de pobreza extrema caiu de 26,7% em 2002 para 12,8% em 2012. A classe média subiu de 38% para 52% e o índice de gini[59] reduziu de 0,589 em 2002 para 0,527 em 2011 (MATTOSO, 2013). Entre 2004 e 2010 ocorreu uma elevação na renda dos trabalhadores de 3,3% e o índice de trabalho subiu 5,5%, a participação do rendimento no trabalho chegou a 14,8% e a desigualdade na distribuição pessoal de renda do trabalho reduziu em 10,7% (POCHMANN, 2013).

De acordo com a revista *O partido que mudou o Brasil* (2019), as políticas de distribuição desenvolvidas pelo PT promoveram a maior redução da pobreza na história do país. O destaque central foram os programas criados ao combate à fome e à pobreza extrema. Em 2014, o país conseguiu sair do mapa da fome mundial obtendo reconhecimento pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura FAO/ONU. Entre 2003 e 2014, a fome no país se atenuou em 82%, esse marco se deu por meio de iniciativas como o Programa Fome Zero, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)[60], a Garantia Safra[61], o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[62], e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[63]. Ações de incentivo à agricultura familiar, reunidas, incidiram diretamente na produção de alimentos e na ampliação de direitos sociais referentes à nutrição e à alimentação, temas caros à sociedade brasileira.

Somado a essas iniciativas, tem-se a viabilização do acesso à renda com o Programa Bolsa Família, "carro-chefe" do governo nas políticas públicas, tendo um melhor alcance para

---

[59] Indicador para medir o grau de concentração de renda para determinado grupo. Ver: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em: 19 abr. 2020.

[60] O PRONAF previa o financiamento para implantação e melhora da estrutura de produção agrária seja por meio de industrialização ou serviços na área rural. Conforme Araujo (2013), o programa elevou seu teto anual de 2,2 bilhões na gestão de FHC para 16 bilhões nos governos Lula, viabilizando um maior subsídio à agricultura familiar. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

[61] A Garantia Safra concebia proteção ao trabalhador rural que perdesse a sua colheita devido a seca ou estiagem. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Garantia Safra**.** Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/area-rural/garantia-safra/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 15 abr. 2020.

[62] O PAA visava à promoção de alimentos e o incentivo a agricultura familiar. SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: < http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 15 abr. 2020.

[63] O PNAE visava proporcionar alimentação escolar e educação alimentar e nutricional aos estudantes da educação básica pública. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 15 abr. 2020.

a reparação da desigualdade de renda. Segundo a revista do PT (2013), o PBF é reconhecido como o maior e mais focalizado programa de transferência de renda do mundo. Através dessa iniciativa, cerca de 36 milhões de pessoas deixaram a pobreza extrema. De acordo com Carvalho (2018), o PBF resultou na queda dos índices de pobreza e conseguiu resultados eficientes capazes de amenizar a desigualdade de renda, o programa passou a ser parte de uma parcela dos ganhos dos brasileiros (0,4% em 2003 e 1,28% em 2011) e para além da renda, essa iniciativa modificou em parte as relações sociais desempenhadas em sociedade.

> O Bolsa Família fortalece a economia local. Para cada R$ 1 investido no Programa, R$ 1,78 retornam para a economia. Com o Bolsa Família a mortalidade infantil por desnutrição foi reduzida em 58% e, por diarreia, em 46%. As gestantes do programa têm 50% mais de presença do pré-natal, o que se desdobra em outros números, como na redução de 14% na taxa de prematuros, de 50% na prevalência de baixa renda estatura (desnutrição crônica), de 18% na mortalidade materna e de 21% na hanseníase, além dos impactos nas taxas de suicídio e homicídio (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019, p. 10).

Essa leitura evidencia que além de um quadro de equiparação de renda e de amenização da pobreza extrema, o programa atingiu a estrutura social como um todo, proporcionando uma melhor qualidade de vida e aumento significativos para a saúde e a educação.

O aumento do salário mínimo também contribuiu para a elevação da renda. De acordo com Carvalho (2018), o processo de ampliação salarial foi proporcionado graças às negociações do governo federal com as centrais sindicais, que desde 2004 reivindicavam por aumentos com as marchas a Brasília. Desta forma, já em 2005 teve-se o registro de um leve acréscimo na remuneração mínima (ver TAB. 4). Esses atos dos representantes sindicais ocorreram entre 2004 e 2009, e em 2007 resultou em uma legislação[64] que previa a adoção de uma política de valorização salarial de 2008 a 2023. Observemos a ampliação do valor real salarial:

Tabela 4 – A evolução do salário mínimo - abril de 2002 a janeiro de 2010

Período	Valor	Aumento real em %
Abril/2002	331,88	_____
Abril/2003	335,69	1,23
Maio/2004	339,96	1,19
Maio/2005	367,93	8,23

[64]Projeto de Lei nº 1, de 2007. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9483B66B3CED65DB502E3F20A9B54F35.node1?codteor=557748&filename=Avulso+-PL+1/2007>. Acesso em: 22 abr. 2020.

Abril/2006	415,91	13,04
Abril/2007	437,12	5,10
Março/2008	454,74	4,03
Fevereiro/2009	481,05	5,79
Janeiro/2010	510,00	6,02

Fonte: DIEESE, 2013 apud BOITO JR., 2018, p. 163.

Conforme Carvalho (2018), essa iniciativa de compromisso a valorização real da renda básica gerou dois principais efeitos, o crescimento de toda a distribuição salarial da economia, incluindo a dos beneficiários de políticas sociais, e a redução da disparidade salarial, ou seja, a diferença do ganho do trabalhador mais pobre e do ganho médio do conjunto de trabalhadores da economia.

A quantia do piso salarial passou a ser reajustada com base no valor total da inflação mais o PIB de dois anos anteriores. Deste modo, o salário mínimo cresceu 77,2% nos 13 anos de mandato do PT. Na mesma medida, se alcançou a expansão dos postos de empregos totalizando 19,4 milhões de ocupações com carteira assinada, o equivalente a 1,5 milhão de empregos por ano, um ritmo presente tanto em áreas metropolitanas quanto em áreas rurais. Destarte, o Brasil, que ocupava o ranking de terceiro maior país no índice de desemprego nos anos 2000[65], passou de 10,5% em 2002 para 4,3% no final de 2013, atingindo assim o chamado pleno emprego (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

Saad Filho e Morais (2018) atestam que nos governos Lula o crescimento de empregos nas regiões metropolitanas atingiram um patamar de 500 mil por ano, diferenciando-se da antiga margem dos mandatos de FHC de 150 mil por ano. De acordo com essa narrativa, nos anos 2000 foram criados 21 milhões de empregos, e 80% desse resultado concentrava-se no setor formal.

Segundo Pochmann (2013), na compreensão neoliberal assumida pelos governos anteriores, o Brasil não poderia elevar o teto do salário mínimo porque geraria mais informalidade e desemprego e esse pensamento se reproduzia nos programas sociais, que, uma vez priorizados, supostamente quebrariam a previdência social e gerariam desorganização das contas públicas. A lógica empregada era a da desregulamentação da

[65] Pochmann (2013).

economia para obtenção de um maior número de vagas de trabalho nas empresas públicas e privadas. Todavia, conforme nos fala, nos governos do PT, o inverso não só foi feito como comprovado. O salário mínimo se ampliou em percentagens jamais vistas, havendo significativas reduções dos números de desemprego, informalidade, endividamento público e pobreza.

O aumento real do salário mínimo elevou o poder de compra das famílias, incidindo no nível de consumo e no aquecimento direto do mercado interno. Esse fator mais a expansão de programas de infraestrutura urbana e social provocaram um novo dinamismo à sociedade, resultando em uma contínua e generalizada demanda de bens e serviços no sistema econômico, com destaque aos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e ao setor automobilístico.

Sobre essa expansão do consumo, Saad Filho e Morais (2018) apontam que a alta elevação de transferências de renda a aposentados, desempregados e cidadãos que não possuíam capacidade de exercer atividade profissional, contribuíram diretamente para essa ascensão do consumo junto com a ampliação de emprego e o aumento salarial. Segundo os autores, dos anos 2002 a 2009 essas distribuições passaram de R$ 135 bilhões (US$ 50 bilhões) para R$ 305 bilhões (US$ 113 bilhões). A seguir, trazemos um quadro demonstrando o crescimento do consumo familiar no período:

Tabela 5 – Crescimento do PIB: consumo das famílias – 2004 a 2010 (%)

Ano	Consumo das famílias (%)
2004	3,9
2006	5,3
2008	6,5
2010	6,2

Fonte: IBGE/BRADESCO, 2015.

Outra alta se deu com a taxa média do crescimento do PIB per capita, que se estabeleceu na margem dos 0,75% entre os anos de 1995 e 2002, mantendo-se nesse mesmo patamar nas duas gestões de FHC. Esse índice começou a elevar-se nos governos Lula, chegando a 2,4% em seu primeiro mandato, entre os anos de 2003 a 2006, e alcançou 3,5% no em seu segundo mandato, de 2007 a 2010 (FILHO; MORAIS, 2018).

Para Carvalho (2018), a liberalização de créditos[66] é mais um fator correspondente a esse processo de inclusão financeira que auxiliou na redução da desigualdade e no aumento do consumo interno. O crédito consignado[67] foi viabilizado a funcionários públicos e trabalhadores que se submeteram a realização de empréstimos com juros baixos e um maior número de parcelamento. As operações de crédito saltaram de 25,5% do PIB em janeiro de 2002 para 49, 2% em dezembro de 2012, o período ápice desse processo ocorre entre 2003 e 2009. Esta iniciativa favoreceu também o financiamento habitacional e rural a partir do crédito direcionado. A nossa autora reitera que essa expansão se deu juntamente com o aumento da renda e do emprego.

Na área da saúde, o governo federal expandiu a destinação de recursos e as despesas cresceram 78% acima da inflação. Investiu-se na rede de saúde primária com notoriedade para as Unidades Básicas de Saúde (UBS) sendo designado um total de R$ 6 bilhões de reais para aplicações em ampliação e construção de novas UBS. As equipes de saúde da família cresceram de 16.734 para 40.162, estando presentes em 98% dos municípios e abrangendo a 61% da população, o dobro dos que recebiam essa cobertura em 2002. Também se desenvolveu o acesso a medicamentos a partir do programa Farmácia Popular implementado em 2004, a iniciativa abrangeu uma rede de 35 mil farmácias que disponibilizavam medicamentos com até 90% de desconto. O programa chegou a 4.566 municípios, o equivalente a 82% do total e atingiu a um total de 30 milhões de pessoas (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

Implementou-se a rede de atendimento emergencial a partir da criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), o qual contava com ambulâncias conectadas 24h a centrais de regulação, assegurando o atendimento aos cidadãos que precisassem ser transportados a um hospital. Nos mandatos do PT tem-se um registro de 2.525 ambulâncias, 583 Unidades de Tratamentos Intensivos (UTIs) móveis e 185 centrais de regulação. Também houve o desenvolvimento das Unidades de Pronto Atendimentos (UPAS), que se integraram ao SAMU, tornando-se uma inovação dos governos do PT com o objetivo de esvaziar os hospitais gerais e assegurar um atendimento de caráter emergencial aos usuários do serviço. Obteve-se a criação de 449 UPAS com capacidade de 3,5 milhões de atendimentos, cobrindo uma margem de 47% da população (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

[66] O estímulo ao crédito rebateu diretamente no aumento das vendas dos bens duráveis de consumo como eletrodomésticos e automóveis, aquecendo o cenário econômico interno (ARAUJO, 2013).

[67] Empréstimos com pagamento indireto no qual as aparcelas são subtraídas automaticamente da folha de pagamento.

Passemos, agora, à análise da política de assistência social. Uma importante ação foi a expansão e o fortalecimento da política pública de assistência social, com o lançamento, em 2004, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no qual implementa o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP). O SUAS permitiu o atendimento da população em situação de pobreza extrema por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do PBF, onde passou a se realizar um acompanhamento de famílias, crianças, pessoas idosas e deficientes em situação de vulnerabilidade social. Para isso, houve uma ampliação de trabalhadores da rede SUAS (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

Segundo a revista do PT (2019), em 2003 não havia nenhum equipamento especializado de assistência social. Nos anos em que esteve no poder, o partido somou 8,1 mil CRAS em 5,5 mil municípios e 2,4 mil CREAS trabalhando com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social e 300 Centros Pop. Fora isso, contou-se com 18,5 mil entidades privadas de assistência social sem fins lucrativos em parceira no atendimento socioassistencial. Destaca-se também o registro de equipes volantes para o alcance das famílias em territórios rurais extensos, assim como a disponibilização de lanchas vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria[68], destinadas à população ribeirinha do norte (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

Sobre os programas de assistência social, em 2003 houve uma ampliação dos beneficiários do BPC[69] com a Lei 10.741/2003 do Estatuto do idoso, a qual fixou a idade de acesso ao benefício para 65 anos em vez de 67, assim como ampliou o acesso às pessoas com deficiência, baseado agora nas regras internacionais da Organização Mundial da Saúde (OMS). Logo, nessa perspectiva, constata-se nesses governos uma expansão do direito à aposentadoria e aos benefícios sociais.

Outros programas de cunho social que fortaleceram a equidade social, como já citamos, são o Cisternas no Semiárido e o Luz Para Todos. No primeiro, a sua execução possibilitou a redução das doenças causadas por abastecimento de água irregular, diminuição

[68] Plano lançado em junho de 2011 com o objetivo de conter a pobreza extrema em dois anos e meio, até o final de 2014. Era estruturado sob três pilares: garantia de renda; acesso a serviços públicos como saúde, educação e lazer, e inclusão produtiva. PLANO BRASIL SEM MISÉRIA. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/labgov/inovacoes/cases/66-estrategia-de-monitoramento-analitico-do-plano-brasil-sem-miseria-e-programas-do-mds-2>. Acesso em: 15 abr. 2020.

[69] Baseado na Constituição Federal de 1988, o BPC prevê o pagamento de um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza.

na mortalidade infantil em decorrência da diarreia, elevação de peso ao nascer das crianças, aumento de tempo hábil para lazer e educação das crianças que antes se comprometiam em busca de água potável com as mães. E o programa Luz Para Todos, compreendendo a região da Amazônia e lugares de difícil acesso das regiões rurais. As obras geraram cerca de 498 mil empregos (O PARTIDO QUE MUDO O BRASIL, 2019).

No que concerne à educação, a ampliação dos mecanismos de acesso, fomento e inclusão desta foi um verdadeiro marco na história política nacional. Segundo esta obra, nos 14 anos em que esteve à frente do país, o PT viabilizou o ingresso ao ensino e criou mecanismos e programas para a permanência e a qualidade da educação desempenhada com medidas que compreenderam o ingresso desde a creche à pós-graduação.

Uma das principais causas dessa expansão foi o orçamento do Ministério da Educação (MEC), que triplicou, passando de 49,3 bilhões em 2002 para 151,7 bilhões em 2015. Três elementos fundamentais explicam esse avanço, primeiro, a alteração da constituição, em 2007, para criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o qual assegurou recursos para todos os níveis de ensino e aumentou os repasses da União para Estados e Municípios que atuam na educação básica. Em 2006, os repasses do FUNDEB equivaleram a R$ 988 milhões, já em 2007 o valor chegou a R$ 3,9 bilhões. Segundo, a aprovação da emenda constitucional em 2009, a qual reduziu a percentagem da Desvinculação das Receitas da União (DRU)[70] sobre os recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. E, por fim, a institucionalização em 2013 da lei que destinava 75% dos royalties do pré-sal e 50% do Fundo Social para a educação (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

Neste período, sob a condução do ministro da educação Fernando Haddad, planejou-se o acesso a pessoas de baixa renda ao ensino superior privado. O Programa Universidade Para Todos (ProUni) a partir da Lei 11.096/2005 concede-se bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes sem diploma de nível superior, nas faculdades e universidades particulares do país[71]. Estima-se que entre 2005 e 2016 foram concedidas 1,9 milhão de bolsas.

[70]A DRU é uma prerrogativa que permite ao governo a utilização de todos os tributos federais para sanar possíveis desequilíbrios do superávit primário. Na prática, o governo poderia se utilizar de recursos da saúde, educação, assistência social para estabilização macroeconômica. Disponível em: < https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru >. Acesso em 16 abr. 2020.

[71] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: 23 abr. 2020.

Na concepção de Gentili e Oliveira (2013, p. 257), as medidas tomadas no mandato Lula contribuíram para dinamizar e viabilizar o acesso de uma população historicamente excluída à educação superior. “O que o governo Fernando Henrique privatizou no campo universitário, o governo Lula tentou dotar de conteúdo social e potencial democratizador”. Conforme nos falam Caldas e Araújo (2017), nos oito anos em que FHC esteve à frente da presidência o ensino superior continuou estagnado, não sendo priorizada a construção de universidades e nem fomentado os investimentos para o acesso da população de baixa renda a esses espaços.

Outro programa vigorado nos governos Lula para a ampliação de vagas na graduação superior privada foi o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que subsidiava o estudante ao ingresso às faculdades e universidades particulares de ensino reconhecidas pelo MEC, viabilizando a entrada de jovens de baixa renda nessas unidades privadas de estudo.[72] Entre o período dos mandatos petistas, o FIES chegou a beneficiar 2,7 milhões de estudantes (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

A rede pública de ensino também contou com um conjunto de políticas que foram implementadas. A partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), aplicou-se uma ampliação física, acadêmica e pedagógica da rede superior pública de ensino. As universidades de ensino federal tiveram a maior ampliação de sua história, contando com a criação de 18 novas universidades e 178 campi. A pós-graduação da rede pública também obteve uma alta histórica, as matrículas dobraram, assim como o aumento proporcional do número de bolsas de estudo (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

O ensino técnico e a formação profissional foram fortalecidos nessa quadratura, em 2002 havia apenas 140 escolas técnicas criadas em 119 municípios do Estado. Nos governos do PT, foram lançadas 422 escolas, abrangendo 596 municípios, ampliando assim o ensino tecnológico a jovens de todo o país. Em 2011 obteve-se a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), que em quatro anos chegou a um total de 9, 49 milhões de matrículas em cursos gratuitos (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019). À vista disso, Pochmann (2013) atribui a maior escolaridade dos jovens e o

[72] FIES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198&Itemid=303>. Acesso em: 15 abr. 2020.

consequente ingresso tardio no mercado de trabalho como um dos fatores que contribuíram para a redução da taxa de desemprego em 2012.

O ensino básico também apresentou um maior quantitativo de investimento com a criação e fortalecimento de programas para creches e pré-escolas, tais como a ampliação do transporte escolar por meio do projeto Caminho da Escola, garantindo o deslocamento de crianças e adolescentes.

A educação básica começou a ampliar a jornada estudantil com a modalidade de ensino integral, cerca de 60 mil escolas estaduais e municipais obtiveram recursos para essa expansão da carga horária de estudo. Além disso, desempenhou-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujo objetivo era o de acompanhamento da qualidade de ensino, sendo a alimentação e a nutrição compreendida como complementar à educação e aos resultados do ensino. O número de estudantes atendidos chegou a 41, 3 milhões (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

Nesses governos houve a instituição de políticas para a valorização do exercício de docência dos professores de educação básica, os docentes conquistaram um Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) com a Lei nº 11.738/2008[73], e a partir do Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização dos professores (FUNDEF), ampliaram-se iniciativas como o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), que previa a formação dos docentes da rede pública que assumiam a educação básica sem formação. E outro programa semelhante, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2006.

Do mesmo modo, foram lançadas ações de estímulo aos docentes em formação, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o qual disponibilizou bolsas para alunos de cursos de licenciatura. Essa iniciativa beneficiou 72.840 alunos de licenciatura e 11.716 da educação básica da rede pública de ensino (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

No campo de infraestrutura social foi desenvolvido o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, durante o segundo mandato de Lula da Silva. Correspondia a um plano estratégico para resgatar o planejamento nacional e retomar os

[73] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 23 abr. 2020.

empreendimentos de setores estruturantes no país, dos quais se destacam a infraestrutura urbana (luz para todos, transportes, recursos hídricos, saneamento e habitação), infraestrutura logística (concentrando-se nas principais rodovias, ferrovias, portos, aeroportos) e infraestrutura energética (geração de energia elétrica, petróleo, gás, combustíveis renováveis e indústria naval) (BRASIL, 2019).

A reconstituição da infraestrutura econômica e social relegada por mais de duas décadas abrangeu os setores da matriz energética, com o incentivo à Petrobras para produção e extração de petróleo nas plataformas brasileiras, assim como abarcou investimentos para produção e estudos das energias alternativas, áreas como saneamento básico, habitação popular, tecnologia e robótica foram priorizadas, na mesma proporção em que se desenvolveram mecanismos para ampliação de obras em ferrovias, rodovias, aeroportos, portos e hidrovias.

Sob a implementação do PAC, destaca-se o desenvolvimento das seguintes ações: construção e duplicação de rodovias, entre elas a da BR-101; Ampliação de vias ferroviárias como a ferrovia norte-sul (TO/GO/SP); As operações nas usinas hidrelétricas do Madeiro (RO), Belo Monte (PA) e Teles Pires (MT); A exploração do pré-sal; A integração do Rio São Francisco. Na infraestrutura hídrica houve a realização de projetos estruturantes como a construção de barragens e canais, modernização de portos e uma maior atenção ao norte do país — que depende em boa parte da utilização de transportes fluviais — com a melhoria da navegabilidade dos rios e reformas e construções nos terminais hidroviários para circulação de cargas, passageiros e afins, inclui-se também a modernização de aeroportos e a ampliação para aumento de sua capacidade (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

A partir do programa, se injetou setores estratégicos da economia de volta ao centro, compondo o eixo participativo para o pretendido desenvolvimento nacional. O governo trabalhou incentivando a iniciativa privada para geração de capital e, concomitantemente, investindo na esfera pública. Uma série de medidas foram tomadas para o incentivo da produção interna e para obtenção de maior capital para o projeto — liberação de crédito, desoneração tributária, programas de apoio às micro e pequenas empresas, unificação de impostos. Essas medidas reunidas serviram para incentivar a participação privada interna e, consequentemente, elevar os recursos para o projeto.

Uma das iniciativas do PAC consistiu na execução do chamado Simples Nacional, criado em 2006 para otimizar a contribuição de pequenas empresas e negócios, assim como

incentivar a sua criação e desenvolvimento. Tratou-se de uma forma de simplificar a retenção dos valores (com a unificação de impostos federais, estaduais e municipais), eliminando uma série de medidas e obrigações acessórias para as empresas ao mesmo tempo em que mantinha o sistema de taxação e recolhia os impostos nacionais (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2019). Nesse contexto, se lançou em 2008 o Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP) com incentivos fiscais ligados à infraestrutura, construção pesada e alta tecnologia. Efetivou-se uma maior ampliação das desonerações e a viabilização para a redução dos Impostos sobre Produtos Industriais (IPI) (BARBOSA, 2013).

Diante deste cenário, foram adotadas medidas de estímulo à produção e à competitividade da indústria nacional, cujos objetivos centravam-se na redução dos custos da produção industrial; no incentivo ao desenvolvimento tecnológico, inovação e na estimulação às exportações. A partir desses pilares, desenvolveu-se a criação de várias linhas de financiamento de crédito com juros subsidiados pelo governo. Nas ações para redução do custo de produção houve um alto investimento nas desonerações da folha de pagamentos e na eliminação da contribuição patronal para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). O microempreendedor individual, uma vez inserido no Simples Nacional, passou a ter a possibilidade da inclusão previdenciária com a garantia de um imposto reduzido (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

No entanto, em 2008, uma crise ameaçou esse ciclo. No último trimestre de 2008 o Brasil foi impactado por uma das mais severas recessões ocorridas desde então, a crise do subprime nos EUA. Os principais rebatimentos desse desajuste financeiro no país foram as contenções de crédito decorrentes da queda dos investimentos internacionais, a baixa no preço das commodities e o declínio do PIB, que chegou a cair 5% em apenas seis meses (BARBOSA, 2013).

A quebra do banco inglês Lehman Brothers[74] comprometeu o ritmo de elevação dos preços no Brasil, e em resposta o BCB reduziu a taxa básica de juros real (a Selic caiu de 11,2% entre 2003 e 2005 para 8,3% entre 2006 e 2008), que ocorreu acompanhado da redução da inflação, os grupos de exportadores brasileiros tiveram perdas substanciais com a queda do

[74] O Lehman Brothers quebrou em 15 de setembro de 2008, considerado um dos maiores bancos de investimentos norte-americanos. A causa corresponde à elevação abusiva nos valores das hipotecas em quase todo EUA e a não capacidade dos cidadãos custearem esses valores, a chamada crise das hipotecas subprime. Acarretou o desmoronamento de grandes bancos de investimento do Wall Street como falências, fusões e mudanças estatutárias, esses bancos eram grandes credores mundiais e estando comprometidos, congelaram ou comprometeram as redes de créditos globais (HARVEY, 2011).

dólar a partir da depreciação na taxa de câmbio, assim também como houve uma redução nas ações brasileiras (BARBOSA, 2013).

Essas consequências atingiram o país por um semestre e já no final do segundo trimestre, em 2009, a economia voltou a apresentar sinais de melhoras, com índices superiores aos países do fórum da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (CARVALHO, 2018). Um dos mecanismos para tanto se deu com o lançamento pelo BNDES, do Programa de Sustentação do Investimento (PSI)[75], em que objetivou aliviar os efeitos da crise. O projeto funcionava reduzindo o custo do financiamento das empresas nacionais, assim como desenvolvendo ações de estímulo à produção, exportação e aquisição tecnológica de maquinário e instrumentos de trabalho (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

Conforme Mattoso (2013), perante essa crise financeira mundial, o governo Lula adotou uma série de medidas inovadoras e anticíclicas, indo de encontro às projeções do mercado e buscando conter uma provável ruptura do período de ganhos econômicos que tentava implantar. Entre as ações desempenhadas, destacamos a redução dos tributos e juros, a ampliação do crédito público, a continuidade da elevação salarial, manutenção da rede de proteção social e dos investimentos públicos — as altas nos investimentos do PAC e da Petrobras —, a ampliação do tempo e valor do seguro desemprego, liberação de crédito para pequenas empresas via BNDES, desonerações momentâneas e permanentes e a continuidade das transferências para estados e municípios (BARBOSA, 2013); (CARVALHO, 2018). O país seguiu na valorização do mercado interno.

Como nos fala Carvalho (2018), mesmo com uma redução nas receitas, o valor investido em 2009 para as transferências do governo federal foi o mesmo que em 2008. A autora ressalta que apesar dos impactos da crise, o mercado interno encontrava-se forte, os investimentos privados e a consequente força que a nação construiu no cenário internacional facilitou a elasticidade da economia no período. Nesse quesito, o PAC foi bastante significativo, garantindo a continuidade do consumo de bens e serviços e mantendo a economia ativada, o que contribuiu também para atenuação dos efeitos desse desequilíbrio internacional nas empresas nacionais (BARBOSA, 2013).

[75] Disponível em: <https://codemec.org.br/geral/bndes-psi-programa-de-sustentacao-investimento/>. Acesso: 22 abr. 2020.

Para Pochmann (2013), tais medidas se fizeram possíveis pela existência de excedentes acumulados com a alta entrada de capitais externos no país entre 2006 e 2008, o que permitiu a acumulação de um volume de reservas internacionais. Segundo Saad Filho e Morais (2018), as reservas cambiais deixaram a margem de US$ 53 bilhões, chegando a US$ 373 bilhões. Fato que se comprova pela posição assumida pelo Brasil a nível mundial, saindo de devedor do FMI para credor, elevando ainda mais o seu peso na economia mundial. Ainda em 2009, chegou a depositar 4,5 bilhões de reais aos cofres dessa organização (GLOBO.COM, 2009).

Nesses termos, no ano de 2009 o crescimento foi reforçado, mas devido à queda do PIB no final de 2008, a economia brasileira chegou a cair 0,6% e tornou a subir em 2010, ao atingir 7,5%. Essa elevação foi contribuída pela alta do investimento nesse ano, que somou 28,8%, em 2008 esse número ficou em 5,1% (BARBOSA, 2013).

Passado esse cenário de recuo devido aos impactos da crise e iniciada uma direção de reforço das políticas e programas de desenvolvimento, se destaca a criação massiva de empregos, tornando, inclusive, a demanda por engenheiros e trabalhadores qualificados maior que a oferta. Os investimentos públicos, principalmente os realizados nas áreas de infraestrutura, retornam à abertura de emprego e renda, pois a sua execução demanda por iniciativas e serviços privados caindo assim no conjunto de toda a economia. Para Carvalho (2018), esse processo gera efeito multiplicador e compreende que a utilização de recursos da união para fins que promovam a ascensão do patrimônio público demanda do setor privado a geração de mais empregos e serviços e, consequentemente, um maior lucro na economia.

Desta forma, considerando o boom de investimentos públicos sociais somados aos fatores já trabalhados de elevação e valorização salarial e aumento de consumo das famílias, registra-se também nesse momento uma expansão de setores de mão de obra menos qualificada como nas áreas de habitação, construção civil, transportes, e no setor de serviços — higiene, saúde, cuidados pessoais, salões de beleza, abertura de estabelecimentos como bares, restaurantes, lanchonetes — um expressivo aumento de empreendimentos diante de uma população que tinha subsídios para acessar tais conveniências.

No que corresponde às ações de saneamento básico, encabeçadas pelo PAC, entre 2003 e 2015 foram disponibilizados 200 bilhões de reais, que foram distribuídos baseados no déficit de cada região, priorizando as áreas mais pobres da cidade de acordo com as necessidades absolutas de serviços — a região nordeste recebeu 31% e a sudeste, 38%. Em

termos de serviço de água e esgoto, o crescimento foi de 2% entre 2002 e 2015 para as famílias que tinham uma renda de até um salário mínimo mensal, esses serviços chegaram a 8%. A coleta de esgoto teve uma abrangência de 27% na sociedade nacional, para os mais pobres essa cobertura chegou a 45% (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

Referente às iniciativas nas áreas urbanas e de habitação, as intervenções voltaram-se para pavimentação, saneamento e urbanização de favelas. O projeto de urbanização de favelas, administrados pelo PAC, elevou-se de um total de 100 para 4.528 entre os anos de 2007 a 2015, com uma estimativa de cerca de 33,5 bilhões de investimento, atendendo principalmente as áreas metropolitanas (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019). Quanto à habitação, o enfoque se deu na emissão de títulos de propriedade por parte do governo federal. A linha seguida concedeu ampliação de créditos para todas as faixas de renda, sob utilização dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para famílias de menor aquisição financeira, para a classe média foi adotado o Sistema de Poupança e Empréstimo.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), mais uma ação do PAC lançado no contexto de recuperação e manutenção econômica, em 2009, previa atenuar a defasagem habitacional no país, em especial para as famílias de baixa renda, assim como objetivava a geração de emprego e o crescimento econômico. O processo ocorria mediante duas vias, a direta, onde o governo atuava junto ao setor privado e em parceria com governos estaduais e locais, subsidiando moradias para a população por meio de um valor simbólico. E por via indireta, em que se utilizava os recursos do FGTS para o financiamento dos imóveis às pessoas de baixa renda (MARICATO; ROYER, 2017).

De 2009 a 2014, tanto o PAC quanto PMCMV contaram com cerca de 172 bilhões de investimentos retirados do FGTS, do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Orçamento Geral da União (OGU). O PMCMV teve uma alta expressividade, entre os principais resultados, citamos: a contratação de 4,2 milhões de unidades habitacionais; a entrega de 2,7 milhões de moradias, o que beneficiou cerca de 10 milhões de pessoas, estando presente em até 96% dos municípios brasileiros existentes. Dos beneficiados, 70% tinha uma renda familiar de até R$800. O programa é considerado como o maior investimento habitacional da história nacional, com um total de R$300 bilhões de recursos utilizados (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

Essa iniciativa correspondeu a muitas das exigências históricas dos movimentos sociais urbanos e de habitação, foi reconhecida como uma grande conquista de setores populares, evidenciando a força dos movimentos sociais, que a partir desse projeto estiveram de frente como agentes capazes de impulsionar a formulação e implementação de políticas públicas.

O PMCMV impactou diretamente na economia a partir da geração de renda, no aumento do uso de materiais de construção e serviços e na produção de novos empregos diretos e indiretos. A criação de empregos chegou a 1,7 milhão, destes 1,2 se deram de modo direto e 500 mil indiretos. O crescimento de empresas do setor imobiliário chegou a 48% e o faturamento elevou-se para 54% (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019). Conforme Maricato e Royer (2017), entre 2007 a 2012 os recursos investidos no PAC totalizaram um valor de R$ 82 bilhões de reais, e desses considera-se que aproximadamente 49% retornaram aos cofres públicos.

Com a ebulição provocada pelo PAC devido a sua proposta de incentivos locais e seu caráter descentralizador, a região Nordeste, em especial o estado de Pernambuco, foi atingida em cheio com o ciclo desenvolvimentista que se implantava em cadeia nacional. Conforme Araujo (2013), tanto o Nordeste, quanto o Norte e o Centro-Oeste (ver TAB. 6) obtiveram uma elevação da produção e uma alteração no dinamismo interno de cada região.

No estado de Pernambuco, o grande trunfo desse processo correspondeu ao complexo portuário e industrial de Suape, que modificou a economia da região e concentrou excedentes investimentos, atraindo tanto os aportes públicos como os da iniciativa privada. Conforme Ferreira (2018), as obras se concentraram na área de infraestrutura industrial e portuária, entre elas citamos a obra de duplicação da BR-101 via nordeste, a construção do acesso rodoviário do Porto de Suape e o projeto Arco Metropolitano do Recife, visando ligar Suape à área industrial que vinha se fortalecendo no litoral norte a partir dos empreendimentos da Fiat.

Baseado em documentos do governo do estado de Pernambuco e da agência de desenvolvimento de Pernambuco sobre o complexo industrial de Suape[76], Ferreira (2018) coloca que só na área de infraestrutura foram investidos R$ 2,2 bilhões do erário e os investimentos privados reunidos atingiram em 2006 uma marca de US$ 2,2 bilhões. Entre

[76] De acordo com Ferreira (2018), entre as mais de 200 empresas fixadas na região, destacamos a Refinaria Abreu e Lima, a petroquímica Suape, Estaleiros Atlântico Sul, Suape Energia, Bunge Moinho e Alimentos, GRI Towers, LM Wind Power, Termopernambuco.

2007 e 2010, as somas dos investimentos públicos e privados atingiram um total de US$ 17 bilhões, desse valor sobressai-se o grande capital privado.

Conforme Ferreira (2018), verificou-se uma ampliação na geração de postos de trabalho e uma maior demanda por qualificação profissional, uma necessidade criada de mão de obra capaz para assumir as vagas de ocupações. Desta feita, se firmavam contratos, convênios e parcerias para mobilizar a qualificação e formação profissional. Segundo a autora, a centralidade ficava para as áreas técnicas e o Sistema "S" se valeu desse período para o incremento de cursos formativos nas áreas industriais, energéticas e de gás e petróleo, entre outras. Com isso, se teve um maior fluxo de renda na região, uma dinamização do comércio e do setor de serviços como farmácias, mercados, shoppings e restaurantes, atraindo empresas e indústrias que viam na região uma possibilidade de expandir seus negócios e seus empreendimentos. Vejamos: "Esse Estado, que aparecia sempre em desvantagem na dinâmica do país entre os anos de 1985 e 2003, passou a liderar o dinamismo na região nordeste e a se situar entre as economias que mais crescem no país" (ARAUJO, 2013, p. 163).

De acordo com essa autora, houve uma redução da pobreza extrema no Nordeste e no Norte do país, entre 2003 e 2009, o que equiparou essas regiões à média nacional e atenuou o espaço que as separa das regiões mais ricas. Para a autora, esse fato corresponde diretamente aos efeitos do PAC na região e as "obras desenvolvimentistas" realizadas gerando emprego e renda. Veja como nos detalha o crescimento de empregos nas grandes regiões do país:

Tabela 6 – Evolução do estoque dos empregos formais no Brasil

Área geográfica	Dez/02	Dez/10	Taxa (%) anual de crescimento 2010/2002	Número de empregos criados no período	Peso (%) dos novos empregos no estoque inicial
Norte	1.296.597	2.408.182	8,0	1.111.585	85,7
Nordeste	4.859.397	8.010.839	6,4	3.151.442	64,9
Sudeste	15.128.474	22.460.999	5,1	7.332.525	48,5
Sul	5.075.659	7.557.531	5,1	2.481.872	48,9
Centro-Oeste	2.323.786	3.630.804	5,7	1.307.018	56,2
Brasil	28.683.913	44.068.355	5,5	15.384.442	53,6

Fonte: ARAUJO, 2013, p. 164.

No segundo mandato de Lula, a Petrobras destacou-se entre as empresas que mais geraram resultados positivos ao PAC. A companhia tornou-se decisiva no desenvolvimento do país, obtendo um papel central para o rápido crescimento econômico engendrado. Segundo

a revista do PT (2019), três fatores foram preponderantes para isso: a descoberta do pré-sal[77], a expansão do mercado brasileiro na produção de petróleo e o crescimento na área de biocombustíveis, petroquímica e gás. No entanto, antes mesmo da descoberta do pré-sal, a Petrobras já era destaque com a política de conteúdo nacional, a qual estimulou a utilização de produtos e insumos fabricados e desenvolvidos no Brasil em todas as áreas da estatal, tais como: Empresas de engenharia e mecânica; Indústria naval; Motores elétricos; Sondas perfuradoras; Construção de dutos; Tanques, Instrumentos, entre outros.

Conforme Fuser (2017), a descoberta do pré-sal se tornou pública em 2007, a partir de então, visando garantir uma melhor utilização dos recursos provindos do território nacional, o federativo decidiu alterar a legislação que concedia a exploração de reservas minerais[78]. Assim, em 2010[79], foi conferido à Petrobras o direito de ser a única operadora para a exploração desse recurso, com uma percentagem estipulada de no mínimo 30% de todos os consórcios, garantindo à estatal exclusividade nessas operações. Nesses termos, definiu-se um aumento da parcela da união na participação dos lucros, além dos impostos que já lhe cabiam. Criou-se também um Fundo social que deveria ser investido no exterior, prevendo a aplicação desses juros nas áreas da saúde, educação, projetos de inovação científica e tecnológica e sustentabilidade ambiental (FUSER, 2017).

Os lucros advindos da descoberta do pré-sal junto com o estabelecimento de novas refinarias e as obras do PAC acentuaram a economia de modo que faltaram empresas e mão de obra que dessem conta da realização de grandes obras e empreendimentos ao mesmo tempo (FUSER, 2017). Uma consequência da política de conteúdo nacional, empregada nos mandatos do PT, uma iniciativa que definia que as demandas e investimentos de expansão ocorressem no mercado interno, daí a explicação do boom de serviços e empregos. Conforme

[77] Trata-se da existência de uma grande reserva de petróleo em áreas abissais do oceano. O pré-sal foi descoberto em 2006, no campo petrolífero de Tupi, na bacia de Santos, localizada no litoral do estado do Rio de Janeiro. Com esse achado, houve um maior incentivo para ampliação da exploração, e logo foi constatado que essas jazidas se situavam numa área de bacias sedimentares compreendendo a bacia de Campos, a bacia de Santos e a bacia do Espírito Santo, uma área que compreende os estados do Espírito Santo até Santa Catarina "800 quilômetros no sentido norte-sul e 200 quilômetros no sentido leste-oeste" (FUSER, 2017, p. 181). Estimava-se a existência de aproximadamente 80 bilhões de barris de petróleo, o que deixava o país em uma posição privilegiada dentro das nações produtoras.

[78] O antigo marco regulatório da Lei 9.478 de 1997 estabelecia que a exploração de petróleo deveria ocorrer apenas via licitação. Nesses termos, a empresa concessionária recebia o direito para exploração e produção em determinada área por um tempo específico e se apropriava totalmente dos ganhos, cabia à operadora destinar os devidos impostos e os royalties. De acordo com o autor, essas empresas poderiam inclusive até controlar o ritmo da produção, usando os recursos até o limite.

[79] Lei 12. 351 de 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.

Maringoni (2017), a garantia desta lei auxiliou na maior elevação da renda nacional e no alcance do pleno emprego.

Segundo Fuser (2017), a indústria naval, que estava praticamente nula no país devido à entrada de concorrentes externas com a abertura comercial, empregou mais de 78 mil trabalhadores diretos em 2014 e o BNDES, entre os anos de 2012 e 2014, atuou no financiamento para a sua recuperação e instalação de novos navios de grande porte.

De acordo com a literatura utilizada e a narrativa apreendida, o período que esboçamos tratou-se de um momento nacional em que foi possível a constatação da redução das assimetrias, do acesso a bens e serviços, da ampliação de postos de trabalho, do aumento significativo do salário mínimo, da garantia a direitos basilares como a alimentação, a água, o saneamento básico, a energia, a habitação, a educação, a saúde e os bens de consumo. Abaixo, uma síntese do nível de priorização estatal na esfera pública:

Tabela 7 – Taxa de crescimento dos investimentos públicos federais (1994 - 2015)

Período	Taxa de crescimento ao ano (%)
1994-1998	-5,1
1998-2002	-1,2
2002-2006	-0,6
2006-2010	25,4
2010-2014	-0,4
2011-2015	-6,2

Fonte: ORAIR, 2016, p. 60.

Evidencia-se a partir das informações apreendidas na tabela acima, o expressivo e histórico progresso nacional em termos de investimentos público federal internos, em obras e programas que contribuíram para acentuar o patrimônio nacional.

Conforme Carvalho (2018), com as implementações de caráter neodesenvolvimentista nos mandatos Lula da Silva, se fortaleceram teses que apontavam esse momento como já destinado ao desmoronamento. A autora contesta as principais assertivas, tais colocações correspondiam às seguintes teorias: a) O crescimento econômico ocorrido como resultante dos governos FHC e do primeiro mandato Lula; b) As commodities como únicas responsáveis pelo crescimento; c) A política baseada no consumo e crédito tendia ao esgarçamento.

Sobre a primeira tese, Carvalho (2018) explica que comparar o período FHC e Lula da Silva não compete, pois em sua compreensão ambos adotaram medidas similares em momentos históricos discrepantes, cada qual com sua conjuntura específica. Para ela, as mudanças no segundo mandato se deu para acelerar as atividades econômicas, o que gerou resultado em 2010, para só depois declinar e chegarmos ao quadro de 2015. Deste modo, nega o fato de que o desenvolvimento econômico tenha sido promovido pelo rigor fiscal aplicado na política macroeconômica dos governos FHC e do primeiro governo Lula,

> Sendo assim, uma coisa é dizer que a estabilização da inflação foi necessária para uma retomada do crescimento. Disso poucos concordariam. Outra coisa é afirmar que a adoção do tripé macroeconômico, as privatizações e demais políticas implementadas desde 1994, foram as principais responsáveis por gerar um crescimento mais acelerado — uma década depois (CARVALHO, 2018, p. 42).

A segunda afirmação que objeta — sobre a explicação do crescimento como consequência única da alta internacional no preço das commodities — Carvalho (2018), compreende que antes de 2006 os avanços de fato deviam-se centralmente ao boom das commodities. Entretanto, esclarece que de 2006 em diante o desenvolvimento interno esteve atrelado a esse cenário externo aliado a uma série de fatores já discorridos por nós: a alta do investimento estatal, aos programas de transferências de rendas, ações e políticas sociais que beneficiaram as baixas camadas, ampliação dos postos de empregos, aumento real do salário mínimo e elevação do nível de consumo familiar. Maringoni (2017) compartilha sobre a mesma premissa.

E, por fim, o argumento de que a política de créditos e monetária que surtia efeito na época estava fadada ao fracasso é rebatido pela autora quando nos fala que esta condução tanto poderia continuar logrando êxitos, quanto poderia ser arruinada. A economista nos lembra que as condições que permitiram tais avanços eram provenientes da estabilização da inflação e de um maior controle quanto às contas internas e externas, estas últimas beneficiadas pelo contexto internacional favorável. A valorização do real entre 2006 e 2010 permitiu que a meta inflacionária fosse cumprida, possibilitando a estabilização econômica[80].

A autora nos detalha quanto ao momento: “Foi, portanto, o ciclo de alta das commodities e o cenário externo favorável que, ao trazer o capital estrangeiro para o país e valorizar o real, possibilitaram que houvesse crescimento acelerado de salários sem a perda do

[80] De acordo com Carvalho (2018), outros resultados contribuíram para esse contexto. A redução da dívida pública que caiu de 62,4% para 37% em novembro de 2008 e a também a redução da taxa básica de juros entre agosto de 2005 e setembro de 2007, alcançando a estabilização após esse período.

controle da inflação" (CARVALHO, 2018, p. 47). No entanto, a estudiosa defende que para a continuidade desse sucesso — gestado nas políticas de crédito e de promoção a "inclusão social" — seria necessário o ajuste de alguns entraves, como o desequilíbrio externo, a baixa produtividade da estrutura industrial interna; a inflação de serviços e a concentração de renda no topo, nas classes mais altas. Deste modo, tanto existia possibilidades de continuidade quanto de ruptura.

O fato é: houve avanços inegáveis. O país saiu em 2003 da 13ª posição no ranking de maiores economias globais para a 6ª em 2011, chegando a ultrapassar a Grã-Bretanha. O coeficiente de gini para desigualdade indicava 58,6 em 2002 e chegou em 52, 9 em 2013 (BBC NEWS BRASIL, 2016), e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que possui uma escala de 0 a 1, segundo os relatórios da ONU, se elevou de 0,649 no início dos anos 2000 para 0,699 em 2010 (RBA, 2010). Abaixo, trazemos um panorama dos principais "agentes" responsáveis pela materialização do ciclo de crescimento econômico nacional.

Tabela 8 – Taxa de crescimento anual de variáveis selecionadas para a economia brasileira em três subperíodos

	1999-2002	2003-2005	2006-2010
Salário mínimo (% ao ano, em termos reais)	1,8	6,8	5,9
Preço das commodities – FMI (% ao ano)	10,3	19,1	10,5
Investimentos federais (% ao ano em termos reais)	-2,0	-4,7	27,6
PIB (% ao ano, em termos reais)	2,3	3,4	4,5
Consumo das famílias (% ao ano, em termos de reais)	1,6	2,6	5,8
Investimento total (% ao ano, em termos reais)	-1,2	2,0	9,1
Exportações (% ao ano, em termos reais)	8,5	11,7	2,5
Inflação – IPCA (% ao ano)	8,8	7,5	4,7

Fonte: CARVALHO, 2018, p. 12.

Para Barbosa (2013), as causas de tais avanços foram determinadas pelas decisões do governo Lula, que se voltaram ao equilíbrio econômico e à viabilização que os lucros advindos da favorável conjuntura internacional fossem injetados também para boa parte da população brasileira, compondo um ciclo de crescimento interno até 2008. Em sua análise, o autor também reconhece o bom desempenho presidencial diante da crise econômica de 2008, no qual, segundo ele, permitiu uma ágil recuperação do país e uma ampliação da aplicação "desenvolvimentista".

Discorrido esse processo, finalizamos esta sessão com uma esquematização dos principais pontos que caracterizam o novo desenvolvimentismo aplicado nos mandatos de Lula da Silva.

Quadro 3 – Principais características do neodesenvolvimentismo - governo Lula

- Ação complementar e decisiva do Estado, principalmente em se tratando de fornecer suportes e reparos ao investimento privado;
- No campo econômico com o controle dos gastos da união, superávit primário, estabilização da inflação, câmbio flutuante e investimento interno;
- Incentivos fiscais e desonerações;
- Ampliação do salário mínimo e do crédito e um consequente aumento do consumo interno;
- Política social de transferência de renda focalizadas e pontuais para a população de vulnerabilidade extrema.

Fonte: CASTELO, 2014.

3.3 MAIS AUTONOMIA E DEFESA NACIONAL: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA EXTERNA

Observamos na primeira década do século XXI uma mudança no panorama da economia mundial com a presença de novos países importadores de produtos primários, como a China e a Índia. O mercado chinês passou a negociar commodities com a América Latina, e como o Brasil contava com uma excelente capacidade produtiva de matérias-primas, apresentou uma relação mais estreita com este e com os demais países do continente asiático que buscavam a compra de minérios e produtos naturais. Fator este, como vimos, preponderante para a mudança dos rumos econômicos ocorrida no país.

A China se transformou no principal importador de mercadorias primárias da América Latina, os produtos de maiores interesses eram petróleo, soja, ferro, cobre e açúcar. Essa procura foi proveniente do alto crescimento econômico desse país, entre 2000 e 2011, obtinha em média uma elevação de 10 pontos percentuais ao ano. A nação possuía um mercado ávido e demandante da aquisição de matérias-primas, exploração de novos setores de serviço e engenharias para a condução de obras de infraestrutura. Por essa razão, aumenta a sua participação nos países membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (KLEMI; MENEZES, 2016).

Essa mudança nos rumos das "trocas" internacionais se deu porque, como já dissertamos, a América Latina vivenciava um aumento em sua região de governos progressistas e centro-esquerdas, que buscavam a formação de um novo eixo de relação externa, capaz de lhes conferirem maior desenvolvimento e liberdade[81]. Tinha-se em comum a defesa pela justiça social, a formação de uma integração social forte e estruturada e a obtenção da autonomia em relação aos Estados Unidos (Fiori, 2007). Por isso, manifestaram uma política externa de cooperação entre si, afunilando laços e relações no subcontinente com a implantação de projetos de desenvolvimento social e crescimento econômico, sob a intervenção estatal na economia.

Deste modo, registra-se a firmação de um novo regionalismo em um plano global e local, se expressando na abertura de mercados e na composição de novos tratados, áreas aduaneiras e blocos de países, como a União das Nações Sul-Americanas (UnaSul), em 2008, o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)[82], criado em 2004 pelas nações do bloco, que objetivava reduzir a disparidade entre os países de menor envergadura presentes no grupo. Esse fundo atuava com o financiamento de programas a fim de alcançar uma maior coesão entre as nações participantes, assim como estimular a competitividade e fortalecer a integração dos países de menores aquisições no grupo. Destacamos também a Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC), criada em 2010 com a proposta de um direcionamento abrangente e universalista da política externa, visando o desenvolvimento das nações (KLEMI; MENEZES, 2016).

Conforme Fiori (2013), a partir dos governos do PT, a direção estratégica da nação nas relações internacionais foi modificada no sentido que lhe garantisse uma maior posição e capacidade técnica, econômica e militar. Na perspectiva desse autor, a liderança política de Lula da Silva foi determinante para o salto nos acordos e transações econômicas estabelecidos no período. Alianças com novos parceiros comerciais, países da África e Ásia, Rússia, Índia e sub-região do Oriente Médio, tornando assim o país mais expansivo e independente, estabelecendo o comércio com diversas nações prósperas e se retraindo do eixo imperialista de Washington, como era costumeiro na década de 1990. Para Pochmann (2013), com a nova geopolítica mundial adotada, o país prosseguia em um caminho próprio de abandono e

[81] Venezuela (Hugo Chávez), Argentina (Nestor Kirchner), Uruguai (Tabaré Vásquez), Chile (Michele Bachalet - 2006), Bolívia (Evo Morales - 2006), Equador (Rafael Correa- 2007), Paraguai (Fernando Lugo - 2008).
[82] Disponível em: < https://focem.mercosur.int/pt/o-que-e-focem/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

rompimento neocolonial, da subserviência de bens e serviços, do escoamento apenas para servir interesses de outrem.

Quanto ao aumento de negócios do Brasil com os países latinos, Garcia (2013) argumenta que além das pretensões de conquistas sob outros eixos político-econômicos, tal relação se estabeleceu também pelo interesse do país nas inúmeras características promissoras da região, entre elas destaca-se a capacidade de suprir demandas alimentares, tecnológicas e industriais (com expressivos parques industriais, podendo inclusive atingir a um patamar equiparado a das economias em desenvolvimento), o alto potencial em matérias-primas, em produção de energia, petróleo, minerais e gás, capacidade hidroelétrica, alta qualidade e diversidade de solos, abundância de produção agrícola, expressivas reservas aquíferas, grande biodiversidade de florestas, entre outras.

Soma-se ainda que com a ascensão dos governos progressistas, a região possuía um quantitativo considerável de sul-americanos incluídos em projetos e políticas sociais, garantindo uma proteção básica aos cidadãos e à economia interna em caso de crises como a de 2008. Segundo Garcia (2013, p. 61), essa política externa aplicada propiciou o alcance de certa estabilidade para países como Bolívia, Equador e Venezuela, que sofriam com sérios e históricos problemas em sua ordem social e política e passaram a ser incluídos com mais força na concorrência mundial, tanto exportando produtos e matérias-primas, quanto recebendo proventos e serviços.

Diante deste novo "entorno estratégico" (FIORI, 2013), se sobressai a inserção e a predominância do país no Grupo dos 20 (G-20), formado pelas 19 maiores economias e a União Europeia. Segundo Garcia (2013), o Brasil passou a presidir essa associação em 2008, sob forte representação, liderando a discussão sobre os efeitos da crise. Compôs também a Organização Mundial do Comércio (OMC), com ênfase na sua participação na Rodada Doha de desenvolvimento, uma arena de discussões e resoluções multilaterais, onde o país buscou contrabalancear os interesses das nações desenvolvidas, colocando-se em defesa das pautas comerciais e políticas dos países em desenvolvimento e buscando evidenciar as práticas desiguais do comércio internacional.

A nação também atuou no Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) formando um grupo de cooperação que auxiliou na comunicação com os países pobres, e a rentosa e expressiva participação no bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), entre 2003 e 2007 o aumento do grupo foi de 65% do PIB mundial (GARCIA, 2013). Conforme

Anderson (2011), devido à relevante liderança de Lula da Silva o país se elevou como uma potência global.

Em termos da altiva representatividade mundial que obteve, o Brasil foi decisivo para o impedimento da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), em 2005, um projeto dos EUA que visava à incorporação das economias latino-americanas. De acordo com Saad Filho e Morais (2018), no país essa proposta teve adesão da burguesia associada ao capital internacional e ao PSDB. No entanto, sob a participação ativa do presidente Lula, ocorreu uma mobilização internacional em oposição à execução da política estadunidense, principalmente em grande parte da América do Sul. Para esse posicionamento o Brasil foi peça fundamental, firmou relações diretas com os representantes dos Estados associados e simpatizantes ao Mercosul, criando assim uma frente contra a investida norte-americana. Entre as formas desempenhadas para refrear o ALCA, o governo priorizou as negociações da OMC, do Mercosul e da União Europeia (BOITO JR., 2018).

Registra-se também uma expansão na relação Brasil e África, uma vez que a economia desse continente também foi impactada positivamente nos anos 2000 pela alta das trocas comerciais realizadas com a China e a Índia, o que elevou o consumo das exportações no país. A cooperação Sul-Sul previa uma rede de solidariedade entre as nações associadas, e visando atender essas primícias, o Brasil firma relações com países africanos. O projeto de integração baseou-se na alocação de várias empresas nacionais em território africano como Angola, Mauritânia, Sudão, Argélia, Líbia, Namíbia e os de língua portuguesa, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. A atuação se dava no setor de serviços com a extração de recursos minerais e obras de infraestrutura urbana — transportes, barragens, portos, linhas férreas, hidrelétricas —, o interesse brasileiro estava nas reservas naturais e minerais desses países de alto potencial energético (FIORI, 2013).

Moçambique obteve um maior número de projetos e investimentos, uma vez que contava com grandes reservas de carvão mineral. Logo, teve-se a presença das corporações e companhias multinacionais instaladas na região com destaque para Vale do Rio Doce, Odebrecht, Petrobras, Embraer, Camargo Corrêa e outras grandes empresas. Para esses empreendimentos, sob o financiamento do BNDES e do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio exterior (MDIC), o Brasil viabilizou R$ 649 milhões utilizados nos projetos de integração e internacionalização de empresas brasileiras (FIORI, 2013). A partir de então, o país africano passou a desenvolver programas de infraestrutura física e energética

semelhantes aos que foram implementados aqui e lograram êxitos nesse encaminhamento (FINAZZI; LAMAS; NASSER, 2017).

O Brasil ainda renegociou a dívida de vários países africanos, um valor que excedeu a 1 bilhão de dólares, equivalendo a 75% do total dessas despesas (FIORI, 2013). A partir destas iniciativas, entre 2005 e 2009 o país atingiu um nível em que abandonou a antiga condição de recebedor de proventos e ajudas internacionais e passou a ser doador, colaborando na ajuda humanitária para economias e agências multilaterais (FINAZZI; LAMAS; NASSER, 2017).

O governo brasileiro buscou a consolidação de uma política externa de soberania e defesa nacional, a partir da Política Nacional de Defesa (PND), criada em 2005, e da Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008, ambos objetivavam o preparo militar e civil contra ameaças externas. O END previa a entrada de tecnologias avançadas no território nacional visando atender às necessidades militares e a indústria de defesa[83]. Para isso, foram estreitados vínculos com Israel, África e Oriente médio.

Apesar do Brasil reconhecer a independência do Estado da Palestina conforme as resoluções da ONU, chegando a proferir diplomaticamente críticas a Israel diante da tensão com os palestinos[84], o governo brasileiro avançou na aproximação comercial e científica com esse país baseado em interesses comerciais a âmbito militar e de segurança pública. Em 2002, a balança comercial entre os dois países registrava um total de US$ 440 milhões, já em 2008 esse valor chegou a US$ 11,6 bilhões (FINAZZI; LAMAS; NASSER, 2017).

Essas trocas eram tão vantajosas ao Brasil que em 2010 Israel passou a ser o primeiro país de fora da América do Sul a integrar o Mercosul. Nesses termos, firmou-se um acordo de livre-comércio entre os Estados, onde a troca de bens e serviços não era afetada por tarifas alfandegárias. Por esta razão, na ocasião, o Brasil ocupou a posição de quinto maior importador de armas do mundo, chegando a quase US$ 1 bilhão de contratos militares de empresas israelenses e forças armadas brasileira (FINAZZI; LAMAS; NASSER, 2017).

[83] Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>. <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>. Acesso: 20 abr. 2020.

[84] Referente ao conflito histórico entre Israel e Palestina que disputam a soberania na região Palestina considerada sagrada por ambos os países. No contexto supracitado, a região estava ocupada pelos israelitas e ambos os povos reivindicam o reconhecimento mundial e a soberania da região. Trata-se de uma disputa entre dois povos que veem no mesmo território um direito próprio.

O Brasil também participou da intervenção no Haiti (Minustah), quando este país atravessou um drástico golpe de Estado em 2004. Foi estimulado pelo governo federal o envio de tropas para a missão no país que vivenciava um contexto de guerra. Realizou-se a maior concentração armada brasileira desde a segunda guerra mundial, contando com mais de 23 mil militares, um custo de cerca de R$ 2 bilhões. Conforme nossos autores, para além da diplomacia, o país buscava com essas ações prestígio político e destaque na ONU, assim como treinamento militar sob enfoque na assistência humanitária e atualização da área de segurança pública nacional como um todo, na legislação, sistema penitenciário, polícia (FINAZZI; LAMAS; NASSER, 2017).

Os militares brasileiros atuaram em conjunto com a polícia nacional haitiana, com isso obtiveram treinamento na contenção de protestos de massa, e o conhecimento desempenhado na pacificação das favelas de lá puderam ser aplicados na realidade do Rio de Janeiro por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Com essa participação na missão de paz no Haiti, o Brasil esperava atualizar a parca infraestrutura que tinha na área bélica. Deste modo, entre 2005 e 2014 o governo incentivou empresas via fomentação do BNDES e benefícios fiscais, e nesse período companhias como a Tauros Armas, a Indústria de Materiais Bélicos do Brasil (IMBEL) e a Condor atingiram cerca de US$ 18 milhões. Em 2012, o país se tornou o maior exportador de armas “brandas”, com baixo potencial de letalidade para o Haiti, superando inclusive os EUA (FINAZZI; LAMAS; NASSER, 2017).

A partir dessas iniciativas, as empresas de armamento aumentaram a sua lucratividade, obtendo resultados expressivos na segurança nacional como a ampliação de número de policiais e de empresas privadas de segurança, a modernização de equipamentos de repressão e combate e a revitalização da indústria bélica que em certa medida, não contava com uma infraestrutura adequada (LAMAS; FINNAZI; NASSER, 2017).

Vimos, sob a leitura desses autores, a existência de uma modificação na forma do país relacionar-se economicamente com outras nações e potências. A partir dos estudos realizados, atribuímos essa mudança ao contexto conjuntural dos países do Sul inclinados a uma política progressista e de cooperação, ao direcionamento implementado nos governos Lula com objetivos traçados que divergiam dos aplicados anteriormente, assim como ao elevado crescimento da China um dos grandes propulsores da ascensão dos mercados dos países do sul.

Para Garcia (2013), o presidente Lula em seu mandato confrontou a ideia liberal da impossibilidade de aplicar crescimento interno e o externo na mesma condução política. No pensamento desse autor, o então presidente comprovou que se pode estabilizar a moeda, reduzir a vulnerabilidade externa e fortalecer a democracia, obtendo resultados satisfatórios nos dois quesitos. Adiante veremos, de acordo com a linha teórica utilizada neste capítulo, como os bancos estatais, em especial o BNDES, obtiveram papel fundante na aplicação do projeto de expansão e desenvolvimento interno, promovidos nos governos Lula.

3.3.1 A Nova Direção Assumida Pelo BNDES na Política Externa

Como podemos observar ao longo da discussão deste capítulo, o BNDES é um dos principais órgãos do governo de apoio ao desenvolvimento nacional. A partir das linhas de créditos disponibilizadas, teve um papel determinante para o fortalecimento e a expansão das companhias nacionais, o banco passou a subsidiar a internacionalização de pequenas e grandes empresas, uma ação que estimulava a concorrência internacional dessas organizações e o aquecimento da balança comercial doméstica.

Esse mecanismo foi viabilizado através da alteração ocorrida no estatuto social dessa estatal, primeiro, ainda em 2002 no governo de FHC, por meio do decreto de nº 4.418[85] no qual a subordinou ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, conferindo assim uma maior autonomia para operação em outros países. Depois em 2007, pelo decreto de nº 6.322[86] no qual amplia as possibilidades de financiamento às empresas brasileiras instaladas no exterior, incentivando o chamado Investimento Estrangeiro Direto (IED). E, por fim, a alteração de 2008, com o decreto de nº 6.526[87] onde se autoriza a implementação de subsidiárias pelo BNDES no exterior. Assim, nesse período, previa o estatuto (artigo 9º do capítulo III – operações):

> [...] II – Financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do país;
>
> III – Financiar e fomentar a exportação de produtos e serviços, inclusive serviços de instalação, compreendidas as despesas realizadas no exterior, associadas à exportação; [...]

[85] Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4418.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.
[86] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6322.htm#art1>. Acesso em: 22 abr. 2020.
[87] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6526.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.

> VI – Contratar estudos técnicos e prestar apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do país ou a sua integração à América Latina (BRASIL, 2007).

Nesses termos, no governo Lula da Silva foi implementada a política das "campeãs nacionais" conduzindo as grandes companhias brasileiras a posições de lideranças em escala mundial, segundo suas áreas de atividade. Estabeleceu-se uma importante relação diplomática em que sob condição de contratarem empresas brasileiras, os países, em especial os da América do Sul, passaram a contar com os recursos providos do BNDS para execução de grandes obras de infraestrutura social (BOITO JR., 2018). De acordo com Bugiato (2017), nessa época, os investimentos em exportações aumentaram em 180%, e, conforme nos fala Boito Jr. (2018), o orçamento do banco chegou a decuplicar. Todavia, é importante ressaltar que isso só foi oportunizado graças ao amplo repasse de verbas do tesouro nacional para o banco estatal, que por sua vez foi possibilitado pelos resultados macroeconômicos domésticos.

> De acordo com os números do Banco Central, no primeiro mandato do presidente Lula, de 2003 a 2006, a cada dez reais investidos por empresas multinacionais no Brasil, seis foram enviados para suas matrizes no exterior. No segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), entre 1999 e 2002, esta proporção era de dois reais enviados para cada dez investidos. Em 2006, os bancos foram os que mais enviaram recursos para o exterior. Foram mais de R$ 2,5 bilhões, o que representou cerca de 10% do total remetido a países estrangeiros (BRASIL DE FATO, 2007).

Os dados da revista O Globo (2011) também expressam essa alta. Em 2002 eram disponibilizados R$ 880 milhões a prazo, em 2010 esse valor atingiu R$10 bilhões. No período entre 2003 e 2005, o banco liberou $709,2 bilhões e em 2010, R$168,4 bilhões três vezes mais ao orçamento total de 2002, R$59,86 milhões. Os anos de 2003 a 2006 registraram altos índices de organizações que iniciaram suas atividades no exterior, as áreas de atividades eram variadas, muitas incluídas nos ramos de alimentos, têxteis, calçados, móveis, veículos de construção pesada, equipamentos agrícolas, transportes (ônibus, linhas ferroviárias, caminhões, aeronaves). A seguir, listamos as maiores empresas transnacionais do período e suas áreas de atuação:

Quadro 4 – As 30 maiores transnacionais brasileiras em 2010

Posição	Empresa	Ramo	Operações com sistemas BNDES
1	JBS-FRIBOI	Alimentos	X
2	Gerdau	Siderurgia e metalurgia	X

3	Ibope	Pesquisa de mercado	
4	Metalfrio	Máquinas e materiais elétricos	
5	Odebrecht	Obras de infraestrutura	X
6	Marfrig	Alimentos	X
7	Vale	Extração mineral	X
8	Sabó	Autopeças	
9	Tigre	Material de construção	
10	Susano	Papel e celulose	X
11	Artecola	Químico	
12	Lupatech	Máquinas e materiais	X
13	Camargo Côrrea	Obras de infraestrutura	X
14	Ci&t	Tecnologia da informação	
15	Marcopolo	Veículos automotores e carroceria	X
16	Weg	Máquinas e materiais elétricos	X
17	Stefanini IT solutions	Tecnologia da informação	
18	Votorantim	Produtos de minerais	X
19	ALL	Transporte terrestre	X
20	TAM	Transporte aéreo	
21	Embraer	Equipamentos de transporte	X
22	Natura	Cosméticos e higiene pessoal	X
23	Petrobras	Petroléo e gás natural	X
24	Bermatech	Máquinas e materiais elétricos	X
25	Alusa	Energia elétrica	X
26	Spoleto	Alimentos	
27	Andrade Gutierrez	Obras de infraestrutura	X
28	Itaú S/A	Informação e comunicação	X
29	Totvs	Tecnologia da informação	X
30	DHB	Máquinas e materiais elétricos	

Fonte: BUGIATO, 2017, p. 60.

Vemos que nem todas as companhias são amparadas pelo BNDES, algumas recebiam proventos de fundos de pensão das estatais, pois, como já trabalhado no capítulo, a liberação direcionada de crédito foi um mecanismo bastante apropriado pelos governos Lula da Silva. Conforme Bugiato (2017), todas as empresas apoiadas pelo BNDES fomentaram investimentos na América do Sul, com exceção da Embraer, que atuou com serviços tecnológicos voltados ao mercado norte-americano. De acordo com esse autor, o movimento de transnacionalizar as companhias delineia a própria intenção do banco de alcançar a internacionalização com destaque mundial em fomento, proventos e representatividade.

A principal linha de financiamento do banco era a da internacionalização de empresas, BNDES Finem, subsidiando valores que à época chegaram a aproximadamente $10 milhões. Essa modalidade compreendia a ordem de estabelecimento, ampliação e modernização de atividades, de acordo com as necessidades das empresas, subdividindo-se na disponibilização de capital nacional para as companhias nacionais em mercado externo ou na viabilização de bens de capital como recursos em equipamentos e materiais de instalação (BUGIATO, 2017).

Para fomentar esse processo, o banco firma contratos de cooperação com o Exim bank nos EUA, um projeto que objetivava a viabilização de investimentos e interesses de ambos os países. Associa-se ao Japan Institute for Oversas Investment em busca de elevar a cooperação com país e com interesses no promissor mercado dessa economia envolvendo áreas de tecnologia da informação, indústria e automobilística. E com a Corporación de Fomento de la Produción do Chile visando fortalecer micro e grandes empresas (GARCIA, 2012).

Ademais, buscando engajar-se com a integração sul-americana, no ano de 2009 o BNDES fixou uma unidade na cidade de Montividéu – Uruguai, cumprindo as qualificações com a América Latina e o Caribe. No mesmo ano inaugurou o BNDES Limited em Londres – Inglaterra, que por tratar-se de um centro econômico, conseguia abarcar os americanos e a asiáticos. O intuito era o de ampliar a visibilidade do banco ante a comunidade financeira e apoiar as empresas em busca de negócios no exterior (BUGIATO, 2017). Em 2010, passou a subsidiar o banco Exim Brasil, tendo em vistas vigorar o apoio do governo a exportação e no mesmo ano passou a gerir o Fundo Garantidor do Comércio Exterior, no qual testificava as ações e iniciativas do Exim Brasil (GARCIA, 2012). Em 2013, lançou a associação em Johannesburgo, BNDES África, com o intuito de executar ações e empreendimentos no continente africano.

Segundo Gouveia e Oliveira (2017), em quesito da área de atuação, nas gestões Lula da Silva, registra-se que 54% das empresas se fixaram na América do Sul, 18% na América do Norte e 16% na Europa. A argentina e os EUA ficam entre os países que mais receberam esses estabelecimentos em seu território, seguidos do Chile e de outros países do Sul como Uruguai, Paraguai e Peru. Ainda há um percentual considerável dessas instalações em países mais desenvolvidos, como Canadá, Japão, Portugal e Austrália, assim como o destaque para os empreendimentos ocorridos em Angola e em Moçambique. De acordo com os autores, as companhias que elegeram os EUA, em sua grande maioria, pertencem ao setor de tecnologia da informação. A maioria dessas exportações se davam por meio de aquisição de outras

empresas ou pela abertura de filiais como as das áreas de tecnologia, e em menor número ficavam as que compravam uma planta no local de destino.

Gouveia e Oliveira (2017), ao estudarem a dinâmica desse processo de expansão da internacionalização das companhias nos anos de 2003 a 2010, apontam as organizações que se destacaram nesse período, sendo elas: Construtoras Camargo Corrêa com 28 unidades e compondo 16 países; a Odebrecht com 23 representantes e inserida em 14 países; Marfrig com 19 polos, presentes em 11 países; Votorantim com 19 operações, constando em 9 países e JBS-Friboi com 10 unidades e pertencendo a 10 países. Referente às exportações de mercadorias realizadas pelas companhias no período, constatamos o seguinte quadro:

Quadro 5 – Destinação de mercadorias entre 2003 e 2006 em números de operações contratadas

Países	Operações	Países	Operações
Argentina	179	Venezuela	7
EUA	104	Paraguai	4
Peru	39	Angola	3
Cuba	25	Bolívia	3
México	24	Jamaica	3
Chile	18	Paraguai	2
Equador	9	Espanha	2
República Dominicana	9	Uruguai	2

Elaboração própria – Fonte: BUGIATO, 2017 Apud BNDES Transparente, 2005.

Essas informações (Quadro 5) condizem à compra de mercadorias, produtos e serviços para fins alimentícios, de agropecuária, de equipamentos tecnológicos e de telecomunicações, de transportes, de comércio e serviços. Agora, referente aos países que contrataram serviços das empresas subsidiadas para operações em infraestrutura temos os seguintes registros: Angola (47 obras)[88]; Argentina (7); Chile (1); Cuba (3); Equador (2); Peru (2); Republicana Dominicana (13); Uruguai (2); Venezuela (4) (BUGIATO, 2017)[89].

[89] De acordo com a leitura de Bugiato (2017), a partir do exame do documento BNDES Transparente (2005), destacaremos um exemplo para cada país citado: Angola: Construção do sistema de energia elétrica no interior do país (Odebrecht S/A); Argentina: construção do gasoduto Cruce Magallanes (Confab industrial S/A); Chile: ampliação do metrô de Santiago (Alstom Hydro Energia Brasil Ltda); Cuba: ampliação e modernização do porto de Mariele (Companhia de obras e infraestrutura); Equador: construção da usina hidrelétrica de São Francisco (Furnas Centrais elétricas S/A e Odebrecht); Peru: programa Bayovar – abastecimento de água (Andrade Gutierrez); República Dominicana: Construção do Aqueduto Noroeste (Andrade Gutierrez); Uruguai: reforma da

Os financiamentos ocorriam na mesma medida pela modalidade do BNDES Participações (BNDESPAR), uma sociedade do BNDES que atuava subsidiando empresas de capital privado. As negociações também se davam por meio do mercado de ações, os associados poderiam adquirir participação nas companhias que buscavam aportes, seja a partir de interesses quando se tratava de uma proposta rentável, com as concorrentes internacionais, ou como forma de troca no subsídio aplicado em caso de entidades com baixas reservas financeiras (VALDEZ, 2011). Vejamos a seguir as empresas nacionais que o BNDESPAR mantinha participação acionária:

Quadro 6 – Empresas nacionais com participação acionária do BNDESPAR S.A

Empresas	% BNDESPAR	Empresas	%BNDESPAR
América Latina Logística	12,21	Gerdau	3,50%
Banco do Brasil	2,43	Itaú Holding	0,25
Bom Gosto	34,59	JBS Friboi	17,32
Bradesco	0,25	Klabin	20,25
Brasil Foods	2,55	Light	22,96
Brasil Telecom	2,20	Marfrig	13,89
Brasiliana	53,85	MPXEnergia	2,60
Braskem	5,55	Ouro Fino	20,00
CEG	34,56	Paranapanema	17,23
CESP	5,71	PDG Realty	2,24
CPFL Energia	8,42	Petrobras	7,66
Cia. Siderúrgica Nacional	2,10	Rede Energia S/A	22,59
COPEL	23,96	Rio Polímeros	25,00
Eletrobrás	18,50	Telemar Part.	31,38
Embraer	5,37	Tele Norte Leste Participa	1,63
ETH Bioenergia	16,33	Vale S/A	5,34
FIBRIA	30,42	Valepar	9,79

Fonte: VALDEZ, 2011, p. 7.

A partir desses dados, constata-se o alto nível de investimento e amparo estatal para com essas companhias nesse período, a busca de novos mercados e parceiros comerciais por meio de subsídios de empresas de capital, tanto público quanto privado, ampliou a dinâmica interna e modificou a estrutura externa tida até antes de 2002. Segundo Bugiato (2017), o

rede de gás de Montividéu (OAS Ltda) e Venezuela: construção da linha 3 e 4 do metrô de Caracas (Odebrechet).

protagonismo do BNDES o tornou o maior banco de fomento na América do Sul, e Saad Filho e Morais (2018) afirmam que este se tornou o maior banco de desenvolvimento do mundo, inclusive com programas superiores aos do Banco Mundial.

Em 2009, em uma entrevista para Folha de São Paulo, o então presidente Lula disparou que as empresas nunca se fortaleceram tanto como em suas gestões, e quando questionado pelo quadro de crise interna rebatido na economia nos primeiros meses de 2009, ele instiga os empresários à conquista por novos mercados, a serem mais ousados: "Se tem uma coisa que nenhum empresário pode se queixar nos meus seis anos de mandato é que nunca se ganhou tanto dinheiro como no meu governo [...] e acrescenta – [...] Os empresários brasileiros estão aprendendo a fazer negócios".

Tanto Boito Jr. (2018) quanto Bugiato (2017) trabalham com o conceito de Nicos Poulantzas de bloco no poder no qual, compreendem o Estado quanto estrutura jurídica-política, como um espaço de conflitos entre as frações burguesas, as chamadas tensões intraburguesas. Nesta teoria, o Estado representa os interesses das classes dominantes. Na medida em que prioriza e estabelece os interesses de determinada camada burguesa em seu direcionamento, o Estado "organiza" a correlação de forças configurando a existência de uma fração hegemônica no seu interior, no bloco no poder.

Segundo a análise do cientista político Boito Jr. (2018), mesmo mantendo a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional[90], o governo Lula opera em benefício da fração da grande burguesia interna [91], os direcionamentos adotados na condução da política externa e da perspectiva adotada pelo BNDES priorizam os interesses dessa

[90] Segundo Boito Jr. (2018), o governo mantém a lógica do grande capital quando segue em compasso aos pilares do FMI, Banco Mundial e do FEBRABAN (Federação brasileira de Bancos) entidades vinculadas ao capital financeiro e a governos de projeto neoliberal no Brasil e no mundo. Esse autor aponta as tendências de valorização do capital financeiro seguidas pelos Estados nacionais e pelo governo Lula no Brasil, as quais destaca: a) Integração de mercados nacionais com os internacionais a partir da desregulamentação financeira, livre-circulação, investimento e aplicação na bolsa de valores; (b) Câmbio estável para circulação de moedas; (c) Pagamento da dívida pública externa e interna mais taxa básica elevada de juros real para garantir uma elevada tributação aos títulos públicos; (d) Liberdade ao capital financeiro para a definição e estabelecimento da taxa que lhe convier, a regulação pelo mercado do spread bancário; (e)Ajuste fiscal que garanta o pagamento dos juros da dívida. É sobre essas contradições que pretendemos discorrer no capítulo 3.

[91] A burguesia interna é compreendida por este autor como aquela que demanda subsídio e proteção estatal, se encaixando nesse quesito (grupos de ensino, de saúde, serviços, construção civil, indústria interna e por parte substancial do agronegócio e de interesses dos bancos nacional). Essa burguesia detém também segmentos da classe trabalhadora e camadas populares, que como nos fala compõe a chamada frente neodesenvolvimentista.

camada burguesa em detrimento da fração burguesa compradora[92], parcela aliada aos interesses imperialistas e rentistas do grande capital internacional.

Para Bugiato (2017), os encaminhamentos do BNDES proporcionaram a acentuação econômica da burguesia interna quando viabilizou a exportação de mercadorias, serviços e de bens do capital. Fatores que implicam diretamente na proteção nacional exercida por estes governos para com este setor do capital. Outrossim, Boito Jr. (2018) expressa que a Petrobras também passou a priorizar os interesses da grande burguesia interna em sua política de compras, ao importar equipamentos e instrumentos de produção e logística para comprá-los no país, consequentemente estimulando e elevando a outro patamar a produção nacional. Esse redimensionamento também foi responsável pelo aumento de postos de emprego e o aquecimento da indústria nacional com a recuperação e a criação de estaleiros, por exemplo.

Concordamos com Bugiato (2017) quando examina que o expansionismo da burguesia interna brasileira foi proporcionado por meio da associação da condução política econômica e social interna somado aos direcionamentos externos desempenhados nos mandatos Lula. No que compete às pretensões internacionais da burguesia adotados pelo Estado, citamos os seguintes fatores:

> (i) O apoio do Estado para a conquista de novos mercados para exportação de seus produtos e para a realização de investimentos diretos no exterior; (ii) a prioridade para os seus produtos e serviços nas compras do Estado e das empresas estatais e (iii) uma maior proteção do Estado para o mercado interno. Para nós, foi justamente por isso que os principais focos de atuação internacional do Estado brasileiro foram: (i) a ênfase nas relações Sul-sul; (ii) a prioridade dada à América do Sul; (iii) a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e (iv) as negociações e o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio (ALCA) (BOITO JR; BERRINGER, 2013, p. 35).

O fragmento acima sintetiza bem o que foi o projeto de relações e negociações externas seguido nos oito anos de comando do presidente Lula da Silva, assim como evidencia o desenrolar da proteção e priorização exercidas para com a parcela burguesa de capital nacional. Compreende-se a partir da narrativa de Bugiato (2017) que as medidas desenvolvidas visaram primordialmente ao benefício interno, essa leitura se opõe à ótica dos

[92] A burguesia associada é definida segundo Boito Jr. (2018) como a fração composta por grupos econômicos brasileiros que são propriedades de capital estrangeiro e também as empresas de capital nacional que mantêm uma relação de dependência com esses grupos. Essa arena defende o projeto neoliberal ortodoxo no qual se insere também o chamado grande capital financeiro e as frações burguesas integradas a ele, como os setores dos grandes proprietários de terra e alta classe média, principalmente inserida no setor privado, mas também constam as que se incluem no alto escalão da esfera pública, como Ministério Público e Polícia Federal.

que enxergam este processo como uma canalização de recursos para o cenário externo visando apenas o desenvolvimento de outrem.

> Nesse processo de internacionalização de empresas brasileiras, o BNDES se tornou o grande investidor da expansão da economia brasileira, ou seja, é um equívoco afirmar que o banco investe no exterior, pois seus financiamentos são majoritariamente destinados à grande burguesia interna brasileira, alocada em uma série de ramos da economia nacional. Esta fração de classe, mediante viabilização do Estado brasileiro alça-se ao exterior atendendo demandas por desenvolvimento econômico das formações sociais periféricas, executando projetos de integração regional preconizados pelos governos sul-americanos (e outros periféricos) e explorando mercados que lhe conferem retornos no mínimo satisfatórios (BUGIATO, 2017, p. 65).

Discorrido esse processo quanto às principais tramas, políticas e iniciativas dos dois mandatos em que Lula da Silva administrou a república, e em especial o seu segundo governo sob a máxima materialização do chamado neodesenvolvimentismo — na qual se amplia o escopo de intervenção do Estado para gerência de assuntos internos e externos —, buscaremos prosseguir dissertando quanto às principais contradições desse período, fazendo-o agora de modo majoritário sob as lentes dos autores que emitem uma severa crítica ao ensaio neodesenvolvimentista aplicado no Brasil, vertente esta, como já exposto e desenvolvido no capítulo primeiro, que nos associamos.

4 LIMITES E INCONGRUÊNCIAS DA APLICAÇÃO NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL

> *"A liderança petista esmerou-se em engambelar o povo, tranquilizar o grande capital e convencer o grande irmão do norte de que aqui nas terras do Brasil tudo continuará como dantes."*
>
> *(Sampaio Jr., 2013).*

Neste capítulo, destacamos as análises dos intelectuais alicerçados na teoria social de Marx que tecem uma crítica radical aos governos Lula da Silva, compreendendo este ciclo como uma resposta à reatualização burguesa no país, correspondendo à máxima da intensificação neoliberal desde então. Trabalhamos no sentido de desmistificar a narrativa que desenvolvemos no capítulo anterior, uma leitura que coloca a administração do PT sob a liderança de Lula da Silva como viabilizadora do crescimento econômico e reparadora da desigualdade social.

Não visamos desvalidar a elaboração constituída sob a perspectiva petista. No entanto, problematizamos e legitimamos a análise seguida neste capítulo (segundo) por entendermos que nos suscita outras mediações de modo mais completo e contundente.

No primeiro momento, colocamos os caminhos que nos levam a compreender as próprias limitações e assimetrias desse período. Nesta seção apresentamos as bases das problematizações realizadas por nós no transcorrer de todo o capítulo. Continuamos trazendo as análises dos intelectuais que fazem uma crítica moderada, porque suas avaliações em muito nos acrescentam sobre a temática do lulismo e a respeito da relação estabelecida desses governos com a burguesia interna, nos aproximando ainda mais do entendimento das contradições ocorridas nesse período.

No segundo momento, seguimos nossa discussão acerca das contradições do NDV no Brasil e miramos a nossa avaliação para as políticas e iniciativas federais assim como fizemos no

capítulo anterior, uma análise mais longa desse processo abarcando as particularidades das principais medidas.

4.1 DESMISTIFICANDO O DISCURSO OFICIAL: A REAL APLICAÇÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

De acordo com a análise de Alves (2014a, p. 135), desde a derrota eleitoral de 1989[93] o PT se qualificou como um partido de cunho burguês, firmando alianças com representantes da oligarquia e do grande capital "visando não apenas a governabilidade, mas a afirmação hegemônica do projeto reformista no Brasil". Porém, apesar das iniciativas sociais promovidas com uma proposta "integrativa", o partido não conseguiu minar o legado de miserabilidade no país.

Para o autor, os motivos que colaboraram a esse insucesso resumem-se na condição tardia do capitalismo brasileiro ainda demandante de modernização, na formação histórica estrutural sob dependência e subserviência econômica às grandes potências e nações imperialistas e nas relações sociais ainda imbuídas de caráter colonial escravista e autoritário da ditadura civil-militar, fatos que reunidos incidem de modo direto nos valores democráticos e republicanos.

A crise do sistema capitalista no início dos anos 2000 evidenciou as próprias contradições imanentes à sua natureza, as quais se reproduziam em todas as esferas da sociedade, financeira, ambiental, trabalhista, política e social. Nesse ínterim, o PT defendia a ideia de que era possível combater essas instabilidades a partir do crescimento econômico e da redução da pobreza, não admitindo ou problematizando, que tais condições reproduziam o caráter do modo de produção capitalista adotado na região. Conforme Mota (2012, p.37), nesses governos ocorreu o fenômeno de "desistoricização" da pobreza em que esta passou a ser encarada por meio de políticas compensatórias.

Diante da crise neoliberal e da solução assumida pela classe dirigente da "terceira via"[94], se firma um julgamento por esses neoliberais da "ala mais branda", (os quais Castelo classifica como sociais-liberais), em que separam os detentores do capital em duas posições distintas. A primeira, os capitalistas desonestos, compreendidos aqui como os especuladores

[93] As votações presidenciais de 1989 foi acirrada entre Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, saindo este último como vencedor da chapa Partido da Reconstrução Nacional (PRN).
[94] Ver capítulo 1. (CASTELO, 2013a).

que vivem da multiplicação desenfreada do capital sem atentar às consequências sociais e políticas dessa prática, e os capitalistas produtivos, na defesa de que esta fração adota um compromisso social e democrático, enquadrando-se em um capitalismo domesticado e integrador (MOTA, 2012). É sobre esta última visão que os neodesenvolvimentistas conferem legitimidade ao seu ideário.

> Diante dos erros do Consenso de Washington, os sociais-liberais convocam todos para uma concertação social, reunindo lideranças de segmentos que abriram mão de representar os interesses particulares das suas bases sociais em prol da vontade geral da nação. Está-se adiante de um apelo indiscriminado à sociedade brasileira, como se esta fosse homogênea, integrada, harmônica, e não perpassada, de cima a baixo, por desigualdades, contradições e interesses antagônicos. A política é esvaziada de todo o seu vigor e potencialidade de uma ação humana idealizada e orientada para macrotransformações sociais [...] a política fica restrita a questões burocráticas, de conchavos de gabinetes e artimanhas parlamentares (MOTA, 2012, p. 71).

Esses aspectos explicam o direcionamento "paliativo" assumido por meio de programas e medidas sociais implementadas de cariz neoliberais. Como vimos, sob a administração do PT, o Estado capitalista desempenhou duas funções fundamentais, a de Estado regulador e investidor. No primeiro caso, por meio do BNDES e fundos de pensão, no qual organizou e financiou grandes empresas de capital privado nacional para competir no mercado internacional. E, sob o mote investidor, atuou a partir da realização de grandes obras de infraestrutura, correspondendo às diretrizes dos organismos multilaterais[95]. Essas características particularizam o programa neodesenvolvimentista quando comparado à racionalidade neoliberal (ALVES, 2014a).

Embora se apresente como um projeto político alternativo à ortodoxia neoliberal, o NDV no país pertence a uma fase de consolidação da hegemonia burguesa. Uma condução que inibe as possibilidades sociais de avanços contrários à racionalidade do mercado. Instaura-se um ciclo de mudanças nas relações do Estado, mercado e sociedade civil. Nesse contexto, "Enfrentar a pobreza sem transformar a base econômica — tornou-se uma ideologia com forte poder hegemônico" (LEHER, 2012, p. 16).

Assim, a mistificação neodesenvolvimentista consiste nas práticas empregadas de programas compensatórios e políticas de transferência de renda para o impulsionamento econômico. A partir dessa peculiaridade, Alves (2014a) defende que se teve a implantação de um período pós-neoliberal no país. Diferente dos autores que constituíam um discurso sincrônico ao governo quanto à existência de um momento de superação neoliberal, o autor

[95] Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI).

admitia a existência perdurante dessa lógica, contudo, a enquadrava como pós-neoliberal por compreender a utilização de mecanismos peculiares “atualizados” nesse programa, conferindo a existência de um novo ciclo de direcionamento econômico e social no país.

Desta feita, o nosso autor expõe as características neodesenvolvimentistas que se diferem do neoliberalismo aplicado na década de 1990, como a ampliação do gasto público, a priorização de políticas públicas compensatórias, adoção de programas com a finalidade direta ao crescimento econômico nacional, a viabilização de crédito a pessoa física e a jurídica, a redução do subproletariado pobre e a emersão de uma nova classe trabalhadora que incidiu diretamente na modificação dos índices de renda e na estratificação social, gerando um ascenso dessas camadas sociais, mas não alterando a estrutura da pirâmide social, os fundamentos que historicamente a determinavam.

Boito Jr. (2018) explica esse momento diferenciando modelo econômico de política econômica. Conforme nos fala, o primeiro é regido por normas e instituições, enquanto o segundo pode compactuar com demais variações no direcionamento econômico. Portanto, em sua leitura tem-se que o neoliberalismo é o modelo econômico exercido no país que conviveu nos mandatos do PT com a política econômica do novo desenvolvimentismo. Entretanto, essa junção não se estabeleceu de maneira harmônica e acabou impondo uma série de limitações e inviabilizações às propostas neodesenvolvimentistas.

Por respaldar sua atuação em perspectivas capazes de incidirem em uma elevação do dinamismo interno e nas relações do país mundo afora, o NDV criou esperanças de lucro e prosperidade a economias estratégicas, como a do Brasil, por exemplo. Vendia-se a ilusão que se estava em curso um programa reparador das desigualdades sociais às classes periféricas. Todavia, o que se projetava obedecia à lógica do grande capital reproduzindo a sua fundamental contradição: a impossibilidade de erguer uma sociabilidade de bem-estar geral no mundo do trabalho (ALVES 2014a, p. 141), fato que intensificava as vulnerabilidades sociais.

Para atender a esta nova fase do capitalismo, o Estado se fazia fundamental no processo de valorização do capital, a sua importância ainda se tornava mais vital em economias dependentes, como a nossa. De acordo com Boito Jr. (2018), ao Estado caberia impulsionar a integração dos mercados nacionais aos internacionais, provocando com isso a desregulamentação financeira em prol do livre fluxo de trocas com outros países; um câmbio

estável para evitar oscilações e prejuízos nas relações travadas com o exterior e o pagamento da dívida pública interna e externa com juros sobrelevados.

Como teorizamos no capítulo anterior, no início do mandato de Lula, entre 2002 e 2003, a permanência da tendência liberal frustrou muitos intelectuais, apoiadores e simpatizantes do partido. O argumento presidencial era de que o posicionamento adotado seria algo específico e passageiro, uma medida utilizada para conter a inflação e garantir o reestabelecimento da economia. No entanto, Paulani já em 2003 compreendia que determinada condução do executivo seria característica destes governos por todo o tempo em que ocupassem o poder, não se tratando de algo estratégico ou temporário como o governo tentava incutir: “O engano é de quem acreditou ou acredita que a rendição do governo petista ao canto da sereia do discurso liberal é apenas temporária e estratégica, necessária para ‘fazer a travessia’ e garantir uma ‘transição sem traumas’” (PAULANI, 2003, p. 60).

Sampaio Jr. (2017) também desmonta a justificativa empregada pelo executivo e defende que a reparação do contexto macroeconômico atribuiu-se à conjuntura internacional no início de 2003 de alta abertura e disponibilidade de crédito, somado ao reaquecimento do comércio com o exterior, no qual fomos beneficiados com a valorização das commodities. Segundo o autor, esses fatores foram fundamentais para contenção de uma crise cambial e explicam a recuperação das economias em desenvolvimento naquela ocasião.

Explicado isso, Sampaio Jr. (2017) destaca uma série de fatores capazes de ratificar a contínua aplicação do neoliberalismo nesses governos, comprovando aquilo que Paulani (2003) já anunciava. Conforme formula, prosseguiu-se na execução das metas inflacionárias e dos superávits primário, e sobre este último acusa o governo de manipular dados para a obtenção de resultados deficitários do orçamento público, desviando assim maiores recursos do campo social. O autor coloca que o Estado permaneceu sob as balizas do FMI, demonstrando o alinhamento da economia doméstica com o mercado internacional, nesses termos, os gastos públicos eram ajustados dentro dos limites rentistas — os grandes concentradores de capitais (um exemplo são os bancos) beneficiados, principalmente, por meio dos juros da dívida pública.

Os galopantes lucros das instituições financeiras comprovam o poder do capital financeiro perante a máquina estatal brasileira nesse período. Conforme Castelo (2013b), grandes bancos nacionais como o Itaú, o Bradesco e o Banco do Brasil tiveram seus lucros potencializados em nove vezes mais do que no período FHC, saltaram dos R$19 bilhões para

o montante de R$174 bilhões. O índice da Bolsa de valores de São Paulo (BOVESPA) subiu em até 523% durante os anos de 2003 a 2010 (CASTELO, 2013b).

Somado a isto, destaca-se uma orientação industrial voltada para a liberalização comercial; a permanência dos juros sobrelevados na política monetária; a estabilização da inflação para uma previsibilidade da política monetária e cambial; o alcance de rentosos superávits primários para saldar ao pagamento da dívida externa; o permanente ajuste fiscal para obtenção do pagamento da dívida pública. Uma realidade em que observamos a poupança estatal sendo alocada quase que exclusivamente a serviço de pagamento de juros da dívida. Acrescenta-se nesse direcionamento tanto a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto a Desvinculação de Recursos da União (DRU), como mecanismos que serviam ao desvio de recursos de políticas públicas, destinando-os para os grandes investimentos e atividades correspondentes ao engrandecimento do grande capital (SAMPAIO JR., 2017).

Diante dessas caracterizações, o governo Lula seguiu seus dois mandatos com uma postura de não confronto ao capital. Em sua segunda administração não concentrou nas políticas de austeridade na forma como procedeu no primeiro mandato, contudo, conforme discorremos acima, intensificaram-se as práticas neoliberalizantes (metas da inflação, o câmbio flexível e o superávit primário) agregado a um alto investimento estatal na esfera social — políticas públicas, grandes obras de infraestrutura, ampliação de postos de serviços, aumento salarial, entre outras. Em um movimento de coesão e integração social visando com isso o apaziguamento das classes para uma condução da permissividade do modelo neoliberal e a manutenção de sua lógica.

> A necessidade de desenvolver políticas sociais compensatórias e formas participativas de gestão, de políticas públicas do Estado, de modo a construir válvulas de escape junto a esses setores mais explorados da população para evitar as explosões sociais, para que se mantivesse o mínimo de estabilidade política para que pudesse continuar implementando o mesmo receituário econômico neoliberal, para que os interesses das grandes corporações estivessem preservados, imunes ou protegidos de explosões sociais que pudessem retirar das mãos deles o controle do processo político e econômico [...] (JOSE MARIA, 2003, p. 53).

Para Oliveira (2018), o período do lulismo compreende ao que denomina de “hegemonia às vessas”. O autor explica que para o funcionamento do capital e de sua intensificação, a sua direção moral passou a ser exercida a partir do controle das classes dominadas, por isso, as expressivas concessões às classes mais baixas. Nessa ótica, o domínio burguês continuou a correr de forma mais aberta em outras áreas, como a fiscal, cambial, relações externas, macroecomia.

> Não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração. São os dominantes — os capitalistas e o capital, explicite-se — que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a "direção moral" não questione a forma de exploração capitalista (OLIVEIRA, 2018, p. 122).

Na avaliação de Oliveira (2018), ocorre uma nova dominação pertencente à estratégia recente do capital mundializado, que conta com a participação das camadas mais subalternizadas da sociedade no seio do direcionamento moral do projeto burguês e por causa dessa configuração, é viabilizado em algumas conjunturas o desenvolvimento de políticas e mecanismos, ainda que focalizados, dentro dos limites estipulados para atender às demandas dessa classe.

Já na explicação de Alves (2014a), gesta-se uma estratégia de controle ideológico e moral por parte da classe dominante, e para isso o neodesenvolvimentismo é funcional a essa racionalidade — impedir o conflito das massas, aquele mesmo que ameaçou o grande capital na década 1990 (com a crise do neoliberalismo), por meio de contestações e levantamentos populares e democráticos demandando condições à dignidade de vida e a preservação de direitos básicos e trabalhistas.

No tocante a este aspecto, consideramos que ambas as análises nos jogam luzes a respeito do posicionamento de concessões do executivo às classes pauperizadas. Compreendemos que há todo um movimento ideológico no sentido de ajuntar essa massa e funcionalizá-la para garantia de votos, para aprovação popular (a conquista da legitimidade), e para a continuidade do partido como um grande representante dessa população. No entanto, também enxergamos que para isso de fato se materializar fez-se necessária a condução sob a perspectiva dessas classes, sobre suas maiores demandas e urgências, e, por isso, compreendemos as duas leituras, a de Oliveira (2018) e a de Alves (2014a), como complementares.

Nesse debate se faz mister a compreensão da categoria ideologia, pois é a partir dela que se qualifica a contextualização e a composição do ápice neodesenvolvimentista no Brasil. Conforme Chauí (2008), uma das características fundamentais da ideologia é a sua capacidade de apresentar as ideias de modo autossuficiente, ficando estas desvinculadas de um contexto histórico e social. É justamente a compreensão das ideias alijadas a determinada realidade social que nos conferem a possibilidade de compreender o que se propaga e validar ou não a veracidade de tais argumentos e ideais, fornecendo-lhes consistência e legitimidade. À medida

que tais fatores são ocultados e negligenciados, podemos identificar a ideologia como uma forma de redução e fragmentação de determinadas dinâmicas na processualidade histórica.

De acordo com Chauí (2008), foi usando esses mecanismos (de distorção e fragmentação[96]) que a classe dominante historicamente ratificou a sua hegemonia ao legitimar como justas as formas de exploração e dominação (ocultando dos homens "livres" o real caráter dessas relações sociais, da apropriação privada advinda de um trabalho coletivo que disfarçadamente lhes eram pagos sob a forma de salário) e ocultar como se sucede e se forma o contraditório processo social que origina a exploração econômica e a dominação política[97].

Quando uma classe consegue lograr domínio sobre as outras, escamoteando aspectos fundantes da realidade, faz com que apenas suas acepções sejam consideradas válidas e possíveis, entregando racionalidade às preposições difundidas, eis as ideias dominantes. Para garantir o funcionamento desta condução, faz-se necessário que os membros da sociedade não se apercebam da composição e estruturação da sociedade que é subdividida por classes, mas se vejam pertencentes a um todo, um bloco homogêneo. Pois, para serem ideias dominantes de toda a sociedade, estas precisam ser legítimas e válidas para um maior número de membros possível.

Tal posicionamento é reproduzido massivamente por meio dos aparelhos privados de hegemonia como os meios midiáticos, a educação, religião e os aspectos culturais. Essas ideias não correspondem à realidade social, mas sim à aparência social, alterando a real relação existente e transmitindo a concreticidade como execução dessas ideias. Assim, "A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domine no espiritual" (CHAUÍ, 2008, p. 85).

Logo, o que faz uma classe ser dominadora é a confirmação e a reprodução das suas ideias e valores pelas classes dominadas, presentes inclusive quando estas últimas lutam contra a dominação da primeira. Conforme a nossa autora, uma crise de hegemonia da classe dominante só se faria possível em um cenário em que ocorresse uma crise dos ideais e valores dominantes, porque só assim a população se desvincularia, se desligaria de qualquer

[96] Segundo Eagleton (1997), o entendimento de ideologia como uma espécie de ilusão, distorção e mistificação com o objetivo de legitimar os interesses da classe que está no poder se pauta na linhagem de Hegel, Marx, Lukács e demais marxistas posteriores.
[97] A respeito deste assunto, ler Netto e Braz (2012).

subjugação existente. Este fator, inclusive, ficaria na frente de qualquer instabilidade ao reduto econômico e político que afetasse aos dirigentes (CHAUÍ, 2008, p. 99).

Deste modo, entendemos que a ideologia provém da luta de classes, da sociedade do capital e por isso, seu papel fundamental é impedir que a dominação e a exploração sejam desveladas na concreticidade. Por isso, dissimula a existência das classes sociais e esconde a sua própria origem, esconde o seu caráter justamente para servir a classe soberana. A ideologia parte das imediaticidades da vida social o que viabiliza a formação de um conjunto de significados e representações sobre a realidade.

Todavia, Chauí (2008) nos explica que a universalidade dessas ideias se fixa numa dimensão inatingível, no abstrato. O que confere uma dimensão imaginária de significados e valores, que por sua vez tem uma base real. Logo, a ideologia é uma ilusão, mas não é irreal. Apenas é reconstruída de modo inverso e imaginário, o que viabiliza a existência tanto de ideologias falsas e errôneas quanto de ideologias verdadeiras e condizentes com a realidade. Vejamos como nos fala a autora: "[...] A aparência social não é algo falso e errado, mas é o modo como o processo social aparece para a consciência direta dos homens. Isso significa que uma ideologia sempre possui uma base real, só que essa base está de ponta-cabeça, é a aparência social" (CHAUÍ, 2008, p. 94-95).

De acordo com Konder (2002), a distorção ideológica em Marx não consiste em uma fundamentação desprovida de conhecimento ou de assertivas rudimentares feitas por parte da classe dominante para efetivação de seus interesses. Ela resulta de falsas proporções da visão do tecido social ou de deformações do sentido global da dinâmica da totalidade, mas mantendo os valores dos detalhes existentes. O autor alega que, nesta linha, a ideologia não se reduz a um processo de falsa consciência, pois há conhecimentos verdadeiros pertencentes à concreticidade que mesmo em um plano abstrato utilizam de referências históricas concernentes.

Nesses termos, concordando com Eagleton (1997), temos que as ideologias podem ser verdadeiras no que afirmam, mas falsas naquilo que negam. Assentam-se na coerência, em evidências cabíveis, são cobertas de certa racionalidade, se fundamentam em possibilidades plausíveis. Desse modo, as ideologias estão fixadas em uma sólida realidade, não se trata de uma ilusão infundada, mas de uma eliminação de certos aspectos "indesejáveis". E é também a partir desta compreensão que desenvolvemos toda essa problematização e estudo acerca da realidade neodesenvolvimentista vivenciada no país.

Quanto ao contexto geopolítico do neodesenvolvimentismo, Alves (2014a) coloca que apesar da existência de uma ampliação de autonomia nacional neste período, assim como uma maior diversificação nas suas relações externas, nada se alterou no caráter dessas correspondências. Os caminhos seguidos foram situacionais, correspondendo àquela dada conjuntura, não se criando mecanismos para a continuidade e fortalecimento da comercialização e trocas ocorridas entre as regiões em desenvolvimento.

De acordo com o nosso autor, a economia doméstica permaneceu à mercê da dinâmica do comércio externo e do capital internacional, subserviente à relação e à lógica estadunidense. A própria extensão com outros países é explicada como um movimento de busca desenfreada por novos mercados e capitais externos evidenciando a "venda" do Brasil a mundo afora por meio da desnacionalização das nossas empresas. Esse estímulo para produção e exportação das empresas nacionais visava a obtenção do dólar e demais moedas poderosas com o único intuito de injetar os rendimentos no pagamento de juros da dívida.

> [...] a pressão da concorrência internacional impõe às unidades econômicas a redução dos custos sociais da força de trabalho, colocando como desafio para o projeto neodesenvolvimentista, o aumento da produtividade e competitividade da indústria brasileira no mercado mundial (ALVES, 2014a, p. 140).

Para a manutenção dessa realidade, tem-se as deletérias consequências ao mundo do trabalho. "Emprego por tempo determinado; Liberalidade na contratação de serviços braçais na forma de empresas jurídicas; Jornadas móveis; Lei de pequenas e microempresas; Desoneração da folha salarial; Lei de Falência" (SAMPAIO Jr., 2013b, p. 2). De acordo com Alves (2014a), a redução do contingente de desempregados e a elevação dos postos de trabalho formais características ao neodesenvolvimentismo ocorreram produzindo mais precarização salarial e degradações para quem vende a sua força de trabalho. É característico desse momento as altas rotatividades de emprego, pluriempregos, terceirizações, altas jornadas laborais e a exigência de um trabalhador polivalente capaz de enquadrar-se ao ritmo da produção.

Para Alves (2014a, p. 142), "Ao privilegiar a construção das políticas redistributivas no marco da institucionalidade oligárquico-política, o neoliberalismo encontra, em si mesmo, como projeto de desenvolvimento capitalista vinculado ao bloco histórico neoliberal, seus limites irremediáveis". Os lindes do mercado é a reprodução ampliada da miséria, pobreza, fome, precarização do trabalho e demais mazelas sociais.

Emprega-se um estágio de acumulação do capital que propõe a redistribuição de renda, a ampliação do mercado de consumo e os aportes sociais mínimos para a classe trabalhadora de baixa renda, elevando o orçamento interno no limite do pagamento da dívida pública, sendo admitido até determinado ponto, conforme interesses conjunturais e imediatos.

Ao passo em que se volta para o ordenamento e expansão do capital, se encaminha também para a inviabilização de um Estado e de uma cultura de bem-estar geral, de uma estrutura trabalhista mais digna e justa, de uma sociedade que se direciona de fato ao progresso em todas as suas dimensões humanas, tecnológicas, culturais, econômicas.

4.1.1 Neodesenvolvimentismo e lulismo

Como já vem sendo sedimentado por nós neste trabalho, o NDV no Brasil correspondeu em muito à forma conduzida pelos governos federais na liderança do PT, um período que passou a ser designado por muitos estudiosos como "lulismo". A partir das leituras de autores como Singer (2018), Boito Jr. (2018), Carvalho (2018), Alves (2016; 2014) e Antunes (2015) compreendemos o lulismo como um fenômeno político que promoveu mudanças e orientações pontuais na condução econômica, social e política do país sem promover uma radicalização na sociedade, mantendo as mesmas bases e se valendo delas para implementação de suas medidas.

De acordo com Singer (2017), o lulismo se firma em 2006, momento em que ocorre um realinhamento das bases da sociedade que enxerga no partido uma possibilidade de avanços sociais e o alcance das demandas populares históricas. Alves (2014a) distingue o lulismo do NDV. Segundo ele, o primeiro se refere a uma estratégia política de governo e já o segundo, retrata um padrão econômico aplicado em um determinado período ou governo.

Na concepção de Alves (2014a), o lulismo se define a partir dos seguintes pilares: o apoio do subproletariado e das camadas mais baixas da sociedade, no mundo urbano e rural, beneficiárias dos programas sociais viabilizados em seus mandatos; Uma administração baseada em consensos, inclusive nas relações travadas com as classes sociais negligenciando a existência das mesmas e tecendo um discurso de inclusão e homogeneização da sociedade, como o difundido jargão "Brasil um país de todos"; E, por fim, uma condução sob a ótica de um reformismo fraco com políticas visando à realidade imediata e não a uma ação de caráter

mais profundo e estrutural. Uma direção que maquiava a realidade concreta camuflando dilemas sociais enraizados na sociedade brasileira. Com a palavra, esse estudioso:

> É importante salientar um dos traços 'virtuosos' do estilo político do lulismo: combater a miséria sem confronto com o bloco de poder hegemônico do capital — o bloco interno de poder, articulado organicamente, no plano mundial com o bloco histórico hegemônico do capitalismo neoliberal financeirizado. O lulismo é o espírito hegemônico do capitalismo neoliberal financeirizado. O lulismo é o espírito hegemônico do projeto da social democracia no Brasil que visa hoje compatibilizar, nos marcos da ordem burguesa neoliberal, um projeto de redistribuição de renda e combate a pobreza extrema sem confronto com o capital (ALVES, 2014a, p. 152).

Diferindo de Carvalho (2018), Alves (2014a) parte do princípio que os resultados difundidos pelo governo federal seriam incapazes de ser sustentados em longo prazo por compreender que aquele momento revelava o processo de decadência mundial do capital, no qual reduz as possibilidades de reformas estruturais ainda que sob um direcionamento nacional interno. Ainda, "A crise estrutural do capital não significa estagnação da expansão capitalista, mas sim, irrealização de suas promessas civilizatórias e ampliação universal da condição de proletariedade" (ALVES, 2014a, p. 142).

Por isso, perante essa quadratura, a saída utilizada pelo PT nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, se resumiram ao "discurso civilizatório" da expansão do mercado de consumo interno, da alta oferta de crédito e da ampliação de programas compensatórios que resultaram no ascenso das camadas mais pobres. "O milagre da demanda agregada produziu a miragem da "nova classe média'" (ALVES, 2014, p. 132), tal ideia foi umas das máximas difundidas para ratificar o processo de novo desenvolvimento capitalista que estava sendo empregado no país.

Nesse período, foi veiculado pelo governo federal e intelectuais que coadunam com o discurso oficial sobre a existência de uma nova classe média. Defendia-se que a economia interna se igualou a de um país de classe média, uma vez que se atingiu nesses mandatos uma ascensão de 35,7% da população, que elevaram sua renda e, consequentemente, sua condição social, chegando a 53% da população a se inserirem na chamada "classe média". Fortalecia-se o slogan da existência de "um país de todos" produzindo a ideia de que uma massa de brasileiros abandonou a condição de subproletariado, dos trabalhos precarizados e frágeis e passaram agora para um patamar de melhoria, compondo a leva dos "bem de vida" (LUCE, 2013).

Conforme Singer (2018), aproximadamente 30 milhões de pessoas ingressaram na nova classe trabalhadora, o que não significa ter levado os miseráveis diretamente à condição

de classe média. Entre os miseráveis e a baixa classe média, continuava havendo cerca de 60 milhões de pobres. “Alguns pobres podem deixar de ser pobres, mas a pobreza não pode deixar de existir. Como consequência, as massas predominam. O que significa que Lula não poderia resolver a quadratura do círculo [...]” (SINGER, 2018, p. 21). Era exatamente essa quadratura que permitia o fortalecimento da sociedade capitalista.

Singer (2018) levanta uma problemática a respeito dos índices de superação de pobreza e ascensos sociais divulgados pelo governo federal. Segundo as estimativas do governo, em 2012 restariam cerca de 17 milhões de pobres no Brasil. Já baseado nos dados do economista Waldir Quadros[98], nesse mesmo ano existiam ainda cerca de 64 milhões de pessoas nessa condição. Assim, conforme essa visão, o lulismo considera mais do que fez. O autor reconhece a importância das políticas desempenhadas nesses governos, mas argumenta que não foram suficientes para tornar o contingente de pobres residual ou próximo a isso.

Singer (2018, p. 83) assinala que o aumento nos índices de pobreza se deu porque os antigos miseráveis ocuparam esse lugar como “massa trabalhadora” e subproletariado, enquanto as famílias da nova classe trabalhadora (dita como nova classe média), recebendo entre um e dois salários mínimos, pularam para a baixa classe média (ver TAB. 9). Percebe-se aqui que os resultados do lulismo foram exitosos no quesito da redução da miserabilidade, mas não tão efetivos na amenização da pobreza, fator explicado pelo fraco reformismo aplicado.

Tabela 9 – Mudanças de estratificação familiar entre 2002 e 2012

	2002	**2011**	**2012**
Alta classe média	7,0%	7,9%	8,9%
Média classe média	11,0%	14,0%	15,6%
Baixa classe Média	29,2%	42,0%	43,0%
Massa Trabalhadora	28,6%	27,7%	25,1%
Miseráveis	24,1%	8,3%	7,4%
Total	100%	100%	100%

[98] QUADROS, W. *PNAD 2015: O retrocesso se explicita*. Texto para Discussão, Instituto de Economia da Unicamp, n. 286, fev. 2017. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/02/TD286.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Fonte: QUADROS, 2015 apud SINGER, 2018, p. 82[99]

Luce (2013) contraria a tese de que se empreendeu uma nova classe média, entre as suas principais problematizações, destacamos: a) as díspares situações de rendimento chegando a variar de R$ 1.200 a R$ 5.714, uma diferença, conforme argumenta a autora, de 430% entre a base e o topo dos que compunham essa fração; b) o fato do rendimento de muitas dessas famílias que foram enquadradas como classe média não ter sequer o salário mínimo necessário estipulado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)[100], que em 2010 considerava um valor aproximado de R$2,200.; c) o fator consumo apresentado para embasar a ascensão de classe — que como vimos no capítulo anterior, data desse período um alto consumo dos bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos.

No entanto, conforme nos fala o autor (2013, p. 170), não se consideram importantes quesitos para esta classificação, tais como: endividamento familiar, o barateamento desses produtos, o verdadeiro significado de classe social que se perde ao focar em estratos de renda. Focam no potencial de consumo, como se esse fator correspondesse ao todo e não relevam em suas análises o contexto presente favorável ao consumo e à explicação desses resultados. Ou seja, não tiveram o cuidado de pensar aquele ciclo como um momento mais exitoso vivenciado no país.

Pochmann (2012), seguindo uma linha similar à de Luce (2013), elabora que foram justamente os empregos de baixa remuneração os que mais se expandiram nos governos Lula e os que mais inseriram trabalhadores na usual classificação de nova classe média. Conforme o autor, pode-se deduzir que boa parte da "nova classe C" deve ser constituída de jovens trabalhadores precários. Desse modo, essa camada intermediária não compunha a estabilidade, escolaridade, a renda e a inserção profissional que caracterizam a classe média propriamente dita. Além do mais, essa nova classe trabalhadora difere completamente das outras, pois carrega efeitos do neoliberalismo: a terceirização, a fragmentação e a precarização do trabalho.

[99] QUADRO, W. "Paralisia econômica, retrocesso social e eleições", *carta social e do Trabalho*, 30 abr.-jun. 2015. Disponível em: < http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/01/TD_WaldirQuadros012015.pdf >. Acesso em: 19 jun. 2020.

[100] Disponível em: < https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 27 jun. 2020.

Na leitura de Pochmann (2012), em meio ao discurso quanto à existência de uma nova classe, há uma tentativa de desviar o importante e necessário debate a respeito do caráter e da dinâmica das modificações socioeconômicas, o que impede uma organização e politização classista e extirpa a possibilidade de compreensão por parte desses setores de como se estabeleceu esse processo de ascenso na pirâmide social, da alteração das configurações de sua base e desvia as possibilidades de comparação desse movimento com experiências já vivenciadas no país. Desta feita, compreendemos que se houvesse uma viabilização para a discussão desses fenômenos, se abriria possibilidades de garantir continuidade e fortalecimento dos pequenos avanços obtidos assim como, facultaria a diminuição no contingente de pobres, que, como discutido, permaneceu-se inalterada.

Assim, Pochmann (2012) coaduna com o pensamento de Boito Jr. (2018), evidenciando a ausência dessa massa na articulação com movimentos sociais, com as associações de moradores de bairros, partidos políticos, entidades sindicais e estudantis, fato que em sua visão demonstra o caráter mercantil dessa direção. Pois, conforme nos fala, definir essa população que ascendeu da base da pirâmide como classe média, repercute de modo direto na orientação das políticas públicas em uma perspectiva comercial, de geração de lucros, e interesse privado[101]. E o que assistíamos era a reprodução dessa lógica por intelectuais e setores da grande mídia nacional, amparando a sociabilidade do capital.

> Desejam, assim, além de gerar mais conformismo sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais do país, domesticar e alienar as possibilidades de, pela política, aprofundar as transformações das estruturas do capitalismo brasileiro nesse início do século XXI (POCHMANN, 2012, p. 11).

Boito Jr. (2018) compreende essa falta de um trabalho de assessoria e de base para com a população que teve acesso às políticas distributivas, como um direcionamento populista por parte do governo federal. O sentido populista que emprega corresponde a uma maneira de fazer política pela personalidade e carisma, pois, na medida em que o PT destinava benefícios mínimos às classes mais baixas e não fomentava uma atividade política, as mantinham dependentes desses recursos, criando assim uma massa de votantes as quais destinariam os seus votos para os candidatos representantes da frente que lhes favorecem. Agindo assim é que o lulismo se engrandecia, se fortalecia desse modo o discurso do avanço do país, o

[101] Conforme Pochmann (2012), uma vez difundido esse raciocínio, fortalecia-se a ampliação de serviços essenciais na via privada, como na educação, planos de saúde, assistência e previdência ocorrida com a simultânea desvalorização dos serviços públicos.

abandono da fome e da pobreza quando, na verdade, se alargavam as múltiplas determinações da questão social.

Foi justamente a alternativa do não confronto que esgotou as possibilidades do alcance de uma radicalização democrática por meio do ideário neodesenvolvimentista. Portanto, aqui temos o seu primeiro grande limite, os pilares no qual foi arquitetado. Esse programa se efetiva no Brasil a partir de um governo que "manipula" o seu eleitorado, que interveio apaziguando, maquiando e remendando uma realidade múltipla e complexa como se fosse possível solucionar a questão social atuando apenas na realidade aparente e não se aproximando do âmago da questão.

Esse mecanismo de coalizão de classes como estratégia política do PT, ao tempo que favorecia o grande capital e "contornava" as "urgências" sociais, contou com uma série de conflitos no bojo da burguesia interna. De acordo com Alves (2014b), o governo Lula promoveu uma ascensão política da frente neodesenvolvimentista sem alterar a hegemonia do capital financeiro no bloco no poder, ou seja, permanecendo associado à fração burguesa oligárquica, ao empresariado[102] brasileiro e aos credores da dívida pública. Boito Jr. (2018) também confirma esse fenômeno, segundo nos fala, a burguesia interna ocupou, de fato, uma posição de destaque nos mandatos Lula da Silva.

Entendemos que essa premissa foi ratificada por Castelo (2013a) quando reconhece que o novo contexto neodesenvolvimentista erguido nos anos 2000 é executado por diferentes forças políticas, isso se explica pela conjuntura peculiar instalada de fortalecimento das lutas populares na América Latina contrárias à hegemonia neoliberal. Fato este que implicou na formação de uma diversa base social, conjugando até mesmo setores opostos na constituição de um novo bloco social.

A frente política neodesenvolvimentista formada era "ampla e heterogênea", dirigida pela grande burguesia interna (diversos setores da economia nacional demandantes do subsídio, da proteção Estatal — agronegócio, mineração, educação, construção civil, construção pesada) e continha em seu interior o conjunto trabalhadores excluídos do bloco no poder representados na baixa classe média, no operariado e no subproletariado urbano, no campesinato, desempregados e trabalhadores autônomos (BOITO JR., 2018, p.102 e 105).

[102] Empresariado aqui entendido como integrantes da classe capitalista, a saber: banqueiros, fazendeiros, comerciantes (BOITO JR., 2018).

O NDV traça a mesma visão liberalizante de um Estado integrador que trabalha a serviço coletivo, um Estado que se soma ao mercado para o bem geral. Não se considera a existência das classes dominantes e oligarquias nas determinações da estrutura estatal, apenas defende-se a existência de uma fragmentação entre rentistas e industriais, não reconhecendo as variadas composições de conflitos entre as classes sociais.

Boito Jr. (2018) coloca que as burguesias, a interna e a associada ao capital internacional, disputavam espaço no bloco no poder, a primeira teve muitas de suas pautas atendidas na política econômica do NDV, contudo, a segunda seguia em uma posição hegemônica no período. Esse autor analisa os principais limites desse contexto neodesenvolvimentista por meio dos conflitos internos existentes no campo da burguesia interna, que tanto admitia parcelas rentistas quanto produtivas, o maior critério era pertencer ao capital nacional e demandar amparo estatal.

Por isso, a partir dos estudos de Boito Jr. (2018), trazemos de modo sucinto as principais contradições existentes no interior da burguesia interna nos governos Lula. Em um movimento de tentar distinguir as camadas da burguesia nacional, esse autor as diferencia a partir da relação travada com o imperialismo. Segundo nos explica, a burguesia interna se situa em uma posição intermediária entre a burguesia nacional anti-imperialista e a burguesia compradora — condescendente das práticas imperialistas e coloniais.

Nesta visão, a grande burguesia interna é heterogênea, composta por diversos segmentos da sociedade. Sendo, portanto, permeada de contradições e conflitos. Assim, Boito Jr. (2018) admite que a depender da necessidade ou conjuntura, se estabelece em seu interior imbricações e relações com o capital externo, do mesmo modo que se demanda proteção frente ao competitivo mercado internacional. Deste modo, se entende que durante os governos Lula a burguesia interna apresentou o seguinte comportamento: ao tempo que requeria amparo nacional diante da competição com as empresas estrangeiras, possuía em seu interior setores que mantiveram interesses no mercado de competição internacional.

Uma das maiores polarizações existentes ficava entre o setor industrial e o bancário. A grande indústria contestava a autonomia destinada aos bancos nacionais, no qual tinham liberdade para elevarem os juros e fixarem tarifas conforme suas pretensões. Outro conflito envolvia o agronegócio, essa parcela se posicionava contrária quanto aos direitos que poderiam ser concedidos ao campesinato, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

(MTST), a questões políticas e agrárias como o código florestal, a concessão de terras aos povos indígenas e populações quilombolas.

Deste modo, como contextualiza Boito Jr. (2018), o apoio do agronegócio ao governo requereu em troca o não confrontamento dos seus interesses, o que fez o presidente Lula negligenciar importantes pautas sociais, agrícolas e ambientais. A disputa entre o agronegócio e o movimento camponês foi evidente, e esse é um dos motivos que explica a posição adotada do não avanço na questão da reforma agrária, como esperado por muitos agricultores, camponeses e militantes.

Outro entrave envolvendo a fração do agronegócio se referia ao conflito presente com a indústria brasileira, uma vez que essa parcela objetivava o acesso ao mercado americano e europeu, e, para isso, apoiava a entrada de bens produzidos externamente no país. O oposto, do requerido pela grande indústria, por prejudicar diretamente as transações e os interesses comerciais desta última (BOITO JR., 2018).

A relação da burguesia interna com o movimento operário popular também era perpassada de tensionamentos. Como vimos, o governo Lula possibilitou alguns ganhos marginais aos trabalhadores e às classes mais baixas da sociedade brasileira, contudo, a burguesia interna relutou em aceitar essas pequenas concessões. Demandavam um Estado enxuto para os trabalhadores e amplo para os empresários e a iniciativa privada. Já a fração popular da frente neodesenvolvimentista se colocava em defesa do projeto nacional-popular, que visava os direitos sociais, as garantias trabalhistas, contrapondo os interesses da nata dessa burguesia que flertava com o capital externo (BOITO JR., 2018).

> Os grandes empresários querem: juros mais baixos, investimento estatal em infraestrutura, proteção alfandegária, BNDES a seu serviço, diplomacia empresarial e outras benesses, mas rejeitam a contratação de novos funcionários, reajustes para o funcionalismo, reajuste do salário mínimo, o gasto da previdência etc. (BOITO JR., 2018, p. 94).

O que também se faz importante retirar dessas indicações é que essa burguesia interna já mantinha relações delicadas, como que prestes a se romper. Conforme o nosso autor, à frente neodesenvolvimentista se compõem por segmentos da sociedade que se uniram, mas não se homogeneizaram, vivenciando conflitos que os mantêm nos limites desenvolvimentistas. Tratou-se da existência de uma frente política plural. Para Boito, essas relações desdobraram na fragilização do processo neodesenvolvimentista empreendido, demonstrando assim as raízes das suas incongruências.

Chauí (2008) desenvolve acerca dos tensionamentos que podem vir a ser ocorridos no seio da classe dominadora e de suas aliadas, um dos principais motivos para esse fator seria, em sua visão, a divisão entre pensadores e não pensadores. De acordo com a autora, esta distinção não implica em um aspecto contraditório, mas sim em uma oposição interclassista. Para fortalecer seu pensamento, a autora evoca o ensinamento marxista em que elucida o domínio espiritual da classe que está no poder, exemplificando que esses antagonismos sucedem com o pleno funcionamento da dinâmica classista, mas qualquer ameaça à classe dominante levaria consigo uma harmonização entre essas classes e a dissipação dos conflitos levantados, todos voltariam a ficar no mesmo time para a garantia da manutenção da ordem.

Por isso, em determinados contextos históricos intelectuais progressistas podem colocar-se ao aliado a classe trabalhadora, mas bastaria apenas que esta classe saísse da condição de classe em si e chegasse ao entendimento de classe para si — de todo o processo de exploração e dominação política ocorrido — e passassem a luta para destituição desse sistema, possivelmente esses intelectuais, mesmo sem o saber, se colocariam ao lado da burguesia (CHAUÍ, 2008).

Outra situação que demonstra o que está sendo trabalhado é o exemplo de uma dada circunstância em que os intelectuais passem para os trabalhadores a ideia de que o inimigo de fato corresponde à burguesia internacional imperialista e que, portanto, esta deveria ser atacada. “[...] a ideologia da unidade nacional, que os intelectuais progressistas, de boa fé, imaginam servir aos trabalhadores, na verdade serve à classe dominante” (CHAUÍ, 2008, p. 88). Deste modo, a partir de uma análise gramsciana, a autora coloca que a defesa de um projeto nacional por parte dos trabalhadores só valeria a luta se esta fosse uma iniciativa idêntica ao projeto popular, só assim conseguiria trocar a lógica dominante de nação por outra que a negue, que não só seja contraditória, mas que elimine a mesma.

Em 2003, a autora Virgínia Fontes já debatia que apesar do PT ter firmado alianças com o mercado, ele não representava um partido do grande capital. Nesses termos, a autora nos leva a entender que tais alianças e relações estabelecidas se dariam sob um determinado período de tempo, não se aplicando de modo contínuo. Vejamos como expõe esse pensamento:

> Os setores do grande capital não têm nenhuma tranquilidade com relação ao governo Lula, e o dizem claramente. Eles podem usar (e de certa forma já usam) a mídia contra a Lula para dizer: ‘Não pode isso, não pode aquilo, olha como ele é incompetente, olha como ele não sabe falar’, etc. O governo Lula não é o governo ‘deles’. Ainda que o governo do PT faça o que eles querem que se faça, isso não

> significa que o PT vai garantir a confiança desses aliados, **apaziguar o mercado não significa que se terá o mercado como aliado** (FONTES, 2003, p. 88, grifos nossos).

Dez anos após essa análise, comprovou-se o início do esfacelamento entre o Partido dos Trabalhadores e os interesses financeiros do grande capital. O contexto de crise do capitalismo global, resultante da recessão de 2008, implicou no esgarçamento da frente neodesenvolvimentista. A fração hegemônica do bloco no poder, o capital financeiro, teve seus princípios aderidos por setores da grande burguesia interna, que nessa conjuntura de crise internacional passaram a defender as bandeiras do mercado — o modus operandi neoliberal. Assim, a grande burguesia interna se isolou, solapando os setores populares pertencentes à frente neodesenvolvimentista.

Neste momento da nossa elaboração, evidenciamos a condução política aplicada por Lula da Silva, que amparou o contexto de novo desenvolvimento ensaiado. Destacamos a análise de Boito Jr. (2018) por concordarmos com a sua leitura a respeito dos tensionamentos intraclassistas circunscrito na burguesia interna. Esta análise difere-se da dos autores neodesenvolvimentistas, os quais expunham a existência de uma harmonização entre a burguesia industrial nacional, a burocracia do Estado e setores trabalhistas, defendendo a tese de uma coalizão entre Estado e mercado (CASTELO, 2012).

Neste mesmo seguimento, continuaremos evidenciando as divergências entre o que o campo neodesenvolvimentista apontou como medidas de crescimento e ampliação social expressiva e o que os autores críticos a esta quadra identificaram.

4.2 AS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA NEODESENVOLVIMENTISTA NOS GOVERNOS LULA DA SILVA

Importantes autores das ciências sociais e do pensamento econômico vinculados à teoria crítica social de Marx compreendem as análises endossadas por nós no capítulo anterior como superficiais, uma verdadeira adequação dentro das imposições do capital, e realizam um exame do movimento contraditório dessa totalidade em que se situam as políticas e áreas de investimentos sociais por nós trabalhadas no segundo capítulo. Assim, faremos o esforço de problematizar à luz dessas análises a processualidade ocorrida neste determinado contexto da sociedade brasileira.

Para Sampaio Jr. (2017, p. 141), os estudos que apenas expõem as políticas de crescimento e seus resultados positivos no plano da realidade apresentam uma visão limitada dos múltiplos e contraditórios processos ocorridos na totalidade. O autor reconhece a importância das políticas compensatórias, das iniciativas de recuperação e do aumento salarial, da abertura de empregos formais, do acesso ao crédito, entre outros. Assim como admite as consequências favoráveis desse processo para parte expressiva da população, como a queda do índice de Gini e a considerável redução na disparidade de renda nacional, que, como já detalhamos, minorou a distância entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos de 53 vezes em 2002 para 39, em 2010.

Porém, defende que essa narrativa por si só sem o exame de elementos subjacentes à sociedade capitalista corresponde a uma visão unilateral e deturpada da conjuntura em questão, em que se defende muitas vezes de modo arbitrário os aspectos de crescimento em detrimento dos elementos que não reforçam essa compreensão. Para ele, esta condução não permite uma verdadeira compreensão daquele momento histórico.

> [...] simplesmente ignora a fragilidade das bases que sustentam o ciclo dos últimos anos e seu efeito perverso de reforçar a dupla articulação responsável pelo caráter selvagem do capitalismo brasileiro: o controle do capital internacional sobre a economia nacional e a segregação social como base da sociedade brasileira (SAMPAIO JR., 2017, p. 142).

Sampaio Jr. (2017, p. 143) argumenta que entre os anos de 2003 e 2011 o crescimento registrado de 3,6% ao ano ficou bem abaixo do previsto quando equiparado com os 5% ao ano necessário para a absorção da força de trabalho que estava dispersa, "excluída" da possibilidade de um emprego formalizado. Conforme nos fala o autor, essa perceptível recuperação interna correspondeu à alta liquidez do mercado internacional com o boom das commodities. Mesmo assim, ressalta que o investimento interno ficou abaixo da casa dos 17% do PIB, revelando um pequeno acréscimo quando comparado com os oito anos do mandato FHC e uma baixa considerável se analisada a trajetória nacional entre os anos de 1970 e 1990.

Quanto à elevação salarial ocorrida no período, Moura (2016)[103] apud Ferreira (2018) postula que o plano de aumento desenvolvido pelo governo federal junto às grandes centrais sindicais atendeu de modo direto ao desígnios do capital mundializado. Conforme a autora, o Banco Mundial apontava os baixos salários como um dos motivos da pequena procura de

[103] MOURA, R. *Crédito consignado: potência inteiramente nova de expropriação do trabalho*. 2016. 341 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

crédito da população. A lógica assumida era que para se garantir um aumento da demanda de crédito, teria que primeiro promover um aumento dos ganhos salariais dos trabalhadores. Nesse sentido, a expansão da renda serviria para alavancar a solicitação creditícia por pessoas físicas e favorecer o grande capital financeiro.

Essa facilidade de crédito acarretou, em longo prazo, no alto endividamento da população, chegando a 62,7% em 2015 (FERREIRA, 2018). Sampaio Jr., (2017) também critica a forma em que se inseriu parte da população no mercado de consumo, para ele essa abertura se deu de modo artificial, uma vez que a posteriori essa fração que obteve acesso ao mercado de bens e serviços sofreu com o pagamento de altíssimas taxas de juros estipuladas pelo Banco Central, as quais se deram em descompasso com a evolução dos salários, resultando em um massivo endividamento familiar. Para Alves (2016), a política de crédito implementada tratou-se de um mecanismo ideológico do neoliberalismo para incentivar o consumismo e assim ratificar a sociedade burguesa como a única possível no horizonte histórico.

Sobre a temática do trabalho, Alves (2014a, p. 166) compreende a intensificação do processo de exploração e degradação da força de trabalho como provenientes do “choque do capitalismo flexível” fortalecido nos anos 2000 sob a condução da gestão toyotista, perspectivada na lógica empresarial. O autor argumenta que esse sistema associado às inovações tecnológicas resultou em um modo de vida “just-in-time”, baseado nas demandas trabalhistas e sob um curto prazo de tempo, desencadeando o fenômeno da vida reduzida, da precarização existencial “do homem que trabalha”. O que gera uma série de adoecimentos laborais como as lesões repetitivas, transtornos psicológicos e psicossomáticos, ansiedade, depressão, síndrome do pânico, entre outros.

É característico desse processo o aumento da distância entre os ganhos da produtividade e os salários — evidenciando que mesmo em um contexto que favorecia uma maior equivalência entre essas duas categorias antagônicas, a classe trabalhadora não foi beneficiada nessa dinâmica. Para Sampaio Jr. (2017, p. 145), a pequena melhora na elevação pessoal de renda — que legitimou o discurso à inclusão social — correspondeu ao “atípico” indicativo de redução da concentração de salários, que atenuou a distância entre a renda e a mão de obra qualificada e não qualificada.

> A modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal de renda, o boom de consumo

> financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento (SAMAPAIO JR., 2017, p. 155).

Para Mota (2012), a geração de excedente nesse período esteve diretamente interligada com a superexploração da força de trabalho que se intensifica por meio de mecanismos refinados e sutis. Trata-se de uma concreticidade permeada de contradições ao tempo que prega um Estado interventor e atento às questões sociais, fortalece a ideia do autoemprego, do empreendedorismo, da responsabilidade individual e da própria garantia de renda e sustento, responsabilizando a sociedade civil e o indivíduo as problemáticas sociais (AMARAL; MOTA; PERUZZO, 2012).

De acordo com Pochmann (2012), a ampliação de empregos ocorrida nos anos 2000 se estabeleceu sob uma renda mínima salarial, 95% dos postos de trabalho correspondia a uma remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo. Desse modo, o autor discute que as ocupações de trabalho e a abertura salarial corresponderam a um estágio basilar da pirâmide, com uma quantidade de empregos expressivas no setor de serviços, que contou com uma baixa faixa salarial. Esse estudioso também problematiza que em comparação aos anos de 1980 e 1990, percebe-se uma redução do conjunto de trabalhadores que recebiam até 3,5 salários mínimos, em uma margem de 400 mil a menos. Vejamos abaixo essa exposição:

Tabela 10 – Distribuição dos salários (%)

	1970	**1980**	**1990**	**2000**	**2009**
> 5 salários mínimos	4,7	9,6	14,5	16,7	7,5
3-5 salários mínimos	4,3	10,0	11,4	12,0	8,9
1,5 - 3 salários mínimos	13,8	21,1	21,1	25,5	24,9
< 1,5 salários mínimos	64,3	51,9	45,3	34,3	47,8
Sem rendimento	12,8	7,4	7,5	11,5	10,9

Fonte: SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 161; POCHMANN, 2012, p. 28.

No campo da seguridade social, Sampaio Jr. (2017, p. 146) argumenta que referente aos gastos sociais destinados à saúde e à educação por parte do governo federal, as estimativas de investimentos permaneceram estabilizadas quando analisado o período histórico de 1995 a 2010. A exceção dessa dinâmica ocorreu na previdência social e na assistência social, o primeiro por ter um seguimento conforme o postulado na Constituição Federal de 1988, e o segundo como forma de manter a harmonização das classes sociais, em

especial as submetidas a condições de subemprego e trabalhos degradantes. No período, os investimentos na assistência social chegaram ao dobro da gestão anterior, o equivalente a 1% do PIB ao ano. Contudo, ao considerar essa alta com os recursos destinados aos credores da dívida pública, entre 2003 e 2010 (equivalendo a 3,24% do PIB ao ano), o autor julga essa melhora como irrisória.

Em se tratando da política de assistência social, Mauriel (2012, p. 188) explica que esta se determina por dois elementos indispensáveis: a garantia quanto seu direito universal e a responsabilidade do Estado para essa efetivação. Conforme coloca, a política de assistência deve ser atuada em sincronia com as demais políticas da seguridade social — a previdência social e a saúde pública —, e sua principal função consiste na formação de uma rede de proteção ao combate da pobreza extrema, visando corrigir inequidades sociais e prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais.

No entanto, a tardia institucionalização dessa política, efetivada em dezembro de 2003[104], serviu para contribuir à racionalidade hegemônica que tinha a focalização da pobreza no trato da questão social[105]. Conforme Mauriel (2012, p. 189), esse movimento colaborou para desconstruir simbólica e ideologicamente a atuação da seguridade social como alicerce na construção de políticas sociais, inviabilizando a sua conexão com as demais políticas públicas e abrindo um fosso entre elas, fragmentando-as.

A assistência social acompanhou o projeto neodesenvolvimentista que requeria um rápido crescimento nacional a partir de mudanças substanciais. Reproduzia-se assim a nova relação do Estado com a sociedade civil. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) passou a exercer uma posição contrária às demais políticas de garantias universais ao acesso da seguridade. A PNAS "administrou" a pobreza baseando-se na dinâmica do cotidiano e negligenciando os determinantes estruturais do modo de produção capitalista (MAURIEL, 2012).

A orientação de política social da PNAS se difere da LOAS em pontos nodais da constituição de proteção social. Um aspecto apontado por Mauriel (2012) retrata a mudança

[104] A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi criada em 7 de dezembro de 1993 pela lei 8.742. Somente 10 anos depois (entre 7 e 10 de dezembro de 2003) que houve a indicação para a criação de um Sistema Único de Assistência Social que passou a ser exercido em outubro de 2004 com aprovação da PNAS.

[105] Uma racionalidade que mantinha laços estreitos com o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Organização Mundial do Comércio – órgãos multilaterais que orientavam o trato da questão de pobreza a partir de medidas focalizadas e distributivas (MAURIEL, 2012).

de concepção quanto às causas da pobreza. A LOAS legitima o entendimento da desigualdade social como proveniente do sistema capitalista de acumulação, a PNAS por sua vez aponta as causas da pobreza como desdobramentos de relações familiares, do âmbito cotidiano, sem reconhecer essa relação como proveniente da atividade produtiva.

Nestes termos, a assistência efetiva-se como uma política de caráter individual, medindo aspectos morais para quem "dela merecer". A sua finalidade passa a ser o combate à pobreza de modo direcionado conforme as emergências e ocorrências cotidianas. Destarte, essa política acaba se distanciando das garantias universalistas de direitos para atuar com programas independentes que passaram a se institucionalizar de modo desarticulado e desvinculado da seguridade social.

A respeito do caráter das políticas sociais, Sticovsky (2012) postula dois movimentos importantes para a sua execução. No primeiro, considera o presente estágio do capital como determinante ao seu funcionamento. Conforme nos fala, a constituição das políticas, suas possibilidades e limites revelam a fase do capitalismo na qual estão inseridas. E de igual forma, coloca que o desenvolvimento do trabalho ao longo da história implica de modo direto no fundamento das políticas sociais, sua composição, abordagem e direcionamento. Ou seja, a forma como o trabalho está constituído em uma dada sociedade direciona o formato das iniciativas e programas de governo.

Considerado tais determinantes, Sticovsky (2012) problematiza o então estágio do capitalismo no país, em um contexto neodesenvolvimentista. Um cenário, como já apontamos, de intensificação da informalidade e da não garantia ao trabalho, rebatendo no crescente número de desempregados e na desigualdade social. Sob essas circunstâncias é que o Estado amplia o escopo de atuação da assistência social via os programas de transferência de renda como o PBF e o BPC. Assim, se admite um conjunto maior do que os convencionais inaptos — pobres, desempregados, trabalhadores precários — para serem beneficiários das políticas de caráter compensatório.

Nestas condições, Sticovsky (2012) explica o porquê dos programas de transferência de renda, quando inseridos na assistência social, terem alterado a conflituosa relação entre trabalho e assistência social. Conforme nos fala, historicamente no Brasil, a assistência social destinou-se aos impossibilitados e incapacitados ao exercício produtivo. A inadaptação ao trabalho era até então a principal justificativa para a porta de entrada em programas sociais. A pobreza por si não determinava a inserção nessas políticas. Fazia-se necessário a justificativa

para a incapacidade ao mercado de trabalho, como no caso das crianças, adolescentes, idosos e deficientes. Logo, para garantir uma proteção, a assistência social nega o trabalho, ambos andam em perspectivas opostas, formando uma “unidade de contrários”.

O novo critério para incluir o contingente de necessitados passou a ser baseado pela renda, independente agora do fator trabalho, no qual classificavam os extremamente pobres a partir de determinada faixa de renda per capita. Em 2006, no bolsa família esse valor correspondia a R$140,00. Assim, desempregados, aposentados, pensionistas e demais trabalhadores sem a carteira assinada precisariam comprovar a sua inserção nessa faixa de renda para obter o benefício (STICOVSKI, 2012, p.233).

Desta forma, nos mandatos Lula houve uma expressiva elevação nos investimentos federais aos programas de transferência de renda, Sticovsky (2012, p. 234) afirma que o PBF e o BPC atingiram juntos a margem de 17,2 milhões de famílias, o equivalente a 79 milhões de pessoas beneficiadas. Em 2004, o total de recursos destinados chegou aos 5 bilhões de reais, e em 2011 esse valor chegou aos 17 bilhões. De igual modo, ocorreu com o SUAS que de 2004 a 2012 saltou de 8 bilhões para 32, 7 bilhões de reais. Dados que demonstram a elevação ocorrida na quantidade de beneficiários e de recursos disponibilizados pelo federativo para esta área.

No desvelar desse processo, Sitcovsky (2012, p. 235) compara a totalidade dos recursos designados à desigualdade social e combate à fome em relação ao destinado para a área do trabalho. Em 2010, R$ 16.675 milhões de reais foram disponibilizados ao primeiro e R$ 998,8 milhões de reais ao segundo, ficando clara a inversão dos papéis e a priorização do Estado para com os programas de transferência de renda.

Com isso, observa-se uma mudança na relação assistência social e trabalho, que passou de negação para soma como se uma completasse as incongruências da outra, ou melhor, a assistência social “compensando” as insuficiências do “mundo” do trabalho precarizado. A partir dessa nova concepção, a massa de trabalhadores que enfrentava condições de baixa renda — estando inseridos em ocupações formalizadas ou não — recorria assim aos serviços sociassistenciais e não mais à previdência social, considerando também o fato de que esta última requeria prévia contribuição e legalização da ocupação exercida.

Sitcovsky (2012) critica o fato dessa relação alterada da assistência social e trabalho legitimar a desastrosa condução na composição do trabalho. A própria assistência afirmava a

existência de atividades precárias ao fomentar programas de incentivo a renda e a segurança de rendimentos,

> Multiplicam-se pelo país as experiências de organização, via política de assistência social, de cooperativas de trabalho, projetos para desenvolver a capacidade empreendedora das famílias, cursos profissionalizantes de (doceira, manicure, cabelereira, jardineira) – atividades inseridas na área de serviços, que possuem como marcas indeléveis a informalidade e a precariedade [...] (STICOVSKY, 2012, p. 242).

Assim, observa-se que as possibilidades de superação da pobreza e marginalização são fixadas em um lugar de autorresolução, cabendo às pessoas que vivenciam esses dilemas e vulnerabilidades, por sua própria ação reverter ou minorar essa determinada condição.

> Por fim, recordemos que os defensores de uma renda básica universal afirmam que esse tipo de política social objetiva oferecer ao trabalho uma proteção contra a precarização. Contudo, a análise dos dados do programa brasileiro — o Bolsa Família — indica que, em vez de proteger o trabalho, este preserva o capital, na medida em que o legitima. Ou seja, os programas de renda mínima, a exemplo de outras políticas sociais, muito embora tenham um caráter de positividade do ponto de vista do atendimento às necessidades básicas de indivíduos em condições precárias, em última instância cumprem principalmente funções econômicas, políticas e ideológicas (STICOVSKY, 2012, p. 246).

Compreendemos então que a expansão dos programas compensatórios, embora tenham surtido efeitos importantes na amenização dos determinantes sociais da dinâmica de acumulação e produção capitalista, teve sua finalidade fundamentada na legitimação dessa mesma ordem, que produz e reproduz a desigualdade social. Como exposto no fragmento acima, o Bolsa família ratifica a existência dos empregos fragilizados e dos subempregos, não chegando nem a aproximar-se de um caminho para superação dessas contradições, pelo contrário, a incentiva e reforça. Ou seja, diante da massiva exploração da força de trabalho, da precarização e da informalização nessas relações, se garantia um mínimo social aos desalentados como forma de tolher a organização dos trabalhadores e as lutas sociais contrárias a essa racionalidade.

Segundo Mota (2010), o avanço da mercantilização e da privatização na saúde e previdência somado com a ampliação da assistência — via política não contributiva — se constituiu como uma novo “fetiche” ao combate à desigualdade social. A assistência social transformou-se no principal mecanismo de proteção social e, com o grande espaço criado ao setor privado, houve uma redução na disponibilização de serviços público e não uma ampliação como defendiam o governo Lula. As políticas que compõem a seguridade social em vez de se articularem — como previa a sua fundamentação —, formando um eficaz sistema de proteção, ficaram cada vez mais distantes e desarticuladas.

A previdência e a assistência social se tornam uma unidade contraditória no sentido em que a negação de um sistema de previdência pública valida a existência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ou seja, o SUAS só existe porque a previdência possui uma lacuna na rede de proteção (MOTA, 2006).

Em suma, a tendência apresentada era a de fragmentação de necessidades e direitos dos trabalhadores em relação à rede de proteção social, formando uma clivagem na forma de garantia às necessidades coletivas dos trabalhadores. A previdência social inclinou-se a uma modalidade de seguro social, a saúde como mercadoria a ser adquirida e a assistência social como uma ação de combate seletivo e temporário da pobreza, substituindo o tratamento da questão social em termos distributivos.

A respeito do PBF, um dos maiores programas de combate à pobreza dos governos do PT, trazemos algumas avaliações que desmistificam as análises tecidas por intelectuais consoantes com a política econômica aplicada nesses mandatos. Segundo Bello (2016, p. 158), o valor destinado ao benefício do PBF é irrisório, chegando a uma faixa de R$ 40,00 por pessoa, ficando aquém do definido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) indicador oficial do custo de vida o qual, estipula como valor médio para indigência R$ 194,80 por pessoa e na linha de pobreza uma média de R$ 509,90 em uma proporção respectiva de 2,5 e 3,3 maior dos valores considerados pelo PBF à época[106].

Essa discrepância apontada só foi amenizada em meados de 2014 com o impacto do Programa Brasil sem Miséria o qual garantiu que as famílias recebessem além do piso de R$ 77 deixando assim a linha de indigência. Bello (2016, p. 159) exemplifica que antes dessa medida, uma família com cinco filhos e dois adolescentes (a máxima cobertura do programa pelo número de filhos) receberia os R$ 77 fixos mais R$ 37 por pessoa, não atingindo ao valor de R$ 154 por pessoa, determinante da linha de pobreza. “Em suma, o BF proporciona acréscimo de no máximo R$ 40 à renda por pessoa, tornando bastante difícil argumentar sobre a possibilidade de saída das famílias da condição de pobreza”.

Diante desses dados, o autor aponta a improbabilidade de o PBF, por si só, ser o grande responsável pelos percentuais de redução de pobreza nos governos Lula. No entanto, reconhece que a junção desse com as demais políticas sociais implementadas no período —

[106] Dados referentes à pesquisa da estudiosa Sonia Rocha em seu estudo em 2003 sobre as metodologias e critérios usados para estabelecer as linhas de pobreza no país. Dados atualizados entre outubro de 1987 e janeiro de 2016.

Prouni, Fies, Pronatec, Pronaf, Programa Luz para Todos e o Cisternas no semiárido —, podem ser considerados determinantes ao processo de combate aos índices de pobreza extrema e desigualdade que se engendrou neste período.

Nesses termos, compreendemos que a finalidade do programa era o favorecimento neoliberal. Seguindo a mesma linha de raciocínio de Sitcovsky (2012), consideramos que o PBF serviu apenas como coluna para manter os trabalhadores na condição desprotegida e garantir as expropriações do capital. Antunes (2015) também formula uma crítica à orientação do programa:

> O Bolsa veio com um novo desenho, atingiu milhões de famílias e criou um bolsão eleitoral, que no fundo era uma tragédia política. O Bolsa Família garantia a sobrevida de famílias paupérrimas. A miséria poderia ser eliminada através de reformas estruturais profundas, para diminuir a miséria brasileira, a exemplo do que seriam reformas agrária e urbana profundas e mudança do padrão capitalista brasileiro... Nada. O governo passou longe disso e o Bolsa Família passou a ser um modus operandi perpetuador do governo Lula. Com o Bolsa, o PT teria uma base excedente garantidora das vitórias eleitorais (ANTUNES, 2015, online).

Além do reforço ao neoliberalismo, esse autor compreende o programa como garantia para as bases eleitorais do partido e na formação de uma massa votante. Conforme Mota (2012), quando comparado o pagamento do bolsa família com os recursos destinados aos juros da dívida pública, tem-se que este último se eleva em até dez vezes mais do que o primeiro. Essa analogia revela a orientação macroeconômica aplicada no período, que perpassou por todas as áreas desenvolvidas daquelas administrações.

No que concerne aos grandes investimentos federais nas áreas de infraestrutura, o PAC foi o maior projeto executado. O programa tinha a proposta de minorar a defasagem econômica nos setores de transporte urbano, nos locais de tráfego e carregamento como rodovias, portos, linhas férreas e aeroportos e na matriz energética, baseada em fontes renováveis e limpas para fins da exploração de petróleo e gás natural.

Para tanto, o PAC estimulou a iniciativa privada, que passou a atuar na construção de grandes empreendimentos. Segundo Sampaio Jr. (2017), o PAC demonstrava o embate criado pelos neodesenvolvimentistas entre o capital fictício e o capital produtivo. A linha que o governo adotava e difundia era a do “bom” capital, que traria resultados positivos à população, ao invés do capitalismo “maléfico” voltado apenas a interesses restritos, baseado na especulação desenfreada. Assim, veiculava a defesa de um capitalismo produtivo, gerador de riquezas e rendas no cenário nacional.

No entanto, apesar do governo classificar o programa em um direcionamento, enaltecendo o ramo privado, na prática o PAC seguia as conduções da política econômica aplicada, qual seja, a corrente valorização especulativa do capital fictício por meio das vendas de títulos da dívida pública, sob altas taxas de juros. Um movimento que correspondia aos interesses dos rentistas em detrimento das reais necessidades da sociedade. Conforme Sampaio Jr. (2017), era nesse quesito que se constituía o caráter antissocial do PAC.

Para Sampaio Jr. (2017), no decorrer desse ciclo a economia do país se comportou de modo mediano. O caráter macroeconômico pela via do rentismo comprometia em cheio as possibilidades produtivas do mercado nacional. Não houve avanços na potencialidade de gastos por parte do Estado em linhas de investimento para a produção interna. Fato este que, segundo esse autor, explica o alinhamento do PAC ao mercado privado, que coordenou os investimentos do programa uma vez que o setor público encontrava-se detido ao capital financeiro cujo maior compromisso, no mercado externo e interno, era com os credores da dívida.

> [...] O PAC acentua a privatização da economia, estimulando as Parcerias Público Privadas e as Sociedades de Propósitos Especiais, transfere, por diferentes mecanismos, grandes volumes de recursos fiscais e para-fiscais para a iniciativa privada; torna a legislação ambiental ainda mais vulnerável à ação predatória do capital; e aumenta os obstáculos a uma maior participação dos salários na renda nacional (SAMPAIO JR., 2017, p. 90).

Segundo Sampaio Jr. (2017, p. 8), o PAC se tratou de uma estratégia burguesa diante da estagnação de investimentos federais por quase uma década. Na verdade, o PAC correspondeu a mais uma estratégia de consenso para as classes sociais. As iniciativas adotadas serviam como forma de prolongar os fundamentos liberais. De acordo com o nosso autor, o programa nem de longe perpassou o parco investimento público e não conseguiu reverter à deficitária infraestrutura das rodovias nem muito menos solucionar futuros riscos e déficits na matriz energética. Conforme nos fala, o setor privado não reunia condições de reparar as defasagens geradas pelo investimento público.

Para Sampaio Jr. (2017), o PAC representou um recuo do governo federal, aparentou uma política de esquerda, mas na verdade correspondeu a mais umas das sutis implementações para o fortalecimento do mercado. O programa relega a concepção universalista da seguridade social e associa-se as prescrições das medidas compensatórias pelo Banco Mundial (MOTA, 2010).

> Em vez de priorizar investimentos públicos que contemplassem as necessidades estratégicas das grandes cidades — mobilidade urbana, habitação e saneamento básico — os governos do PT mergulharam de cabeça nos negócios dos grandes eventos, promovendo uma verdadeira farra das empreiteiras. O desperdício do dinheiro público com obras faraônicas, cujos orçamentos parecem um saco sem fundo, contrasta com a dificuldade insuperável para resolver a penúria crônica de recursos para as políticas sociais (SAMPAIO JR., 2013).

Dito isto, concordamos com Sampaio Jr. (2017), que embora reconheça a importância que teve o PAC na economia nacional, considerou o pacote de ações planejadas e/ou implementadas como insuficientes para uma legítima transformação da realidade. O autor critica o apogeu dos investimentos públicos que foram direcionados para execução de obras "suntuosas" enquanto demais áreas das políticas públicas e da sociedade padeciam com os limitados e escassos recursos.

O orçamento previsto em 2007 estimava um valor de 503, 9 bilhões para o programa. As noves maiores obras contabilizaram 60 bilhões ao erário. O projeto de criação da refinaria Premium 1, lançado em 2010, que objetivava a criação da maior refinaria de petróleo do mundo, no Maranhão, estipulava um orçamento de 41 bilhões. No entanto, o projeto foi cancelado pela Petrobras em 2015, com um prejuízo de 2,1 bilhões de reais (R7, 2016).

Quando o PAC 1 foi lançado em 2007, havia a promessa de finalizarem os projetos bilionários em 2014. Contudo, ocorreram atrasos expressivos, assim como mudanças no projeto original e adaptações — gastos ambientais, desapropriações — que alteraram o valor previsto, multiplicando o orçamento inicial. O PAC 2, lançado em 2010 para impulsionar a candidatura de Dilma Rousseff, estimou um total de 1 trilhão de reais. Entre as principais obras assumidas no governo Lula, destacamos: a ferrovia norte-sul (trecho Açailândia entre Palmas e Anápolis); O gasoduto malha nordeste (BA-RN); A transposição do Rio São Francisco; Ferrovia transnordestina; Ponte Anita Garibaldi em SC (segunda maior da BR-101); Parque eólico de Geribatu – extremo Sul do RS, entre outras (R7, 2016).

Em uma análise sobre a dinâmica da política da educação, trazemos um recorte do estudo de Dahmer (2009) a respeito da lógica da educação do superior no período neodesenvolvimentista. Pelo lugar de destaque que ocupou o ensino superior nos governos Lula da Silva, entendemos que abordar essa particularidade nos levará ao entendimento acerca dos limites e possibilidades na esfera da educação pública à época.

Dahmer (2009) explica que a partir da década de 1990 se estabelece no país o processo de expansão dos cursos superiores privados e a propagação das faculdades como possibilidade

de ensino superior, distanciando-se dos centros universitários em relação ao maior enfoque e compromisso com a pesquisa científica que estes últimos preservavam. Um quadro em que se lançam as bases para a mercantilização da educação.

De acordo com a autora, essa prática correspondia ao movimento de reforma do Estado na década de 1990, no qual a classe dominante compreendia a crise do capital como a crise do Estado — interventor e subsidiário das políticas sociais — que nessa leitura, possuía um gerenciamento ineficaz, e, por isso, defendiam a necessidade de restaurá-lo. Propunham o gerenciamento no lugar da burocracia estatal. Um dos nomes responsáveis por essa visão é o de Bresser-Pereira, que em 1995, na condição de Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), propunha a reforma do Estado.

Nesses termos, ao Estado caberia financiar e gerenciar as políticas públicas, sendo desresponsabilizado e desculpabilizado de suas funções nas garantias sociais. O que antes era de sua exclusiva proteção e desempenho, como a educação e outros serviços sociais, a partir de então passou a ser admitida a existência de outras instituições não estatais na condução das políticas sociais, fato que reduziu o controle social por parte da sociedade civil (DAHMER, 2009).

Assim, em 2007, o índice das instituições privadas no ensino seguiam crescentes em relação às públicas[107], 89% das Instituições de Ensino Superior (IES) pertenciam à rede privada, a ressalva é que desse quantitativo se inserem em maior número (86,7%) as instituições não universitárias, ou seja, as que não demandam a realização de pesquisas, apenas 8% eram universidades e 5,3% centros universitários (também não requerendo a condução da pesquisa científica associado ao processo formativo). As matrículas no período também demonstravam a hegemonia da rede privada, 74,6% estavam concentradas na esfera particular (DAHMER, 2009).

> [...] O discurso de democratização do ensino superior apresentado pelo governo Lula vela na realidade um processo de certificação e não de formação qualificada de novos profissionais. Não se nega a necessidade de ampliação do acesso ao ensino superior, o que no Brasil é uma demanda latente. Contudo, reitera-se que o acesso deve ser um direito social, isto é não mercantilizado (DAHMER, 2009, p. 272).

A autora tece uma crítica às contradições permeadas no discurso de democratização do ensino superior, nos fazendo questionar sobre a qualidade do ensino ofertado e

[107] De acordo com os dados de organismos federais sobre o censo da educação superior. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

problematizando o “afastamento” da rede pública nesse processo de inclusão e garantia de direitos. Ao invés do governo fortalecer a esfera pública, desenvolveu projetos de incentivo privado como o Prouni, no âmbito superior.

Dahmer (2009) também discute sobre uma tendência que se coloca diante desse processo, o aumento dos índices de cursos na modalidade a distância, os chamados EAD. Conforme nos fala, em 2007 já se contava com 7% das matrículas realizadas (BRASIL, 2009). Os cursos promovidos a profissionais de educação básica a fim de lhes conferirem uma certificação para o exercício da profissão amplamente divulgados nos governos Lula, ocorreu por meio do sistema EAD por meio da Universidade Aberta do Brasil.

O interesse empresarial com os cursos EAD priorizava a área das ciências humanas pelo baixo nível de investimentos e o rápido retorno que teriam. Para a autora, essa modalidade de ensino era rentosa e benéfica para o grande capital. Quando analisado o campo didático-pedagógico, infere-se que o EAD reconfigura o processo formativo, retira a centralidade do professor e a transfere para um “tutor”, a formação é permeada por um ensino aligeirado e compilado e a não vivência acadêmica impede a necessária unidade no ensino entre a pesquisa e a extensão (DAHMER, 2009).

A tendência na educação desse ciclo neodesenvolvimentista obedeceu às exigências neoliberais de valorização do mercado. Forneceu melhorias que permitiram o acesso as camadas mais pobres à educação e destinou mais recursos a todos os níveis de ensino. No entanto, isso se estabeleceu consoante aos limites permitidos do capital mundializado e sempre em seu benefício.

Em se tratando da saúde, Machado, Lima e Baptista (2017) argumentam que medidas como a criação do SAMU, a Farmácia Popular, o Brasil Sorridente e o PSF, foram relevantes e surtiram efeitos positivos no momento. Todavia, os problemas estruturais concernentes à política de saúde não foram sequer aproximados dessas iniciativas — financiamento da saúde, relação público e privado, desigualdade territorial, entre outros. Assim como as demais políticas e programas teorizados, essa não foi encarada por sua estrutura, permanecendo os mesmos problemas históricos.

Mota (2006) compreende que a burguesia, por meio do aprofundamento da privatização e mercantilização da saúde, buscou entre outros objetivos transformar o cidadão sujeito de direitos em um cidadão consumidor das diversas modalidades oferecidas de planos

de saúde, medicamentos e serviços. O Estado concedia a esse processo ao garantir deduções fiscais e isenções ao sistema privado em detrimento da ampliação orçamentária do SUS (SAMPAIO JR., 2013). Paralelo a isto e fortificando este processo, a classe dirigente investiu intensamente em um forte discurso de desvalidação dos serviços públicos, colocando em xeque a legitimidade do Estado, e para isso teve a grande mídia monopolizada como uma importante aliada nessa propagação.

Passemos agora à análise do sindicalismo nesse período. A chegada do PT à presidência suscitou contradições e desafios à luta de classes e, em particular, ao movimento sindical. A administração de Lula da Silva, por meio de acordos patronais, colaborou para uma modificação radical na relação do sindicalismo brasileiro com o aparelho estatal.

Os sindicatos conhecidos historicamente como instrumento de luta trabalhista e política contra as explorações capitalistas e em favor dos direitos e demandas coletivas foram diretamente impactados pela lógica do então governo, fato que reconfigurou a sua atuação política organizativa (FERREIRA, 2018).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), uma das grandes representantes do chamado “novo sindicalismo”, o qual propunha uma prática combatente, na perspectiva da luta de classes, a favor da classe trabalhadora, foi atingida em cheio pela condução conciliativa do governo. No entanto, José Maria (2003) coloca que desde a década de 1990 a CUT passava por um contexto de crise e oposição interna em que se observava as primeiras manifestações do afastamento da direção à base. Deste modo, já fragilizada internamente, essa central sindical cede à lógica de alinhamento do PT e desenvolve uma atuação passiva.

De acordo com Jose Maria (2003), a CUT chegou a defender pontos centrais da implementação de medidas defendidas do governo, como o estabelecimento do teto para aposentadoria e regulamentação dos fundos de pensão.

> [...] cabe, do ponto de vista da análise da organização sindical, destacar que os governos petistas — na lógica da construção de consenso para efetivar as medidas políticas adotadas — capitanearam uma verdadeira política de cooptação dos setores sindicais (FERREIRA, 2018, p. 32).

O governo do PT desmobilizou não só as centrais sindicais, como também os movimentos sociais, integrando-os à gestão burocrática do Estado. Nesses termos, caberia aos trabalhadores e seus representantes sindicais deter-se aos discursos e implementação de crescimento econômico para a superação de entraves e problemáticas históricas pertencentes a

esta classe. O ideário neodesenvolvimentista foi estratégico para contornar conflitos históricos e estruturais — tomando-os em consenso, relegando o levante de projetos autônomos baseados em uma atuação sindical combativa (FERREIRA, 2018).

De acordo com Braga e Bianchi (2011), somente no governo Lula foram ocupadas 1.300 vagas de postos superiores de direção, assessoria e consultoria com sindicalistas. O valor anual pago a esses dirigentes sindicais chegou à faixa de 200 bilhões de reais. Um período em que se contou com a participação dessa categoria em funções estratégicas aos assuntos concernentes aos Fundos de pensão das empresas estatais e na ocupação de cargos de renome em organismos federais como na Petrobras, Furnas Centrais Elétricas e no BNDES- chegando até a compor o conselho administrativo dessa sociedade.

Segundo Braga e Bianchi (2011), tais fatos comprovam a existência de uma cooptação sindical. Um movimento que apartava importantes lideranças e representantes sindicais das origens e bases outrora assumidas. Essa realidade contribuiu às desmobilizações dos movimentos sociais e das classes populares.

Essa processualidade mina interesses históricos da classe trabalhadora, abrindo os rumos para a composição de uma outra prática sindical, sob a direção do capital financeiro global (FERREIRA, 2018). O governo criou estratégias para a crescente associação de representantes dos trabalhadores com o projeto governamental. Segundo Ferreira (2018), se formaram organismos tripartites compostos por Estado, empresariado e representantes dos trabalhadores e cita como exemplo o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Fórum Nacional do Trabalho, onde se discutia assuntos como reforma da previdência, tributária e sindical.

Assim, a organização sindical passa a executar uma racionalidade que dantes se opunha e não só legitima como participa do projeto de classe ao qual refutava. Um processo que imprimia uma perda de autonomia dessa importante categoria diante do Estado atingindo de modo cabal a atividade político-sindical desempenhada (GALVÃO, 2014 apud FERREIRA, 2018).

Segundo Ferreira (2018), até mesmo as formas de luta reivindicativa pela CUT se transformaram. As organizações de greves foram fortemente reduzidas no lugar disso, se incentivaram outras formas de representação como as marchas nacionais, as datas celebrativas, conferências nacionais e campanhas. De acordo com a autora, nessas ocasiões

desviava-se de críticas robustas ao governo e mantinha-se a conduta de aceitação e harmonização com a política executada. Por isso é característico desse período o refluxo no número de greves e da organização destas por parte dos sindicatos, demonstrando uma tendência à acomodação política. A direção assumida pela CUT passou a conter a resistência trabalhista em vez de mobilizá-los para os seus direitos.

Essa dinâmica sindical que se engloba dentro do que Coelho (2005) definiu como "uma esquerda para o capital", no qual se perde a dimensão fundamentada em um projeto dos trabalhadores e atualiza-se hegemonicamente para as perspectivas e interesses da classe dominante. Ferreira (2018) explica esse processo como uma composição de um bloco estruturado em benefício de um capital que se abre a um novo segmento à esquerda, uma nova tendência.

No plano ambiental foi marco desse período o fomento ao agronegócio, o negligenciamento às políticas de preservação ambiental, a ampliação da liberdade aos transgênicos, a não priorização das demarcações das terras e assentamentos indígenas e o não avanço da reforma agrária — uma das principais bandeiras de lutas do partido (SAMPAIO JR., 2017). O PT fez vista grossa em muitos aspectos sociais e ambientais para ficar ao lado das pretensões de fazendeiros, madeireiras e mineradoras, ratificando a sua subserviência ao nexo global.

A própria prática de fusão com as empresas externas e transnacionais desaguavam no processo de primarização econômica, no qual correspondia a um "novo extrativismo", que tinha um retiro demasiado e inconsequente da natureza para fins comerciais, aprofundando assim os impactos sociais e naturais, expressando uma massiva exportação de nossos recursos naturais. Destaca-se também o extrativismo mineral sob a exploração de jazidas de petróleo. Falar da questão ambiental implica em reconhecer a centralidade da desindustrialização, do poderio do latifúndio e da expansão do agronegócio na centralidade desse processo (SAMPAIO JR., 2017).

No que concerne à análise macroeconômica desse ciclo, Carvalho (2018) expõe os principais entraves para a continuidade da tendência neodesenvolvimentista. O primeiro referia-se ao desequilíbrio externo e a estrutura produtiva. Diferente dos anos do ND, a indústria brasileira no NDV não obteve destaque, ficando com um parco desempenho nessa área, na ocasião o setor de serviços se sobressaiu. Essa fragilidade da indústria interna é sentida com um maior peso após a crise de 2008-2009, cenário em que o comércio varejista

começa a se estabilizar e a produção industrial decaí. Ainda segundo Carvalho (2018), esse fenômeno ocorre porque os produtos vendidos estão sendo produzidos em outros países. O país contava com um quantitativo de 103,4% de produtos importados.

Logo, o crescimento proveniente do consumo e do investimento estavam sendo encaminhados para fora do país, as compras realizadas pela população correspondiam a produtos fabricados em outros lugares. Carvalho (2018) explica esse fato a partir da valorização do real, que desencadeou a alta dos produtos nacionais, resultando em um maior estímulo às importações e um menor incentivo às exportações. Um processo que inviabilizou a construção de novos ramos industriais, comedindo uma maior diversificação da nossa base manufatureira. Para a autora, um dos maiores impasses desse contexto foi o tolhimento de mudanças profundas em nossa produção interna.

De acordo com Carvalho (2018), a decadência da indústria brasileira é fruto do processo de liberação comercial iniciado na década de 1980 e intensificado em 1990, o que suscitou em uma defasagem tecnológica na competição de produtos de tecnologia da informação como computadores, notebooks e telefones levando esse descompasso como um dos limites fundamentais a continuidade do NDV nos moldes aplicados nos governos Lula e Dilma. Um processo que gerou desequilíbrios comerciais e crise de balanço de pagamentos, uma quadratura que requeria maior investimento e qualificação nas novas tecnologias da informação e comunicação.

O predomínio do setor primário exportador desembocou em um processo gradual de desindustrialização do país, limitando ainda mais as possibilidades neodesenvolvimentistas. Carvalho (2018) compreende que uma direção voltada ao crescimento de setores fundamentais, considerando a indústria e os serviços, seria capaz de sustentar as alterações do mercado interno e do mercado de trabalho em longo prazo. Conforme nos fala, não houve políticas de investimento que estimulassem uma ampliação produtiva, o que comprometeu diretamente na continuidade do direcionamento adotado. “A lição a ser tirada é que um processo de crescimento com dinamismo do mercado interno exige uma política industrial voltada para a diversificação da estrutura produtiva” (CARVALHO, 2018, p. 45). Assim, tece uma crítica à forma como foi conduzido o setor industrial no período.

O segundo empecilho trabalhado pela autora foi o crescimento do setor de serviços, uma das áreas que mais se destacaram na contratação de mão de obra, uma vez beneficiados por não contarem com a concorrência externa, passaram a injetar o gasto da contratação de

novos profissionais no valor final do serviço oferecido. Conforme Carvalho (2018), ao longo desse período o preço dos serviços disparou, chegando a ficar acima do que estabelecia o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Houve uma elevação de quase cem por cento nas funções oferecidas nos ramos alimentícios, estéticos e de higiene pessoal e na construção civil.

Esse acréscimo impactou de modo direto os trabalhadores que se localizavam no meio da pirâmide, pois os salários deles se mantiveram no mesmo patamar, e os serviços que utilizavam dobraram de valor. Ainda segundo Carvalho (2018), tais fatores conferiram base à presença de considerável setor da classe média nas manifestações de junho de 2013 e nos protestos contra a presidente Dilma Rousseff em 2015 e 2016. Logo, observamos um entrave. De um lado têm-se ganho de renda e do outro, inflação.

Outro grande limite colocado por Carvalho (2018) consistia na concentração de renda pelo topo. A autora corrobora a tese de que a redução da desigualdade de renda no período foi menor do que a propagada. Apresenta a pesquisa de Medeiros et al. (2015)[108] e Morgan (2017)[109], que complementaram os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com os dados da Declaração de Renda pela Receita Federal. Entre as conclusões obtidas, destaca-se que a taxa do 1% mais rico permaneceu no "seu lugar", não havendo uma redução de renda, pelo contrário, esta se elevou ainda mais.

Carvalho (2018) discute que no período estudado não existiu mecanismos para que a riqueza do topo da pirâmide fosse de algum modo redistribuída e não houve queda na parcela de renda apropriada. Tratou-se de um período de vitória do capital sob os altíssimos lucros, como a elevação dos preços dos imóveis e dos ativos financeiros no período.

Conforme nos fala, baseada na pesquisa de Medeiros et al. (2015), o aumento da renda pelo capital deveu-se à permanência da desigualdade no período. Em uma análise entre os anos de 2006 e 2012, os autores constatam que os altos níveis do capital são explicados a partir da riqueza acumulada e não como consequência do aumento dos lucros das empresas,

[108] MEDEIROS, M. et al. (2015) "Topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012)" *Dados*, vol. 58, n. 1, p. 7-36.
[109] MORGAN, M. (2017) "Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015". *WID Working Paper Series*.

como foi alegado nas narrativas do governo. Outro estudo sobre a equidade fiscal[110], realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea), analisa os impactos produtivos da tributação e dos gastos sociais entre os anos de 2002 a 2003 e 2008 a 2009. A partir desses resultados, a autora coloca que o investimento progressivo em educação, saúde, previdência e programas sociais foram compensados negativamente quando comparado com o sistema tributário brasileiro, constituindo assim outro vetor de reprodução da desigualdade.

O investimento em importantes estruturas sociais ampliou o escopo da redução de desigualdade em até 17,1% em 2009. No entanto, Carvalho (2018) problematiza a respeito da potencialização da tributação indireta no consumo e produção, que ampliou a desigualdade de renda[111]. De acordo com a autora, a forma de tributação desempenhada chegou a compensar até mesmo os impostos que garantem uma mínima equidade de renda, como o Imposto de Renda (IR), o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Segundo Carvalho (2018), as altas taxas de juros e a expansão do crédito, contribuíram para esse processo de concentração de renda, uma vez que as famílias realizaram empréstimos e o pagaram sob altos juros da dívida, transferindo esses valores para o sistema financeiro da economia[112]. O aumento das operações de crédito afeta os títulos da dívida pública, o elevando. Deste modo, o Estado potencializa acréscimo de renda aos detentores do sistema financeiro e rentista (CARVALHO, 2018). A nossa autora defende que a distribuição de renda efetiva só seria viabilizada a partir de uma séria reforma tributária progressiva, estipulando uma taxação inferior ao consumo e a produção e superior para a renda e o patrimônio.

Kliass (2017) reitera que em todo o período neodesenvolvimentista não se apresentou nenhuma proposta de alteração tributária, continuando nos moldes do consumo e renda e não se considerando o patrimônio, investimentos e atividades financeiras nem mesmo os lucros

[110] Refere-se ao comunicado de nº92 emitido pelo (Ipea), com o título "equidade fiscal no Brasil: impactos distributivos da tributação e do gasto social" que utiliza dados do PNAD e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

[111] Alguns dos principais impostos que correspondem à maior arrecadação do país foram responsáveis por essa incidência: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);[111] Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)[111]; Programa Integração Social (PIS)[111]; Contribuição para financiamento da seguridade social (Cofins) e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide - combustíveis), todos no campo do consumo e produção.

[112] Carvalho (2018, p. 53) reconhece que no período neodesenvolvimentista houve uma redução gradual da taxa básica de juros (Selic) de 7,3% para 5%, o que fez com que a parcela de juros reais caísse de 5 % para 1,2% do PIB em 2010. No entanto, considera ainda um patamar elevado — equivalendo a um pouco mais do triplo destinado ao pagamento do PBF. Assim, o alto pagamento de juros sobre os títulos da dívida pública mantinha sob vantagem a parcela do 1% mais rico da população.

referente às exportações das commodities. O autor problematiza que do mesmo modo que o sistema tributário contrai muito mais das camadas de renda inferiores — uma vez que taxar o mesmo valor para quem ganha menos se torna uma alta discrepância, o prosseguimento de renúncias fiscais beneficiam os setores de maiores rendas da população e o próprio capital. Conforme Kliass (2017), cerca de 90% dos recursos do fundo fiscal são destinados ao financiamento empresarial.

> Tal estratégia foi mantida ao longo do período petista no poder. Em 2003, 51% do volume total das desonerações eram direcionados para favorecer as empresas. O restante era dirigido para isenção dos setores de renda média e alta, por meio das deduções do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF). No final do período, em 2015, as informações do MF oferecem um quadro de maior concentração de favores ao capital. Assim, percebe-se que 84% das renúncias beneficiavam as empresas e apenas 16% as camadas médias da população (KLIASS, 2017, p. 105).

De acordo com esse autor, em 2003 em um orçamento de R$ 456 bilhões, o total de renúncias federais chegava a R$ 50 bilhões, o que correspondia a 16% do volume arrecadado, o equivalente a 1,7% do PIB brasileiro. Em 2015, num total de R$ 1,3 trilhão o volume de renúncias tributárias expressava um valor de R$ 282 bilhões, nesses termos, as isenções totalizaram 23% de toda a receita e 4,9% do PIB (KLIASS, 2017, p. 104).

Conforme nos fala, essa evolução na estrutura das renúncias por parte do governo federal explicita um quadro de consentimento e promoção na intensificação das desigualdades e iniquidades sociais. Em 2003, a seguridade social contava apenas com 7% do todo dessas renúncias fiscais e em 2015 deixou de arrecadar o equivalente a 50% do que lhe conferia a lei com a Contribuição Social para o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e os demais impostos previdenciários. Esse sistema de renúncias e isenção tributária às empresas fragilizou esse repasse (KLIASS, 2017).

Em síntese, a elevação da arrecadação de tributos e a quase nula restrição externa devido ao boom das commodities, somada à redistribuição de renda feita na margem eram os maiores indicadores da continuidade da miséria, do disfarce desempenhado, das limitações que coexistiam na aplicação da tendência neodesenvolvimentista. A superação desses conflitos batia de frente com a política de consensualidades desempenhada e obrigaria o governo a encarar os conflitos entre as classes sociais e a hegemonia do capital no bloco do poder burguês.

> Pode-se inclusive admitir um neodesenvolvimentismo de direita, capaz de fazer o Brasil crescer, entretanto, incapaz de reduzir a desigualdade social e a redistribuição de renda, enfim um neodesenvolvimentismo que procure apenas criar condições para

> investimentos capitalistas e administrar a barbárie social, nos limites da farsa democrática e do Estado policial vigente (ALVES, 2014a, p. 172).

Nessas condições foram minadas quaisquer possibilidades de retificação e modificação no processo de composição histórico e cultural da sociedade. A esquerda estatista demonstrou sua incapacidade hegemônica de romper com o modelo de controle do metabolismo social. O abandono do reformismo fraco empregado pelo PT só seria possível com a composição de uma frente política que se pusesse de encontro à supremacia do Estado neoliberal. Para isso, se faziam necessárias duas urgentes reformas: a reforma política de democratização do parlamento brasileiro e a reforma tributária vislumbrando uma justiça social (ALVES, 2014a).

A escolha por ficarem na superfície dos fenômenos impede que se apercebam tais disparidades. Os questionamentos são dentro do panorama dado, negligenciam-se os rebatimentos do imperialismo e da ordem global na indústria, no crescimento econômico e na desigualdade social. Supervalorizam-se os fortuitos índices sociais e econômicos e desconsideram os aspectos negativos imbricados nesse modelo. Por isso, reforçavam a ideia de que a sociedade brasileira vivenciava um período endógeno de crescimento e altivez nacional.

4.2.1 neodesenvolvimentismo: uma leitura do nacional-desenvolvimentismo?

Apesar de se constituir sob outras determinações, na teoria, o novo-desenvolvimentismo dos anos 2000 se fundamenta nos pilares do antigo desenvolvimentismo. No entanto, autores como Rodrigo castelo, Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Reinaldo Gonçalves demonstram que na prática se instalou no país um processo inverso ao defendido pelos nacionais-desenvolvimentistas.

Nesta sessão dialogaremos com essas perspectivas, partindo da premissa que o NDV aplicado no Brasil não se compatibiliza com o desenvolvimentismo implementado nas décadas de noventa. Para essa sustentação, reforçaremos algumas particularidades desse período já discorridas por nós neste trabalho, porém associadas com outros enfoques e determinantes[113].

[113] No capítulo primeiro problematizamos essa relação a partir de analogias e discrepâncias com o nacional-desenvolvimentismo, o consenso de Washington e o pós-consenso de Washington. Agora o fazemos

Para Gonçalves (2012b), o "ensaio" neodesenvolvimentista ocorrido no Brasil se estabeleceu em uma espécie de "nacional-desenvolvimentismo às avessas". Uma conjuntura em que segundo nos fala foi evidenciado os seguintes processos: desindustrialização; dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização e perda de competitividade internacional. Esse autor contrasta as seguintes análises:[114] a) as que consideram esse período como resultante de grandes transformações; b) as que o caracterizam por dar vazão às perspectivas estruturais fundantes da desigualdade social e subordinação imperial e c) as que caracterizam as políticas desempenhadas a partir de 2005 como desenvolvimentistas.

O ND entre a década de 1930 a 1980 propunha a industrialização no lugar das importações, intervenção estatal e nacionalismo, pois tinha como meta a redução da dependência externa estrutural e, para isso, buscou uma menor submissão na exportação de commodities, redução do quantitativo de importações industriais, reparação na defasagem tecnológica e tratamento restritivo ao capital externo — uma medida protetiva às empresas nacionais. Conforme Gonçalves (2012b), nessa conjuntura, a política desenvolvimentista era priorizada em relação à estabilização macroeconômica.

Conforme teoriza Gonçalves (2012b), a concepção desenvolvimentista chegou ao inevitável entendimento de que se fazia indispensável à existência de mudanças estruturais para atingir as causas do subdesenvolvimentismo e poder reverter seus principais rebatimentos. Defendia-se o combate ao imperialismo que subjuga nações periféricas em um desenvolvimento desigual e combinado, visando manter as grandes potências globais em suas posições hegemônicas, fortalecendo-as a partir da retirada de recursos e premissas desses países que estavam em uma situação relegada.

No NDV, o capital externo deixou de ser entendido como um entrave à modernização e ao desenvolvimentismo, passando a ser o seu condutor. Negou-se a existência de um subdesenvolvimento, rompendo os vínculos da formação industrial e da economia nacional. Segundo Sampaio Jr. (2017, p. 154), esse processo resultou na fragilidade dos centros internos de poder, agora sujeito ao julgo internacional nas áreas tecnológica,

---

particularizando a relação do neodesenvolvimentismo com o nacional-desenvolvimentismo, mirando sobretudo nas disparidades desse modelo com base no que trabalhamos no presente capítulo sobre as especificidades internas.

[114] Opõe-se às análise de intelectuais como: Sader e Garcia (2010); Marcadante (2006) e Barbosa e Dias (2010).

financeira e cultural, um ciclo que esboça uma reversão colonial. Nas palavras do autor, “ressignificou-se” a concepção desenvolvimentista.

Dessa forma, se firma um movimento interno de favoritar a mineração, a agropecuária e relegar a grande indústria de transformação. Esse processo é explicado pela redução de direcionamento financeiro na indústria manufatura. Conforme nos fala Gonçalves (2012b), a participação do Brasil na indústria de transformação mundial se reduziu de 2,5% do PIB entre 1990 a 1999 para 2,3% entre 2000 e 2007.

Nessa dinâmica temos o fenômeno da “dessubstituição de importações”, uma prática que prioriza as relações de compras comerciais com outros países em vez do incentivo à produção doméstica, divergindo por completo da premissa nacional desenvolvimentista de substituição de importações. Gonçalves (2012b) explica que essa alteração como proveniente do pilar da liberalização comercial. De acordo com este autor, no período de 2002 a 2010 as importações se elevarem em até 6% (2002: 11,0% - 2010: 16,4%).

Conforme Gonçalves (2012b), no ND tinha-se um entendimento de que o incentivo às commodities seguiria um padrão de baixo perfil tecnológico, se mantendo antigas formas de produção — baseadas no cultivo de grandes propriedades — o que resultaria em um processo ainda maior de acumulação de excedente e do poder econômico, assim como no baixo dinamismo do mercado interno. Nesses termos, concluía-se que a centralidade dessa prática implicaria em uma redução da participação nacional na fabricação de produtos de alta tecnologia.

No NDV, por sua vez, ocorre uma reprimarização das exportações (GONÇALVES 2012b), caracterizada pela fragilização da saída de produtos nacionais para o mercado externo. Segundo nosso autor, a reprimarização se estabelece com a valorização nos preços das commodities, ao ponto destas se tornarem o principal produto de saída nacional, a exportação extrativista salta de 42,3% em 2002 para 68,9% em 2010. Soma-se a esta tendência a baixa participação dos manufaturados. A manufatura dos produtos de alta tecnologia caiu de 13,1% em 2003, para 8,8% em 2006 e ficando em 8,1% em 2010, o que ratifica a redução da participação nacional nesse setor.

O ND previa a inovação permanente na estrutura produtiva e no setor tecnológico com o dinamismo de inserir tecnologias importadas agregadas à inovação técnica interna. De acordo com Gonçalves (2012b, p. 10), esse processo demandava a “acumulação de capital,

investimento em educação, qualificação da mão de obra e investimentos no sistema nacional de inovações". Nos governos Lula, por sua vez, teve-se uma maior necessidade de tecnologias alheias. Mede-se a partir dos altos índices de importação de bens e serviços intensivos em tecnologia que se amplia de 2,4% em 2002 para 3,7% em 2010. Fato que corresponde tanto a produtos da média e alta indústria tecnológica quanto a serviços nessa área. Esse processo é uma consequência da reprimarização e da dependência tecnológica intensificados nesse período e que, como colocamos, desdobra no regresso do ramo tecnológico e de inovação.[115]

Indo na contramão às leituras sobre a altivez e a maior abrangência da nossa relação com países do globo, em que apresentamos no segundo capítulo, Gonçalves (2012, p. 14-15) infere que no ciclo neodesenvolvimentista houve uma perda da competitividade internacional. A necessidade de importação nos setores de alta tecnologia dispara de 35,2% em 2002 para 48,27% em 2010. Em 2010, o índice de competição da indústria de transformação chega a menos que 10,9%, o que equivalia em 2002. Um resultado que explicita uma ampliação da dependência tecnológica externa.

A política do ND modificou a estrutura da propriedade dos meios de produção, priorizando o capital privado ou estatal nacional em detrimento das empresas estrangeiras na fabricação e oferecimento de serviços. Conforme Gonçalves (2012b), as empresas nacionais buscavam por meio do desenvolvimento tecnológico e no melhor preparo de concepções empresariais e de negócios, uma menor dependência em relação ao mercado mundial.

Nos governos Lula esse princípio não foi aplicado. Pelo contrário, intensificam-se os trâmites com companhias internacionais acompanhado a uma dinâmica de desnacionalização das empresas do país, o que consistiu em um elevado número nas vendas das companhias nacionais. De acordo com Gonçalves (2012), houve uma alta incidência de participação privada externa em aquisições de empresas brasileiras, assim como um alto índice de investimento estrangeiro direto nas áreas de mineração, agronegócio e petróleo.

O ND orientava a uma ruptura do modelo primário-exportador, defendiam a necessidade de um deslocamento da classe no poder (dos grandes proprietários de terra para

[115] Esses mesmos determinantes — desequilíbrio externo e estrutura produtiva; parco desenvolvimento industrial; defasagem tecnológica; ampliação da importação — foram trabalhados por Carvalho (2018), os quais teorizaram nessa seção. A diferença de análise é que Carvalho enxerga uma prática neodesenvolvimentista enquanto Gonçalves a nega. Para Carvalho, esses fatores limitavam a sua materialização, incidindo na sua continuidade. Já para Gonçalves, nunca houve o neodesenvolvimentismo justamente pela existência de tais assimetrias. Como vimos, o autor ainda chega a considerar a existência de um "ensaio" neodesenvolvimentista, uma tentativa da sua materialização.

burguesia industrial). Os reformistas compreendiam que essa prática resultaria na desconcentração do capital e no incentivo a industrialização em vez das importações. Outrossim, se debatia quanto a importância de se evitar uma cumulação do capital industrial, pois entendiam que essa prática geraria um maior controle econômico e político.

Já no NDV, observou-se uma ascensão da concentração de capital nas maiores empresas do país. Houve um aumento em todos os índices de concentração. “O núcleo central das 50 maiores empresas controla 44,0% das vendas das 500 maiores empresas do país em 2002 e 48,6% em 2010” (GONÇALVES, 2012, p. 20). Assim, o autor compreende que o direcionamento interno de incentivo à venda de importantes nacionais para o mercado exterior comprometeu de modo direto a elevação desse índice. A participação de empresas estrangeiras em aquisições das maiores empresas brasileiras saiu de 17,6% em 2002 para 19,6% em 2010.

Nesse processo, Gonçalves (2012) denuncia a assimetria no nível estoque nacional com as transações realizadas no mercado internacional, no qual identificou uma histórica vulnerabilidade externa. O total de débitos ou compromissos do país com moedas fortes estrangeiras, considerando a dívida externa e investimentos financeiros (passivo externo), alcançou em três vezes mais o valor de nossas reservas nacionais no final de 2010.

Para Gonçalves (2012, p. 19), essa discrepância entre o estoque e o fluxo de capital evidenciava uma futura elevação do passivo externo, fato que ameaçaria diretamente os setores econômicos — fiscal e cambial. Baseado na comparação entre 2002 e 2010, em que o passivo externo aumentou de US$ 222 bilhões para US$ 628 bilhões respectivamente, projetava que em 2016 esse valor chegaria à casa dos US$ 2 trilhões, colocando o país em uma futura situação de risco crescente.

Diante do detalhamento realizado sobre as desproporções desses dois projetos, esboçamos a seguir os principais entraves das nossas considerações:

Quadro 7 – Características do nacional-desenvolvimentismo e do "nacional-desenvolvimentismo às avessas" do governo Lula

Nacional-desenvolvimentismo	**Nacional-desenvolvimentismo às avessas**
Industrialização	Desindustrialização
Substituição de importações	Dessubstituição de importações

Melhora do padrão de comércio	Reprimarização das exportações
Avanço do sistema nacional de inovações	Maior dependência tecnológica
Maior controle nacional do aparelho produtivo	Desnacionalização
Ganhos de competitividade internacional	Perda de competitividade internacional
Redução da vulnerabilidade externa estrutural	Crescente vulnerabilidade externa estrutural
Desconcentração de capital	Maior concentração de capital
Subordinação da política monetária à política de desenvolvimento	Dominação financeira

Fonte: GONÇALVES, 2012.

Logo, traçando essa analogia sob a perspectiva de Gonçalves (2012b), temos que o neodesenvolvimentismo é uma inversão do nacional-desenvolvimentismo. Para esse autor, não houve nos mandatos Lula uma fase de grandes transformações ou reversão das tendências estruturais. Desta forma, não considera esse ciclo como resultante de um aquecimento econômico interno ou, muito menos, como proveniente do desenvolvimentismo no país entre os anos quarenta a setenta. Por esses motivos, não o classifica como NDV. Pelo contrário, o desvela continuamente demonstrando a sua natureza oposta daquilo que alegava ser.

Concordamos com Sampaio Jr. (2017) quando avalia o nacional desenvolvimentismo como uma utopia burguesa e o neodesenvolvimentismo como uma farsa. O primeiro qualifica assim por não possuir naquelas circunstâncias condições históricas e estruturais para realizar-se. Já o segundo, define como uma política que nega os próprios fundamentos, sendo, portanto, uma farsa daquilo que julga ser.

Antunes (2015) partia do mesmo princípio que Gonçalves (2012), ao não reconhecer que se tratava de um período neodesenvolvimentista, coadunava com Castelo (2013a) no entendimento que esse ciclo compreendia um período social-liberal. “O mito que alguns chamaram apolegeticamente de neodesenvolvimentismo ruiu. O PT nunca foi neodesenvolvimentista. Oscilava entre o neoliberalismo e o social-liberalismo, com cara social-liberal, e acumulação capitalista concentradora de renda [...]” (ANTUNES, 2015, online).

Paulani (2017) criticava a falta de uma apresentação quanto à política industrial, para ela esse fator era o mínimo requerido para a existência de um programa desenvolvimentista. De acordo com a autora, faltou projeto nacional que servisse de sustentáculo para a intervenção estatal na economia. Contudo, reconhece que, apesar desta expressiva lacuna, podia-se sim, considerar a existência de um momento desenvolvimentista, entre o primeiro e o segundo mandato de Lula, com as iniciativas do PAC e os investimentos do PIB em saneamento, educação, energia e transporte.

Diante dessas linhas avaliativas, partilhamos da perspectiva de Sampaio Jr. (2017) que o NDV se tratou de uma crônica de uma crise anunciada, com desfecho e declínio esperado, uma vez que se estrutura sob uma grande farsa na ótica da aparência, na superficialidade e tendo consigo a reprodução ampliada do neoliberalismo, um modelo econômico que inviabiliza todas as “boas” tentativas de crescimento e desenvolvimento econômico associado ao social.

O neodesenvolvimentismo, além de repetir as falhas do nacional desenvolvimentismo que fundamentamos em nosso primeiro capítulo, ainda nega aspectos basilares que deram sustentabilidade e legitimidade ao desenvolvimento realizado nos anos noventa. Tratou-se de uma tonificação do Estado neoliberal subserviente à lógica financeira, macroeconômica, assentada no tripé do livre mercado, de um regime para o engrandecimento de poucos, um sistema que preserva a finalidade primordial da lei de responsabilidade fiscal para reter e direcionar o erário ao pagamento da dívida pública. Tem-se assim o fortalecimento de um Estado neoliberal patrimonialista, passível aos interesses privados dos grandes grupos econômicos e das oligarquias políticas e regionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos 2000, os estudos sobre a América Latina se voltaram à compreensão da insurgência de governos progressistas nessa região, assim como à experiência que tiveram esses mandatos. Como já evidenciado, compreendemos que a ascensão do modelo neodesenvolvimentista na América Latina vigora como uma estratégia das classes dominantes em uma situação de soberania ameaçada pelo salto da consciência de classe de sua população. Diante de um quadro de deterioração social e econômica provenientes do legado neoliberal, eclode na região uma série de contestações e reivindicações contrárias a essa hegemonia e aos governos que atuavam segundo esta racionalidade.

Deste modo, se abriu espaço para ocupação de partidos de orientação centro-esquerda nas presidências de países como Argentina, Peru, Equador, Brasil e Bolívia. Nessas experiências, fomentaram-se iniciativas estatais ao direcionamento de medidas e grandes projetos sociais conjugados com políticas de crescimento econômico.

O neodesenvolvimentismo foi caracterizado pela esfera econômica, trabalhista, pela política social e pela reconfiguração sindical. Nossa pesquisa reuniu essas veredas com o objetivo de traçarmos a sua configuração e o seu movimento dialético na sociedade brasileira. Sustentamos a compreensão de que esse momento se tratou de uma nova forma ampliada do capitalismo, que buscou desestabilizar a luta popular e trabalhista e legitimar a sociedade do mercado, reduzindo, naquela ocasião, os principais pontos que colocassem em xeque esse sistema de acumulação.

No Brasil, o neodesenvolvimentismo contempla a política de Estado dos governos Lula da Silva (PT) com a proposta de uma agenda “alternativa” ao cenário de crise neoliberal. Essa composição trazia um compromisso social circunscrito aos ditames econômicos do capital.

O neodesenvolvimentismo se firma no país a partir dos estudos e considerações de importantes linhas teóricas que defendiam a sua emergência. Em nossa pesquisa, evidenciamos três dessas matrizes, a corrente macroeconômica do “novo-desenvolvimentismo” associada a Bresser-Pereira, pregando um Estado reparador das incongruências do mercado, na defesa de um maior dinamismo interno e externo e da iniciativa privada nacional. A corrente “neokeynesiana” se pautou na condução de Bresser-

Pereira quanto à centralidade e importância do crescimento econômico, mas teceu novas concepções a respeito da necessidade de iniciativas que promovessem a justiça social.

E, por fim, a corrente social-desenvolvimentista, que compreendia a necessidade da centralidade do Estado para alcançar tanto a superação do subdesenvolvimento quanto a viabilização do mercado econômico. Esta vertente contou com pesquisadores da Unicamp e da UFRJ, que entre seus teóricos havia representantes do então governo, como Luiz Belluzo, assessor econômico da presidência da república, Nelson Barbosa, secretário de política econômica entre 2008 e 2010 e Aloizio Mercadante, eleito Senador do Estado de São Paulo pelo PT (2003-2010). As duas primeiras vertentes detinham influência e prestígio em setores importantes do Estado e da mídia monopolizada e esta última contava com grande relevância nos centros acadêmicos e universitários do país.

Deste modo, a compreensão do neodesenvolvimentismo tomou fôlego no meio acadêmico a partir do posicionamento de importantes intelectuais e pesquisadores, muitos também vinculados a partidos tradicionalmente de esquerda. Esse debate pouco a pouco se expandiu para outros setores da sociedade, como os grupos sindicais e empresariais vinculados à produção. Em suma, esse grupo "otimista" que se formava defendia a existência de um país que unisse crescimento econômico e justiça social a partir do intermédio do Estado. Previam a chegada de um novo tempo, do abandono das rígidas práticas neoliberais para a constituição de um Estado "social".

Entre 2003 e 2005, primeiro mandato Lula, se teve um crescimento lento e gradual da política econômica, fato que ocasionou críticas da oposição e da própria ala de sustentação partidária, uma vez que se intensificou o ritmo ortodoxo desempenhado nos governos FHC (altos juros, elevada inflação, câmbio ajustável e as metas da inflação). A equipe econômica era alvo de duras críticas de apoiadores e simpatizantes do partido. O governo ainda adotou uma agenda conservadora nas áreas do trabalho, no proceder com o funcionalismo público sob a "mini" reforma da previdência e com a reforma fiscal implantada. As promessas amplamente difundidas de melhorias sociais, combate à pobreza e abertura de postos de emprego estavam longe de ser concretizadas.

Porém, como vimos, em meados de 2005 esse contexto se altera graças ao resultado de políticas compensatórias como o Bolsa Família, o Fome Zero e demais medidas sociais como a viabilização de água e energia elétrica às populações que se situavam afastadas dos grandes

centros urbanos. Somado a essas incidências, destaca-se o contexto internacional favorável com o mercado asiático, que passou a importar em massa nossos recursos minerais e naturais.

Como já detalhado em nosso estudo, priorizamos identificar os autores que trabalham reconhecendo a existência de um novo desenvolvimentismo e os intelectuais que reivindicam tal conceito, baseados na perspectiva crítica.

Em se tratando do direcionamento pautado na concepção dos neodesenvolvimentistas e dos estudiosos que, apesar de criticarem a direção política e econômica dos governos Lula, reconhecem os feitos ocorridos nessa quadra, tem-se a narrativa de um processo de ampliação da autonomia nacional na política externa, uma maior altivez interna por meio do aumento de participação em blocos e acordos econômicos internacionais, assim como uma maior diversificação nas relações com o exterior. Nessa perspectiva, defendia-se que os lucros obtidos por meio da nova dinâmica internacional eram direcionados às instabilidades financeiras e ao consumo interno somado às ações para reparação das vulnerabilidades sociais. O discurso proferido era o do alcance da equiparação da distribuição de renda nacional.

Difundia-se o fomento da atividade nacional privada fomentada pela disponibilização do governo federal de linhas de crédito por intermédio de grandes bancos nacionais, em destaque o BNDES, e os fundos de pensão estatal. Nesta concepção, os resultados da macroeconomia eram injetados para garantia da integração social e da redução da desigualdade.

Na área da infraestrutura, ressaltamos o PAC, que chegou a centralizar esse debate e a confirmar a existência de um "momento" desenvolvimentista até pelos críticos a esse processo, como Paulani (2017). Conforme Maricato e Royer (2017), o PAC retomou o planejamento no setor de infraestrutura paralisado há quase três décadas e objetivava a realização de obras e empreendimentos sob o lema da recuperação, da modernização e da expansão. Esse plano contribuiu de modo direto para a elevação dos postos de emprego e para a geração de renda.

O PAC aliou recursos públicos com investimentos privados, tiveram boa parte de seus meios provenientes de instituições financeiras de crédito e incentivos, com relevância do BNDES, e desonerações fiscais das empresas "parceiras". Por meio do PAC foram executados projetos de saneamento básico, obras de grandes envergaduras como pontes,

rodovias e espaços de utilidade pública, se teve uma atenção voltada à área urbana, à habitação e urbanização das favelas, disseminou programas de habitação e moradia sob preços populares e acessíveis à população de baixa renda.

Outra área em que se visualizava a condução neodesenvolvimentista era por intermédio da Petrobras. A empresa praticava uma moderação da abertura comercial, priorizando o estímulo à produção local, voltando-se dessa forma à clássica desenvolvimentista "substituição de importações". Como relata Boito Jr. (2018), aos poucos a estatal deixou de importar navios, plataformas, equipamentos para exploração de petróleo, e passou a comprar no mercado interno para estimular a indústria local. Essa orientação também contribuiu para a ampliação de postos de trabalho. Para Fuser (2017), a Petrobras e em especial o ordenamento do Pré-sal foram dois campos no governo Lula que caracterizam a pauta neodesenvolvimentista tanto no âmbito da valorização de empresas e produtos nacionais quanto no potencial de empregos e renda.

Vimos que na avaliação de Boito Jr. (2018), considerado por nós um autor pertencente à corrente teórica de crítica moderada ao período Lula, a atuação dos governos petistas se baseou ao acompanhamento do ritmo da parcela burguesa inscrita no bloco no poder. O autor discriminará a relação de forças entre a burguesia interna aliada ao movimento sindical e popular, e, noutro extremo, a burguesia associada ao capital internacional. De acordo com suas conclusões, esses governos mantiveram uma agenda de concessões à grande burguesia interna mesmo prosseguindo a serviço do capital internacional e sob esta premissa justifica o neodesenvolvimentismo. A partir dessas considerações, evidenciamos a visão do autor a respeito da fragilização desse ciclo, no qual demonstra ter se alicerçado mediante as próprias contradições da burguesia interna, como discutimos no capítulo terceiro ao relacionarmos o lulismo e o neodesenvolvimentismo.

Nesses termos, enfatizamos que não negamos os dados apresentados no capítulo dois quanto ao desempenho macroeconômico e social obtidos com a implementação do PAC, a importância da Petrobras na geração de emprego e renda e no investimento nacional, a condução do BNDES, o caráter contraditório das políticas como a da educação, que ao tempo que amplia o acesso das camadas relegadas da sociedade, fomenta a iniciativa privada e "mercantiliza" este direito. Contudo, buscamos deslindar essa processualidade para evidenciar a sua real funcionalidade, apresentando as suas fundamentais contradições e limitações, porque é inscrita na ordem do capital e sob esta ordem se direciona o projeto

neodesenvolvimentista, o que nos leva hoje a compreender o porquê do seu sucesso e do seu recuo.

Passando agora à observação dos críticos a esse novo desenvolvimentismo, compreende-se que se manifestou no país uma espécie de “terceira via”, situando-se entre os desígnios do capital e as demandas trabalhistas. Defende-se uma ampliação velada dos ganhos do mercado, intenção esta que se escondia na expansão da distribuição de renda, com os programas do PBF, políticas de acesso ao crédito e à educação, aumento do salário mínimo e geração de empregos, na identificação de “uma nova classe média” a qual se comprovava pelo acesso aos bens de consumo duráveis como carros, casa própria, eletroeletrônicos.

Este ciclo não se desvincula, antes atualiza a sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Não desfaz com o neoliberalismo, contudo carrega especificidades, apresentando uma nova etapa do desenvolvimento capitalista perspectivada na sua afirmação ideológica e material, em uma quadra de supremacia rentista e financeira (o dinheiro gerando mais dinheiro, nos sistemas de investimento e especulação), em que o mercado molda e adentra todas as relações, na sociedade civil e na sociedade política.

Os autores desse conjunto afirmam que o PT traçou uma cartilha consoante às diretrizes dos organismos internacionais, em destaque ao Banco Mundial. Sampaio Jr. (2017) compreende que por esta razão houve o abandono de um projeto realmente empenhado na modificação das bases sociais, capaz de atingir resultados duradouros de redução da desigualdade e eliminação da pobreza. Em lugar disso, assistimos a uma reforma universitária tendo em vista a ampliação da mercantilização, um sistema de saúde pública dilapidado sob uma forte ameaça de privatizações, uma assistência social tomando o lugar do acesso ao trabalho, desistoricizando e naturalizando a pobreza e uma série de programas sociais desarticulados e trabalhados no âmbito da imediaticidade.

Nos nossos capítulos, mostramos que ao adotar esse posicionamento, o governo passou a intervir nos efeitos dos problemas sociais e não nas suas causas e estruturas, passando a amenizar a situação de vulnerabilidade social por meio de um restrito orçamento em troca de um contínuo ajuste fiscal. A direção da classe hegemônica, por sua vez, tinha como mecanismo de consenso a responsabilização individual quanto à pobreza e demais mazelas sociais, a descentralização do Estado e a focalização das políticas sociais, evidenciando assim a despolitização da questão social.

O PAC é compreendido como um mecanismo de reforço à privatização econômica, pela fusão do público e do privado que endossava. Esse projeto culminou numa ampliação de recursos fiscais sob o encargo da iniciativa privada e resultou numa maior vulnerabilidade da legislação ambiental, que se espelhava nos interesses do grande capital. Para Sampaio Jr. (2017), na medida em que se seguia essa condução ideológica da união do público e privado, o programa reduzia o potencial de luta das classes populares e trabalhistas dificultando uma maior efetivação de seus direitos e das suas possibilidades de conquistas e melhorias a nível democrático.

O PAC nos ajuda a identificar a lógica presente no NDV, lançava-se um capital produtivo, respeitável, compromissado com o desenvolvimento social e humano, com uma política integrativa. Uma racionalidade exposta como se pudesse existir no atual contexto global uma separação do caráter rentista e produtivo do capitalismo. Em contrapartida, demonizavam o capital fictício e especulativo voltado à geração de riqueza e aos interesses patronais.

Nossa pesquisa elucidou que a reforma sindical aplicada visou à priorização da burocracia estatal e fragilizou o direito as mobilizações e lutas trabalhistas. Como revelou o trabalho de Ferreira (2018), houve uma transformação da CUT e dos movimentos sociais, que passaram a seguir as posições do Planalto. Essas instâncias incorporaram o discurso do desenvolvimento econômico, da distribuição de renda e sustentaram o projeto em curso do PT, se afunilando aos interesses do partido. Estabelece-se assim uma reconfiguração da atuação sindical brasileira impactando de modo direto o movimento das lutas sociais no país.

Ferreira (2018) nos explica que esse processo se fincou por meio da cooptação de classes desempenhado por esses governos, o qual viabilizou uma articulação do empresariado aos sujeitos políticos, forjando validar o lema que disseminava do “desenvolvimento com inclusão”. Essa alteração conduziu os sindicatos ao projeto do governo e transformou a pauta do governo no projeto dos trabalhadores (ainda que apenas no campo burocrático).

Em nossa análise, constatamos que não se teve um modelo de desenvolvimento aplicado nos pilares dos anos de 1990. Entendemos que houve um ensaio de crescimento econômico aliado a uma maior atenção das carências sociais, mas sem as composições necessárias para serem caracterizados como um programa desenvolvimentista de fato. Como teorizado, as características do nacional-desenvolvimentismo compreendem industrialização no lugar das importações, intervenção estatal e nacionalismo, esta última pregando a

autossuficiência da nação, a redução da vulnerabilidade externa e uma menor dependência do mercado internacional.

No nacional-desenvolvimentismo, se teorizava quanto à forma até então desempenhada do desenvolvimento interno, seus entraves e limites, reconhecendo a fundamental relação do capitalismo mundial nesse processo, seu caráter predatório às economias latino-americanas. A burguesia nacional visava controlar o fluxo do capital em sua nação, priorizando a prosperidade e a modernização interna a fim de construir um caminho para livrar-se da dominação externa e ampliar o seu poderio. Essa fase prezou pelos resultados de desenvolvimento e crescimento em vez de uma política macroeconômica centrada em metas.

No neodesenvolvimentismo, como deslindado temos a inversão das perspectivas antes adotadas. Neste, se sobressai um processo de dessubstituição de importação, resultando em uma maior elevação da importação e uma consequente ampliação da dependência externa nos setores tecnológicos e de inovação incidindo em uma maior vulnerabilidade ante o mercado internacional. Também se consolida a reprimarização econômica com destaque aos setores básicos da economia em detrimento de uma maior expansão e diversificação do quadro industrial nacional. Como denuncia Sampaio Jr. (2017), legitima-se uma reversão colonial, expondo o atraso, o desnivelamento ao mercado competitivo mundial, uma reanimação do latifúndio e do extrativismo, ou seja, as relações de subserviência intensificadas e aprimoradas por esse sistema.

A centralidade do neodesenvolvimentismo fica a cargo da macroeconomia que tolhe a aplicação da própria lógica desenvolvimentista preexistente — a sociedade nacional e suas possibilidades de controle a acumulação do capital. Não se discutem as bases do capitalismo e nem a subordinada relação das nações subdesenvolvidas, não reconhecendo esse fator como próprio do capitalismo. Situa-se na esteira de um vago “reducionismo” econômico (SAMPAIO JR., 2017), encobrindo as problemáticas levantadas pela teoria nacional-desenvolvimentista sobre o caráter concentrador do capital. Nesses termos, o neodesenvolvimentismo vai de modo contrário ao antigo desenvolvimento.

Em nosso estudo, detalhamos que a autocracia burguesa da década de 1960 vedou a estratégia nacional-desenvolvimentista e impediu a sua continuidade. Diante da ameaça socialista, o capitalismo amordaçou qualquer via que pudesse resultar numa ampliação de autonomia nacional. Castelo (2012) discorre que contexto similar de ascenso das ideias

inclusivas da década de 1960, as ilusões desenvolvimentistas, se firmaram nesse NDV. Reforçamos a concepção que chega esse autor (CARVALHO, 2014) quando trabalha a ideia de tragédia e farsa, a primeira representando o contexto ND e a segunda, o NDV. De igual modo, compreendemos também o ciclo neodesenvolvimentista como uma farsa por negar as suas próprias estruturações.

Todavia, prolongamos esse pensamento com uma observação que chamou a nossa atenção. As ilusões presentes no nacional-desenvolvimentismo se repaginaram e passaram pelo mesmo fim. O interessante é que mesmo com a primeira experiência encerrada sob um triste cenário (da ditadura civil-militar), se retoma nos anos 2000 (com outro formato e outras pretensões, conforme seguimos trabalhando) tanto pelos representantes do grande capital, quanto por sérios estudiosos e intelectuais de grandes centros universitários nacionais, a mesma concepção de que se poderia alavancar "pelas bordas", coadunando com o sistema capitalista de produção.

E mesmo o contexto histórico do início do século XXI, sendo completamente diverso do ocorrido com a instauração do regime civil-militar, e mesmo esse ideário seguindo firmemente as imposições do mercado, esse ciclo sofre outra abrupta interferência: o golpe "constitucional" contra a presidente Dilma Rousseff em 2016, que a nosso ver abriu o espaço necessário para a chegada da extrema-direita e do ultraconservadorismo no cenário nacional, em que identificamos na eleição de Jair Bolsonaro para o cargo máximo da república no ano de 2018. Apesar de teoricamente não se tratar na instalação de um golpe autoritário, tem-se com esta eleição uma redução efetiva das potencialidades de avanços e conquistas democráticas no campo da universalidade dos direitos, no campo das políticas sociais, e, sobretudo, no campo dos direitos humanos.

Assim igual ao ND, o NDV reproduziu a ilusão de que uma nova história estava se erguendo no Brasil. O caminho da prosperidade, da modernização, da redução das mazelas sociais, um caminho de crescimento social, da máxima de "um país de todos". De fato, o Brasil nesse período era propagado como o país do futuro.

Entre os autores que tecem uma crítica à classificação desse ciclo como neodesenvolvimentista, alguns reconhecem o seu caráter expansivo. Fagnani (2017), por exemplo, argumenta que nesse período se estabeleceu uma maior articulação dos objetivos econômicos e sociais resultando em melhorias significativas à população. Para o autor, analisando as últimas cinco décadas dos anos 1990, se chega a um cenário inédito na

sociedade brasileira, contudo, reitera que apesar desse fato, não se faz possível admitir a existência de um novo formato de desenvolvimento, estando o país muito aquém de qualquer desvinculação neoliberal. Assinala que a partir de 2007 se sucedeu, nos governos Lula, uma construção de crescimento menos perverso que o padrão histórico.

Sem dúvidas, um novo dinamismo foi verificado. Mas que conta com uma materialização detida na aparência dos fenômenos, na conjuntura imediata. Não se atentam à relação da ordem global no panorama econômico interno, muito menos se problematiza os impactos da crise mundial no país, no processo de divisão internacional do trabalho. Reduz-se as problemáticas a um enfoque economicista com medidas ágeis que não abarcam os múltiplos fatores determinantes da questão social. Uma perspectiva unilateral que impede a percepção das deleterizações e iniquidades deste ciclo nas áreas econômica, social (esta com ênfase ao mundo do trabalho), cultural e política.

Com esse direcionamento, o neodesenvolvimentismo seguiu executando o reformismo fraco (SINGER, 2018), não atingindo as raízes das problemáticas sociais e baseando-se em uma prática pautada por intervenções rasas e, o mais drástico, impedindo a formação de uma instabilidade ao reduto do capital financeiro mundial e o acirramento do conflito entre capital e trabalho no país. Resume-se em uma falsa inflexão no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. O neodesenvolvimentismo se qualifica também como uma ideologia histórica, social e política que oculta a realidade. Esse ocultamento é como uma forma de manter os pilares produtivos do capitalismo, de exploração econômica, desigualdade social e a dominação política.

Acrescenta-se a essa discussão a formação do capital político do lulismo — o proletariado pobre — que por meio desse escopo de iniciativas sociais adentra a base eleitoral do partido, o qual por sua vez não capacita ou possibilita nenhuma formação política a essa massa votante, caracterizando assim uma estratégia política dos governos petistas.

Destacamos aqui a compreensão de Alves (2014a), ao assemelhar essa fase a uma espécie de “neokeynesianismo de esquerda”. Conforme argumenta, os neodesenvolvimentistas não adentram a discussão sobre a radical democratização do Estado político e negligenciam a dinâmica enraizada do capital no metabolismo do Estado político, o caráter mantenedor do Estado não é discutido nem muito menos relevado. Esse é um dos fatores que explica a sua viabilização às transformações em curso em que o mesmo é acionado para atender às requisições do capital, tornando-se um aliado ideológico da doutrina

neoliberal. Ao Estado caberia, portanto, financiar as iniciativas sociais, servir de amparo ao mercado e contribuir na conciliação dos conflitos entre capital e trabalho.

Nesses termos, permanecem inalterados a estrutura burocrática-administrativa do Estado brasileiro, o sistema jurídico político, a organização da dívida pública, o tripé da gestão macroeconômica, a forma de controle do gasto público e os meios de comunicação de massa, incutindo na sociedade civil a ampliação do Estado neoliberal como único sistema possível na composição societária (ALVES, 2014a).

Concordamos quando Boito Jr. (2018) se coloca a respeito da incompatibilidade do neodesenvolvimentismo e do neoliberalismo, que apesar de terem sido executados concomitantemente, demonstraram suas contradições fundamentais inviabilizando o êxito em longo prazo das promessas e pretensões neodesenvolvimentistas na esfera social. Por isso, entendemos que para o real exercício de uma espécie de política desenvolvimentista nos anos 2000, se faria necessária uma postura de dura oposição a aspectos como a liberação comercial de bens e serviços dos países subdesenvolvidos, a superioridade das grandes potências de acumulação financeira, a privatização de setores públicos e grandes empresas e a intensificação do processo de retirada de direitos civis e trabalhistas.

E justo por não ter seguido tais confrontamentos, o neodesenvolvimentismo ficou inviabilizado de alterar a natureza e a estrutura da ordem oligárquica burguesa historicamente inscrita no país. Em uma política econômica que visa o rigor fiscal, a disciplina orçamentária e a competitividade internacional se torna impraticável conciliar a bandeira da igualdade social. Nessa discussão, Sampaio Jr. (2017) afirma que os neodesenvolvimentistas ficam presos no “fim da história”.

Por esses fatores, Antunes (2015) designava esse projeto como “natimorto”, em que já se engendrara fadado ao fracasso sob o “mito” desenvolvimentista e o pragmatismo em deixar tudo na devida ordem. Conforme teoriza, os ganhos que obtiveram a classe trabalhadora e as camadas mais baixas nesse momento se assimilavam a “voos de galinhas”, instantâneos, breves e prestes a cair. A própria direção escolhida para a materialização do NDV explica o seu malogro.

Já centrando nos moldes de sua condução interna, entendemos com a leitura de Gonçalves (2012 b) que o total de dívidas com o mercado externo e os investimentos feito no exterior, nos governos Lula, ultrapassaram o nosso quantitativo de reservas existentes, fato

também que anuncia uma possível instabilidade e rompimento dessa condução. Assim, se pode esboçar um futuro comprometimento ao fluxo de renda na economia interna. Essa assimetria de estoque mais o declínio da atividade econômica mundial em 2008 e 2009 alicerçaram de modo gradual uma improbabilidade à continuidade neodesenvolvimentista.

Todos os fatores colocados pela teoria crítica que reunimos em nossa pesquisa (a intensificação da dependência dos países centrais, a reconfiguração na estrutura produtiva, reprimarização, vulnerabilidade externa, políticas desfragmentadas de caráter emergencial e aparente, a não modificação das causas da desigualdade interna, o não aprofundamento dos aspectos históricos de dependência nacional, entre outros) são indicativos da transitoriedade e de uma temporalidade definida deste ciclo, o que não quer dizer que havia uma precisão de seu esgotamento, mas sim de que esse processo declinaria.

O que evidenciamos como perverso nesse projeto foi o fato de ele ter se sustentado sob as bandeiras ideológicas que historicamente se pautou a esquerda nas lutas progressistas e por igualdade social. O NDV torna a agenda progressista em mecanismos administrativos, pertencentes à ossada da burocracia pública e o PT politiza essas questões na conquista de uma massa eleitoral. O que antes empregava possibilidades de avanços, recua, fixando-se agora na esfera conservadora.

Percebemos que nesse ciclo, os movimentos de supremacia da ordem burguesa mundial ficaram encobertos e disfarçados. Aspectos como a massificação e a exploração das forças produtivas foram invisibilizados e naturalizados, se acentuaram as práticas de desnacionalização da economia interna, mas o que se difundia era a imagem de um país altivo e desbravador no cenário das relações mundiais. Fortaleceu-se a ideia da desigualdade como algo espontâneo e "comum", resultante dos direcionamentos individuais, dos "esforços" de cada um. Assim, concluímos que esse processo se legitimava pelo caráter mistificado que possuía. No Brasil, este ideário se sustentou sob um falso discurso de soberania nacional, desenvolvimento econômico e equidade social.

Temos que o neodesenvolvimentismo aprofundou a dificuldade para o alcance de condições reais de superação do subdesenvolvimento, seja por meio de reformas ou revoluções. Compartilhamos com Castelo (2013b) o entendimento de que esse projeto se estabeleceu para salvar o capitalismo monopolista (financeiro) dos seus sinais de esgotamento, apresentado, como discorremos, nos fins dos anos 1990 e início dos anos 2000,

evidenciado em um contexto global (com os movimentos antiglobalização) e regional (América Latina).

Logo, depreendemos que o novo desenvolvimentismo se manteve forjando aspectos estruturais da sociedade brasileira, maquiando a realidade nacional. E dessa forma, por meio de discursos de melhorias sociais e projetos voltados às demandas sociais, escamoteou possibilidades reais de ascensos e conquistas populares. A nosso ver, se tratou de uma ofensiva ao potencial de luta popular e à formação de um pensamento crítico capaz de destronar a supremacia capitalista a nível mundial.

Reconhecemos que seria mais coeso trabalharmos aqui também sobre o processo de dissolução do NDV no Brasil, mas, diante de uma série de fatores que se levantaram na condução desta pesquisa científica, questões subjetivas e na própria complexidade de aproximação com a temática e o objeto definido (considerando também o pico da pandemia do Corona Vírus, que coincidiu com o período de finalização desta escrita), não conseguimos avançar nesse momento para além do que apresentado. Contudo, destacamos duas importantes janelas de investigação que podem ser desenvolvidas a partir dos dados obtidos com este trabalho.

A primeira se refere ao esgotamento dessa política econômica que ocorre nos governos Dilma Rousseff, período em que apontamos como o segundo ciclo do neodesenvolvimentismo no país. A nossa análise neste trabalho permite-nos inferir uma sucessão de elementos que implicam em um futuro esgarçamento do NDV. Nos mandatos Dilma, há peculiaridades dessa aplicação sob outras conduções adotadas.

Assim entendidas a gênese, a ascensão e as próprias contradições do neodesenvolvimentismo, abre-se a oportunidade de pesquisa quanto às peças ocorridas no segundo mandato Dilma, que reúnem o fim dessa orientação política no país. Pode-se prosseguir, por exemplo, em busca das seguintes perguntas: Quais determinantes explicam o esgarçamento do ciclo neodesenvolvimentista no Brasil? De que forma a aplicação neodesenvolvimentista nos mandatos Dilma Rousseff rebateu na crise política de 2016?

Boito Jr. em 2018 identificava a crise política atual como consequência do desmoronamento da lógica neodesenvolvimentista dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Perspectivados nesse mesmo olhar, enxergamos uma segunda janela para uma futura pesquisa científica, expressa na seguinte pergunta: De que forma o fim do

neodesenvolvimentismo contribuiu para a ascensão de uma nova direita e para o fortalecimento do ultraconservadorismo no país?

Direcionamentos esses que lançam luzes àquela realidade tão importante ainda a ser desvendada não só para a compreensão do nosso panorama político contemporâneo, mas, sobretudo, para uma análise histórica das potencialidades das lutas de classes naquela ocasião, o direcionamento do Estado, o embate ideológico presente em uma conjuntura de polarizações e correlações de forças, assim como as possibilidades e limitações aos direitos sociais, políticas públicas e conquistas populares, podendo por meio dessas experiências pensarmos estratégias para uma atuação das esquerdas nacionais mais comprometidas nos fundamentos de seus projetos e numa ampliação da luta de classes nacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2003-2013). In: MACÁRIO, E.; SOBRAL, E. do V.; RODRIGUES JR., N. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 101-127.

_____. **O mal-estar do neodesenvolvimentismo**. 2014b. Disponível em: < https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/27/o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

_____. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. São Paulo: Canal6 editora, 2014a.

AMARAL, A.; MOTA, A.; PERUZZO, J. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012, p. 153-178.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. O Brasil de Lula. **Novos Estudos Cebrasp**. São Paulo, Ed**.** 91, v. 30, p. 23-52, nov. 2011. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/nec/n92/n92a03.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

ANTUNES, R. **Contradições do neodesenvolvimentismo são devastadoras para os trabalhadores**. [Entrevista concedida a] Instituto Humanas Unisonos (IHU). 2015. Não Paginado. Disponível em: < http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/548829-contradicoes-do-neodesenvolvimentismo-sao-devastadoras-para-os-trabalhadores >. Acesso em: 08 jun. 2020.

ARAUJO, T. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 157-171.

ARKRONADA, K.; KLACHKO, P. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas** Crises e desafios da atualidade. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Abramo Perseu, 2017.

BAPTISTA, T.; LIMA, L.; MACHADO, C. Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e tropeços na construção de um sistema universal. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 33, 2017.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 69-102.

BBC NEWS BRASIL. **O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais**. Disponível em < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BELLO, C. A. Percepções sobre pobreza e Bolsa Família. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (orgs.). **As contradições do Lulismo:** a que ponto chegamos?. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 157-183.

BELLUZZO, L. **Os anos do povo**. In: SADER (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 103-109.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social fundamentos e história**. 9 ed, São Paulo: Cortez, 2011.

BERRINGER, T. **Bloco no poder e política externa nos governos FHC e Lula** – Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, Campinas, 2014.

BNDES. **BNDES Transparente**. Rio de Janeiro. Disponível em: < https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BNDES. **Legislação básica do BNDES**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

BOITO JR., A. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Unesp, 2018.

_____ ; BERRRINGUER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. Rev. **Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-39. 2013. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n47/04.pdf >. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRAGA, R.; BIACHI, A. **A financeirização da burocracia sindical no Brasil**. 2011. Disponível em: <https://www.correiocidadania.com.br/politica/5816-12-05-2011-a-financeirizacao-da-burocracia-sindical-no-brasil>. Acesso em: 15 maio 2020.

BRAMI- CELENTANO, A.; CARVALHO, C. A reforma tributária do governo Lula: continuísmo e injustiça fiscal. **Katálises**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 44-53, jan./jun. 2007. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100006&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4418.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6322.htm#art1>. Acesso em 22 abr. 2020.

_____. **Decreto nº 6.526, de 31 de julho de 2008**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6526.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. **Emenda Constitucional nº 40 de 29 de Maio de 2003.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc40.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. **Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B187564CF12

F844EEDC3328DF8222216.proposicoesWebExterno1?codteor=492088&filename=LegislacaoCitada+-PEC+132/2007>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. **Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc42.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa.** Disponível em: < https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. INEP/MEC. **Censo de Educação Superior 2007**: resultados dos municípios variáveis. Brasília, 2009. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

_____. **Lei nº 10.888, de 24 de Junho de 2004.** Disponível em:< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10888-24-junho-2004-532736-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. **Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005**. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11101-9-fevereiro-2005-535663-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. **Lei nº 11.738, de 16 de Julho de 2008**. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 23 abr. 2020.

_____. **Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Disponível em: < https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Projeto de Lei nº 1, de 2007.** Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9483B66B3CED65DB502E3F20A9B54F35.node1?codteor=557748&filename=Avulso+-PL+1/2007>. Acesso em 22 abr. 2020.

_____. **Projeto de Lei 5.938/2009.** Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=686063&filename=PL+5938/2009>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. **Sobre o PAC.** Disponível em: <http://pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BRASIL DE FATO. **Lucros enviados por multinacionais ao exterior triplicam no governo Lula**. 2007. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/audio/lucros-enviados-por-multinacionais-ao-exterior-triplicam-no-governo-lula/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRESSER-PEREIRA. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, Luiz Carlos (Org.). **Desenvolvimento econômico e crise.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 27-67.

_____. O novo desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 set. 2004. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/articles/2004/412.NovoDesenvolvimentismo.pdf>. Acesso: 15 out. 2019.

BRINGEL, B.; MUÑOZ, E. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unissonos**, São Leopoldo, v.46, n.1, p. 28-36, 2010.

BUGIATO, C. A importância do BNDES na política externa do governo Lula. **Cadernos do desenvolvimento.** Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, p. 43-69, jul./dez. 2017. Disponível em: < http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/56>. Acesso em: 23 abr. 2020.

CALDAS, A.; ARAÚJO, L. **Na educação, avanços e limites**. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 229-240.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELO, R. **O social-liberalismo auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão popular, 2013a.

_____. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta.** Rio de Janeiro, v.11, n. 31, p. 119-138, 2013b.

_____. A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 119, p. 583-591, 2014.

_____. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 613-636, 2012.

_____. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Oikos**. Rio de Janeiro, n. 1, v.8, p. 71-91, 2009.

CEPAL. **Sobre a Cepal**. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 30 out. 2019.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** 2ed. São Paulo: Braziliense, 2008.

CODEMEC. **BNDES PSI- Programa de Sustentação do Investimento.** Disponível em: < https://codemec.org.br/geral/bndes-psi-programa-de-sustentacao-investimento/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital*:*** crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1988). 2005. 549f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2005.

DAHMER, L. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.12, n. 2, p. 268-277, 2009.

DESTAQUE DEPEC- BRADESCO. **Impacto negativo no baixo patamar da confiança no consumo das famílias.** Disponível em:

<www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/destaque_depec_bradesco_22_12_15v3.pdf.>. Acesso em: 18 abr. 2020.

DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2012. **Estudos e pesquisas**, n. 64, mar. 2013. Disponível em <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2012>. Acesso: 23 abr. 2020.

DIIESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**: Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: < https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 18 jul. 2020.

DIFERENÇAS ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO. Disponível em: < https://profwalfredoferreira.files.wordpress.com/2017/02/diferenc3a7as-entre-crescimento-econc3b4mico-e-desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

EAGLETON, T. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FÁBIO CAMPANA. **A opção do PT** por Plínio de Arruda Sampaio. 2013. Disponível em: < https://www.fabiocampana.com.br/2013/08/a-opcao-do-pt-por-plinio-de-arruda-sampaio/ >. Acesso em: 28 maio 2020.

FAGNANI, E. O fim de um ciclo improvável (1988-2016) – A política social dos governos petistas e a derrocada da cidadania pós- golpe. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (Orgs.). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 117-130.

FERREIRA, C. **Posicionamentos e estratégias sindicais no contexto dos conflitos do trabalho em Suape**: uma expressão da nova morfologia do sindicalismo brasileiro nos anos 2000. 2018. F383p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife-PE, 2018.

FINNAZI, J.; LAMAS, I.; NASSER, R. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 133-139.

FIORI, J. L. Da dependência ao social-liberalismo: a bússola de Fernando Henrique Cardoso. In: **Em busca do dissenso perdido:** ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995, p. 231-245.

_____. O Brasil e seu "entorno estratégico" na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 31-51.

_____. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Neoliberalismo em choque**: o pós consenso de Washington. 1998. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs12079804.htm>. Acesso em: 20 out. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Empresas nunca ganharam tanto, diz Lula**. 2009. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2205200903.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.

FONTES, V. Reforma agrária e movimentos sociais. [Entrevista concedida a] Felipe Demier. **As transformações do PT e os rumos da esquerda brasileira.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003, p. (88-89).

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Carta de princípios.** São Paulo, 1979. [online] Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-cartadeprincipios_0.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Carta ao povo brasileiro.** 2002. [online]. Disponível em: < https://fpabramo.org.br/2010/09/28/carta-ao-povo-brasileiro/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

FUSER, I. Grandeza e miséria do pré-sal. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 181-187.

GARCIA, A. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula**: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

GARCIA, M. Dez anos de política externa. In: SADER, E. (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 53-67.

GINTILI, P.; OLIVEIRA, D. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil (2013). In: SADER, E. (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 253-263.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e sociedade**. São Paulo. N. 112, p. 637-671, 2012a.

_____. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da sociedade brasileira de economia política.** São Paulo, n.31, p. 5-30, fev. 2012b.

GLOBO.COM. **Brasil vira credor do FMI**. Disponível em: <http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL1080722-16020,00-BRASIL+VIRA+CREDOR+DO+FMI.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GOUVEIA, L.; OLIVEIRA, E. A seletividade espacial das multinacionais brasileiras nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. **Espaço e economia**. Rio de Janeiro, n.11, p. 1-17. Disponível em: < https://journals.openedition.org/espacoeconomia/3061>. Acesso em: 22 abr. 2020.

G1. **Brasil compra USS 10 bilhões em bônus e vira credor do FMI pela primeira vez**. DCisponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1329580-9356,00-BRASIL+COMPRA+US+BILHOES+EM+BONUS+E+VIRA+CREDOR+DO+FMI+PELA+PRIMEIRA+VEZ.html>. Acesso em: 12 mar. 2020.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade**; trabalho e formação profissional. 26. ed, São Paulo: Cortez, 2015.

IPEA. **O que é? Índice de gini.** Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em:19 abr. 2020.

JOSÉ MARIA. Política Social. [Entrevista concedida a] Felipe Demier. **As transformações do PT e os rumos da esquerda brasileira.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003, p. (53-54).

KAREL, K. **Dialética do concreto**. 2. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KATZ, C. **Neoliberalismo neodesenvolvimentismo socialismo**. São Paulo: Expressão popular, 2016.

KLEMI, A.; MENEZES, R. Brasil e Mercosul: rumos da integração na lógica do neodesenvolvimentismo (2003-2014). **Caderno CRH.** Salvador, v.29, n. SPE 03, p. 135-150. 2016.

KLIASS, P. Aspectos da política fiscal. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (Orgs.). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 107-115.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

LEHER, R. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 7-19.

LÖWY, M. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** Outubro, n. 1, 1998.

LUCE, M. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.11, n.1, p. 169-190, jan/abr.2013.

MARICATO, E.; ROYER, L. A política urbana de habitação. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (Orgs.). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 147-153.

MARINGONI, G. Ascensão e queda de uma utopia tropical. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (Orgs.). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 35-49.

MATTOSO, J. Dez anos depois. In: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 111-121.

MAURIEL, A. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012, p. 179-195.

MERCOSUR. **O que é FOCEM**. Disponível em: < https://focem.mercosur.int/pt/o-que-e-focem/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Luís Carlos Bresser Pereira**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/luiz-carlos-bresser-pereira>. Acesso em: 24 out. 2019.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Simples nacional.** Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>. Acesso: 12 mar. 2020.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.31, n.4 (124), p. 507-527, out./dez. 2011. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/rep/v31n4/01.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012, p. 29-45.

_____. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: _____ (Org.). **O mito da assistência social ensaio sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 133-146.

_____. Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-2.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo, Cortez, 2012.

O GLOBO. **BNDES triplica na Era Lula e retoma ação de desenvolvimento.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/bndes-triplica-na-era-lula-retoma-acao-de-desenvolvimento-2806488>. Acesso: 22 abr. 2020.

OLIVEIRA, F. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ORAIR, R. **Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal.** Ipea, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6873/1/TD_2215.PDF>. Acesso em: 16 abr. 2020.

PAULANI, L. **Brasil delivery**: a política econômica do governo Lula. Revista de Economia Política, v.23, n. 4 (92), out./dez. 2003, p. 58-73.

_____. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 91-99.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média?** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 145-156.

PT. **O partido que mudou o Brasil**. 2019. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/1SE0o0Bxh3U5i2pb8H-24hsHqH7V2avj1/view>. Acesso em: 25 jun. 2020.

QUADROS, W. Paralisia econômica, retrocesso social e eleições. "**Texto para Discussão, Instituto de Economia da Unicamp**", n. 249 Jan. 2015. Disponível em: < https://www.cesit.net.br/paralisia-economica-retrocesso-social-e-eleicoes/ >. Acesso em: 19 jun. 2020.

_____. PNAD 2015: O retrocesso se explicita. "**Texto para Discussão, Instituto de Economia da Unicamp**", n. 286, fev. 2017. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/02/TD286.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

RBA. **Brasil avança 4 posições em índice de desenvolvimento da ONU.** Disponível em: < https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2010/11/brasil-avanca-posicoes-em-indice-de-desenvolvimento-da-onu/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

R7. **Maiores obras do PAC 1 ainda estão inacabadas.** 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/maiores-obras-do-pac-1-ainda-estao-inacabadas-24012016>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SAAD FILHO, A. Avanços, contradições e limites dos governos petistas. **Crítica marxista**, São Paulo, n. 42, p. 171-177, 2016.

_____; MORAIS, L. **Brasil neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SADER, E. A construção da hegemonia neoliberal. In: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 135-143.

_____; GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo as políticas sociais e o Estado democrático. In: ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO JR., P. **Crônica de uma crise anunciada**: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo (SP): SG – Amarante Editorial, 2017.

_____. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 672-688, 2012.

SECCO, L. **História do PT**. 4ª Edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SENADO FEDERAL. **DRU.** Disponível em: < https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>. Acesso em: 19 abr. 2020.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de; MICHEL, R. **Novo-desenvolvimentismo**. Um projeto nacional de crescimento com equidade social. São Paulo: Manole, 2005.

SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das letras, 2018.

_____. A ideia de lulismo. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.). **Cinco mil dias**: O Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 15-26.

SITCOVSKY, M. A reconciliação entre assistência social e trabalho: o impacto do bolsa família. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** crescimento
econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012, p. 225-248.

SUNNO. **Política monetária importante parâmetro que influencia nossa economia**. 2017. Disponível em: < https://www.sunoresearch.com.br/artigos/politica-monetaria/#2 >. Acesso em: 22 out. 2019.

TESOURO NACIONAL. **Política fiscal.** Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/sobre-politica-fiscal>. Acesso em: 26 out. 2019

TONET, I. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

VALDEZ, R. A atuação do BNDES como agente indutor da inserção comercial do Brasil no governo Lula. In: **III Encontro Nacional ABRI** – Associação brasileira de relações internacionais, n. 3, 2011, São Paulo. Disponível em: < http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a41.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.